História do Brasil Colonial

Prof. Evandro André de Souza
Prof. Thiago Juliano Sayão

UNIASSELVI
2011

Copyright © UNIASSELVI 2011

Elaboração:
Prof. Evandro André de Souza
Prof. Thiago Juliano Sayão

Revisão, Diagramação e Produção:
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

981

S719h Souza, Evandro André de
História do Brasil colonial / Evandro André de Souza e Thiago Juliano Sayão. Indaial : UNIASSELVI, 2011.

186 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7830-423-2

1. História do Brasil - Colônia
I. Centro Universitário Leonardo Da Vinci.
Ensino a Distância. II. Título.

Impresso por:

Apresentação

Caro acadêmico, iremos iniciar os estudos de História Colonial Brasileira. O estudo deste período da História brasileira é de suma importância, pois foi a partir desta época que as bases da história do Brasil foram lançadas.

Como de costume, o caderno foi dividido em três unidades. A primeira e a segunda unidade foram escritas pelo Prof. Evandro André de Souza, já a terceira unidade foi escrita pelo Prof. Thiago Juliano Sayão.

As unidades receberam os seguintes títulos:

1 - A Expansão Marítima Portuguesa e a Conquista do Brasil.
2 - A Instalação da Colônia.
3 - Entre a Colônia e o Império.

Na primeira unidade deste Caderno de Estudos, você estudará a expansão marítima portuguesa e a conquista do Brasil, as etapas desta expansão, bem como a sua importância no contexto da sociedade europeia. Além disso, estudaremos a "descoberta" do Brasil que aqui chamaremos de conquista, pois, na época do "achamento", o território já era habitado pelos povos autóctones (indígenas).

A segunda unidade tratará do processo de instalação da Colônia, processo este que determinou a fundação do Governo Geral, além da intensificação do cultivo da cana, da fabricação do açúcar nos engenhos e da sua comercialização na Europa e da intensificação do tráfico negreiro. Além disso, estudaremos, nesta unidade, as invasões holandesas no nordeste brasileiro, a fundação de São Paulo e a expansão bandeirante ocorrida a partir do século XVII.

Na terceira unidade, você estudará o processo de emancipação da América Portuguesa. Veremos os principais movimentos revolucionários do século XVIII na Colônia, que foram influenciados tanto pelos ideais iluministas do Velho Mundo, quanto por determinados fatores sociais e políticos internos. Além disso, estudaremos a mudança da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e as consequências deste acontecimento para o futuro do Brasil.

Esperamos que este Caderno de Estudos contribua para o seu aprendizado!

Prof. Evandro André de Souza
Prof. Thiago Juliano Sayão



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

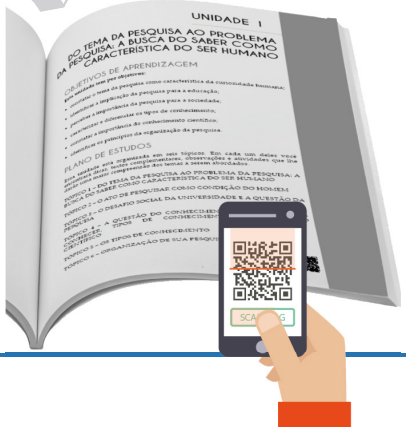
Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!





Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código *QR Code*, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de *QR Code*. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!

BATE PAPO SOBRE O ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades.

Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE.



Que prova é essa?



É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso.

Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.



Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas.



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE!

UNIASSELVI

SUMÁRIO

UNIDADE 1 – A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E A CONQUISTA DO BRASIL 1

TÓPICO 1 – AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA 3
1 INTRODUÇÃO 3
2 NADA FOI CASUAL 4
3 A ESCOLA DE SAGRES E O INFANTE D. HENRIQUE 11
RESUMO DO TÓPICO 1 14
AUTOATIVIDADE 15

TÓPICO 2 – A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA, DAS ILHAS DO ATLÂNTICO E A VIAGEM DE VASCO DA GAMA 17
1 INTRODUÇÃO 17
2 A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA E DAS ILHAS DO ATLÂNTICO 17
3 A DESCOBERTA DO CAMINHO MARÍTIMO ATÉ AS ÍNDIAS: A VIAGEM DE VASCO DA GAMA 22
RESUMO DO TÓPICO 2 27
AUTOATIVIDADE 28

TÓPICO 3 – A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL E A CONQUISTA DO BRASIL 29
1 INTRODUÇÃO 29
2 A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL 30
3 A CONQUISTA DO BRASIL 34
3.1 A CONQUISTA: A CHEGADA DOS PORTUGUESES 39
RESUMO DO TÓPICO 3 44
AUTOATIVIDADE 45

TÓPICO 4 – O PERÍODO PRÉ-COLONIAL: "OS ANOS ESQUECIDOS" 47
1 INTRODUÇÃO 47
2 A FALTA DE INTERESSE DE PORTUGAL EM COLONIZAR O BRASIL 47
2.1 "NÁUFRAGOS, TRAFICANTES E DEGREDADOS" 50
LEITURA COMPLEMENTAR 54
RESUMO DO TÓPICO 4 56
AUTOATIVIDADE 57

UNIDADE 2 – A INSTALAÇÃO DA COLÔNIA 59

TÓPICO 1 – A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUZA E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS 61
1 INTRODUÇÃO 61
2 A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUZA 63
3 AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS 65
RESUMO DO TÓPICO 1 68
AUTOATIVIDADE 69

TÓPICO 2 – GOVERNO GERAL E A FUNDAÇÃO DE SALVADOR 71
1 INTRODUÇÃO 71
2 O GOVERNO GERAL 71
3 A FUNDAÇÃO DE SALVADOR 74
RESUMO DO TÓPICO 2 76
AUTOATIVIDADE 77

TÓPICO 3 – MONOCULTURA, TRABALHO ESCRAVO E LATIFÚNDIO 79
1 INTRODUÇÃO 79
2 O PROJETO CIVILIZATÓRIO PORTUGUÊS 79
RESUMO DO TÓPICO 3 88
AUTOATIVIDADE 89

TÓPICO 4 – O ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO 91
1 INTRODUÇÃO 91
2 O ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO 92
3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E CULTURAL DO ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO 96
RESUMO DO TÓPICO 4 104
AUTOATIVIDADE 105

TÓPICO 5 – O DOMÍNIO ESPANHOL E A INVASÃO HOLANDESA 107
1 INTRODUÇÃO 107
2 A UNIÃO IBÉRICA OU O BRASIL ESPANHOL 107
3 AS INVASÕES HOLANDESAS DO BRASIL 110
3.1 A PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA: SALVADOR 112
3.2 A SEGUNDA INVASÃO: PERNAMBUCO 112
RESUMO DO TÓPICO 5 117
AUTOATIVIDADE 118

TÓPICO 6 – FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E OS BANDEIRANTES 119
1 INTRODUÇÃO 119
2 A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO 121
3 OS BANDEIRANTES 123
LEITURA COMPLEMENTAR 126
RESUMO DO TÓPICO 6 128
AUTOATIVIDADE 129

UNIDADE 3 – ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO 131

TÓPICO 1 – OS MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO 133
1 INTRODUÇÃO 133
2 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO 135
2.1 INCONFIDÊNCIA MINEIRA 135
2.2 CONJURAÇÃO FLUMINENSE 137
2.3 CONJURAÇÃO BAIANA 137
2.4 CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS 140
RESUMO DO TÓPICO 1 141
AUTOATIVIDADE 142

TÓPICO 2 – A TRANSFERÊNCIA DA CORTE 143
1 INTRODUÇÃO 143
2 A TRAVESSIA: UM PROJETO ANTIGO 144
3 A PARTIDA 145
4 A VIAGEM 146
5 A CHEGADA 147
6 A ABERTURA DOS PORTOS 148
7 DE COLÔNIA A REINO UNIDO 150
RESUMO DO TÓPICO 2 152
AUTOATIVIDADE 153

TÓPICO 3 – O IMPÉRIO PORTUGUÊS NOS TRÓPICOS 155
1 INTRODUÇÃO 155
2 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL 155
3 A REESTRUTURAÇÃO DA CAPITAL 157
4 O ESPÍRITO CIENTÍFICO E ARTÍSTICO 159
5 HÁBITOS DE CORTE 161
6 A FORMAÇÃO DE UMA CLASSE-MÉDIA 162
RESUMO DO TÓPICO 3 164
AUTOATIVIDADE 165

TÓPICO 4 – ROMPIMENTO DOS LAÇOS COLONIAIS 167
1 INTRODUÇÃO 167
2 A REVOLUÇÃO NO NORDESTE 169
3 A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO 171
4 RESISTÊNCIAS NO BRASIL 173
5 "VIVA O REI, VIVA O BRASIL" 175
LEITURA COMPLEMENTAR 177
RESUMO DO TÓPICO 4 180
AUTOATIVIDADE 181

REFERÊNCIAS 183

UNIDADE 1

A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E A CONQUISTA DO BRASIL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- ompreender, de forma crítica, o processo histórico que levou à expansão marítima portuguesa;
- ter consciência acerca da importância da expansão marítima portuguesa no contexto da sociedade moderna;
- compreender a história de forma crítica;
- entender o processo histórico que levou à conquista do Brasil;
- ter elementos para refletir acerca do processo de povoamento e colonização do Brasil.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em quatro tópicos. Ao final de cada um deles, você encontrará atividades que o(a) ajudarão a fixar os conteúdos adquiridos.

TÓPICO 1 – AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

TÓPICO 2 – A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA, DAS ILHAS DO ATLÂNTICO E A VIAGEM DE VASCO DA GAMA

TÓPICO 3 – A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL E A CONQUISTA DO BRASIL

TÓPICO 4 – O PERÍODO PRÉ-COLONIAL: "OS ANOS ESQUECIDOS"

TÓPICO 1



AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

1 INTRODUÇÃO

Damos início aos estudos da disciplina de História Colonial Brasileira. Todo este processo é marcado por problematizações, causas de diferentes ordens, que motivaram a chamada expansão marítima e comercial portuguesa. Este acontecimento histórico é de primordial importância para entendermos, de forma crítica, o processo que culminou na "descoberta" do Brasil, e, como não poderia deixar de ser, na sua consequente colonização.

Este processo é fruto de um fenômeno histórico complexo ocorrido em Portugal a partir do início do século XV. Porém, para entendê-lo devemos estudar as transformações ocorridas na Europa a partir do século XII, pois foi nesta época que o continente europeu começava a se modificar, em função da expansão agrícola e do renascimento comercial, ocorridos ainda na Idade Média.

Todos estes fatores citados irão contribuir significativamente para a mudança de mentalidade, que dará origem ao Renascimento, contribuindo para o início da chamada expansão marítima e comercial. Foi a partir do pioneirismo dos portugueses que diversas regiões foram conquistadas, dando início assim a uma nova era, que irá redefinir o mundo conhecido até o século XV.

Foram os portugueses os principais responsáveis pela conquista da costa africana, pela descoberta do caminho marítimo, que possibilitou uma rota alternativa até a Índia, e o mais importante para nós, pela conquista do Brasil. Neste sentido, é necessário entendermos que a conquista do Brasil foi fruto, não do acaso, mas sim, de um processo histórico iniciado muito antes e que ocasionou modificações profundas, tanto em Portugal, quanto no Brasil.

2 NADA FOI CASUAL

O processo que culminou na expansão marítima portuguesa e, consequentemente, na conquista do Brasil foi muito bem planejado, pois, desde o início do século XV, Portugal já vinha efetuando pesquisas e aprimorando suas técnicas de construção naval, bem como de navegação oceânica.

Por que Portugal liderou a expansão marítima?

Este projeto foi possível em função de vários fatores, são eles: a unidade nacional conquistada muito cedo; a posição geográfica que propiciava as grandes navegações; o difícil acesso das terras portuguesas ao restante da Europa e a estabilidade interna que permitia o investimento em projetos de navegações.

> Mas é a Escola de Sagres e a criação de uma estrutura profissional para os descobrimentos que fazem a diferença. Concentrando intensamente as energias e recursos nacionais, Portugal, um país pobre, pouco populoso e relativamente atrasado, conseguiu levar a cabo, com sucesso, a tarefa dos descobrimentos (MIGLIACCI, 1997, p. 47).

Em complemento à sua vocação marítima, enriquecida pelo espírito aventureiro de seu povo, Portugal passou por um processo de unificação política, econômica e cultural, que deu origem a um dos primeiros estados centralizados do continente europeu.

O Estado português foi um dos primeiros estados modernos fundados no continente europeu. Sua base política, econômica, cultural, religiosa e, acima de tudo, de identidade, foi fruto da luta contra os **mouros**, que permitiu o surgimento do estado centralizado.



Mouros - Povos árabes que viviam no norte da África e na Península Ibérica.

> A partir do século XIII, foram-se definindo por uma série de batalhas algumas fronteiras da Europa que, no caso da França, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal permanecem aproximadamente as mesmas até hoje. Dentro das fronteiras foi nascendo o Estado como uma organização política centralizada, cuja figura dominante – o príncipe – e a burocracia em que se apoiava tomaram contornos próprios que não se confundiam com os grupos sociais mesmo os mais privilegiados, como a nobreza. Esse processo durou séculos e alcançou seu ponto decisivo entre 1450 e 1550 (FAUSTO, 2007, p. 20).

Este processo permitiu a unificação dos feudos medievais, facilitando a capitalização do estado, e o consequente investimento em uma frota naval, que iria dar suporte logístico à futura expansão marítima e comercial portuguesa. Além disso, a Península Ibérica, na qual Portugal se encontrava, possibilitava uma situação geográfica privilegiada, que lhe permitia o pleno domínio do Oceano Atlântico.

Segundo Boris Fausto (2007, p. 22):

> [...] Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses já tinham experiência, acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV, no comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a venezianos e genoveses, a quem iriam ultrapassar. Aliás, antes de os portugueses assumirem o controle de seu comércio internacional, os genoveses investiram na sua expansão, transformando Lisboa em um grande centro mercantil sob sua hegemonia. A experiência comercial foi facilitada também pelo envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, e elas começavam exatamente nos portos portugueses ou nos situados no sudoeste da Espanha.

No século XV, Portugal buscou sua unificação política, em virtude da existência de um sentimento de identidade, pois existia a consciência, entre os portugueses, de que a única forma de se construir um reino forte seria através de um estado autônomo e unificado.

> Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas. A monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um dos seus pontos mais significativos na revolução de 1383 – 1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo", no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas esmagadas em outros países pelos grandes senhores (FAUSTO, 2007, p. 22).

A expansão marítima portuguesa correspondia aos interesses não só da classe dominante como também das classes populares. Esse fator potencializou ainda mais o processo.

Segundo José Hermano Saraiva (1987, p. 136),

> Ao começar o século XV, as condições internas criavam uma oportunidade excelente, porque a expansão correspondia aos interesses de todas as classes sociais, que, no conjunto, constituíam a contraditória sociedade portuguesa. Para o povo, a expansão foi sobretudo uma forma de emigração e representava o que para ele a emigração sempre representou: a possibilidade de uma vida melhor e a libertação aos "pequenos", foi sempre pesado e do qual eles também sempre se procuraram libertar buscando novas terras.

Além disso, nobres e clérigos viam a expansão de forma positiva, pois novos horizontes comerciais, de conquistas e de evangelização iriam permitir a construção de um estado ainda mais centralizado, forte, e acima de tudo, católico.

Ainda segundo Saraiva (1987, p. 136),

> Para clérigos e nobres, cristianização e conquista eram formas de servir Deus e servir o rei e de merecer por isso as recompensas concomitantes: comendas, tenças, capitanias, ofícios, oportunidades que no estreito quadro da metrópole se tornava cada vez mais raro conseguir. Para os mercadores era a perspectiva do bom negócio, das matérias-primas colhidas na origem e revendidas com bom lucro. Para o rei era motivo de prestígio, uma boa forma de ocupar os nobres e, sobretudo a criação de novas fontes de receita, numa época em que os rendimentos da coroa tinham descido muito. Desta convergência de interesses só ficavam fora os lavradores, empresários das explorações agrícolas, para quem a saída de braços do País representava o encarecimento da mão de obra.

Em Portugal, a expansão marítima e comercial passou a representar o ideal renascentista. Com o Renascimento, diversos dos valores dogmáticos da vida medieval foram postos em xeque e foram abertos caminhos para as descobertas e avanços nos campos da geografia e das ciências aplicadas.

Para se ter uma ideia, os portugueses embarcaram em um projeto de um século, e chegaram exatamente ao destino que visavam. Os espanhóis foram aventureiros da descoberta, cavaleiros andantes dos mares em busca do inesperado. Os portugueses foram marinheiros do Renascimento: estudaram, projetaram, calcularam. No final, triunfaram sobre o desconhecido, e souberam, de imediato, o que haviam descoberto.

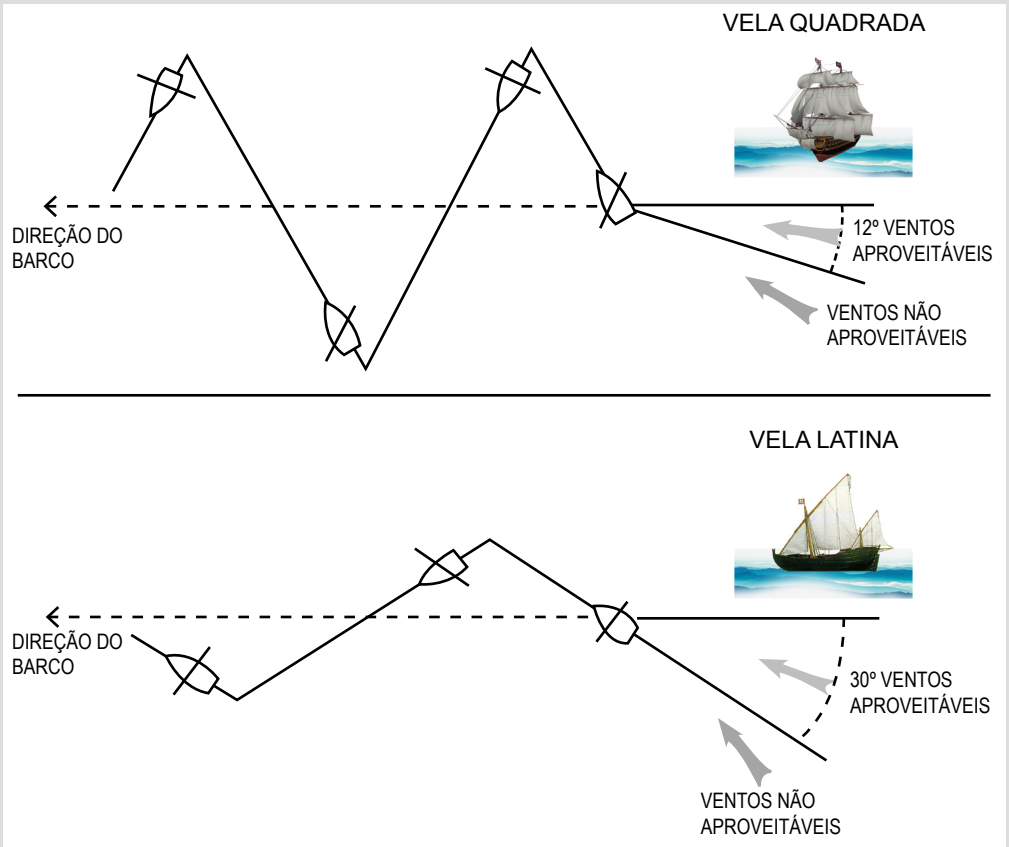
Segundo Paulo Migliacci (1997, p. 20):

> A melhor contribuição do Renascimento não está na contestação dos dogmas, na recuperação do conhecimento clássico ou no progresso artístico, mas simplesmente na defesa do direito de duvidar, e de ver o mundo na medida do homem. Sem o Renascimento, não haveria o Novo Mundo, porque não haveria os novos olhos para vê-lo.

Diferentemente dos outros estados emergentes, os portugueses apostaram nas grandes navegações. Os lusitanos foram pioneiros na maioria dos aspectos tecnológicos ligados às navegações. Os ideais renascentistas, que indicavam os novos tempos, tiveram em Portugal a expressão das conquistas marítimas e da abertura de novos mercados para o então decadente continente europeu.

FIGURA 1 – VELA QUADRADA E VELA LATINA

As vantagens de manobralidade da vela latina ficam mais claras com uma pequena explicações sobre as técnicas de navegação a vela. Uma vela quadrada só permite navegar a favor do vento, ou seja, com ventos que sopram detrás do navio, num ângulo máximo de cerca de 12 graus em relação à direção em que o navio caminha. A vela latina, no sistema empregado pelas caravelas, permite o aproveitamento de ventos em ângulos de até 30 graus em relação que, nas regiões de ventos desfavoráveis, os navios precisam velejar em ziguezague para manter a orientação geral da viagem, a maior manobrabilidade das caravelas está em sua capacidade superior de velejar "contra" o vento, ziguezagueando em ângulo mais fechado em relação à rota.



FONTE: Migliacci (1997, p. 21)

Os portugueses foram os primeiros povos europeus, organizados em um estado centralizado na figura do rei ou do príncipe, a embasar as navegações como fruto do conhecimento científico. Apesar de Portugal ser um dos países mais católicos da Europa, foram eles os pioneiros na superação do mito medieval do "mar tenebroso". Mito este que sempre contribuiu para a construção de uma visão negativa dos povos europeus em relação à navegação oceânica.

A expansão marítima só aconteceu em Portugal em função do fato de que os portugueses foram os primeiros povos europeus a promoverem a unificação política. Este fator fez com que os recursos fossem canalizados para o comércio e a construção naval. Era o Estado que poderia se transformar no grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

É necessário frisar que os estímulos para as grandes navegações não foram apenas comerciais, ou mesmo em função do estado português ter sido o primeiro a se unificar enquanto reino autônomo e centralizado. Temos que salientar que existia entre os portugueses um espírito de aventura muito acentuado. Culturalmente os portugueses tinham uma forte ligação com o mar e esse fator foi determinante no pioneirismo português ligado às grandes navegação e à expansão comercial.

Para entendermos essa questão com maior clareza, veja como Boris Fausto (2007, p. 23, 24), apresenta a questão que motivou as grandes navegações:

> [...] podemos perceber que os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais. Não é possível tentar entendê-la com os olhos de hoje, e vale a pena, por isso, pensar um pouco no sentido da palavra aventura. Há cinco séculos, estávamos muito distantes de um mundo inteiramente conhecido, fotografado por satélites, oferecido ao desfrute por pacotes de turismo. Havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos. Oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.
>
> Por exemplo, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontrariam homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Ele dizia ter visto três sereias pularem para fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo. Em 1487, quando deixaram Portugal encarregados de descobrir o caminho terrestre para as Índias, Afonso de Paiva e Pedro da Covilhã levaram instruções de Dom João II para localizar o reino de Preste João. A lenda do Preste João, descendente dos Reis Magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos, fazia parte do imaginário europeu desde pelo menos meados do século XII. Ela se construiu a partir de um dado real – a existência da Etiópia, no leste da África, onde vivia uma população negra que adotara um ramo do cristianismo.

Não devemos tomar como fantasias desprezíveis, encobrindo a verdade representada pelo interesse material, os sonhos associados à aventura marítima. Mas não há dúvida de que o interesse material prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram em ordem do dia.

Outro fator que facilitou as grandes navegações foi a invenção e o desenvolvimento de um navio especial para os descobrimentos: a caravela. A caravela era diferente de tudo que havia sido inventado até então. Ela foi projetada para navegações oceânicas, pois não era um navio de carga, mas sim uma embarcação avançada e segura que permitia a navegação nas mais variadas situações.

> Não é um navio de carga, mas sim uma embarcação destinada a viajar longas distâncias em águas não familiares, e deve ter, para isso, capacidade de velejar em ventos desfavoráveis, que as carracas não tinham devido à sua baixa manobrabilidade e ao uso exclusivo da vela quadrada. A caravela, empregando velas latinas (triangulares), era mais manobrável, e mantinha mesmo assim a capacidade de transporte de carga necessária a sustentar as pequenas tripulações dos descobridores nos longos meses que passavam no mar. Uma caravela tinha em geral de 40 a 50 tripulantes, enquanto uma carraca – especializada em transporte de carga – tinha 100, uma galera de combate 300, e os galeões das frotas reais chegavam a levar 800 tripulantes (MIGLIACCI, 1997, p. 20).

Ainda citando Migliacci (1997, p. 21):

> As vantagens de manobrabilidade da vela latina ficam mais claras com uma pequena explicação sobre as técnicas de navegação a vela. Uma vela quadrada só permite navegar a favor do vento, ou seja, com ventos que sopram detrás do navio, num ângulo máximo de cerca de 12 graus em relação à direção em que o navio caminha. A vela latina, no sistema empregado pelas caravelas, permite o aproveitamento de ventos em ângulos de até 30 graus em relação à direção de deslocamento do navio. Assim, levando em consideração que, nas regiões de ventos desfavoráveis, os navios precisam velejar em ziguezague para manter a orientação geral da viagem, a maior manobrabilidade das caravelas está em sua capacidade superior de velejar "contra" o vento, ziguezagueando em ângulo mais fechado em relação à rota.

Em síntese, a expansão marítima e comercial portuguesa não foi casual, mas muito bem planejada e fruto de um processo histórico. Os principais elementos deste processo foram:

- o fato de Portugal ter sido o primeiro país europeu a promover a sua unificação política e administrativa;

- os interesses das diversas classes sociais convergiam para as grandes navegações, bem como para a expansão comercial;

- o ideal renascentista foi expresso em Portugal através das grandes navegações;
- a posição geográfica de Portugal facilitava as grandes navegações;
- o espírito aventureiro do português e sua vocação para as navegações;
- o desenvolvimento e a invenção de embarcações e de técnicas próprias para a navegação oceânica;
- a ausência de guerras;
- contatos de Portugal com a cultura islâmica.

Temos que entender que as grandes navegações desenvolveram-se em um processo contínuo que culminou com o descobrimento de uma rota alternativa para as Índias e mais tarde no "descobrimento" do Brasil.

Vejamos os principais etapas da Expansão Portuguesa:

- 1415: Conquista da cidade de Ceuta.
- 1419: Expedição portuguesa chega à ilha da Madeira.
- 1431: Reconhecimento do arquipélago dos Açores.
- 1434: Gil Eanes ultrapassa o Cabo Bojador.
- 1443: Nuno Tristão chega à ilha de Arguim.
- 1445: Nuno Tristão atinge a Senegâmbia e Dinis Dias ultrapassa a foz do Senegal.
- 1482: Diogo Cão descobre o Zaire.
- 1487: Bartolomeu Dias atinge o cabo sul-africano, onde enfrenta uma perigosa tempestade. Por essa razão, denomina-o Cabo das Tormentas. Com esse grandioso evento, abre-se a possibilidade de se chegar às Índias. Por essa razão, o rei de Portugal, D. João resolve alterar o nome do cabo para outro mais otimista: cabo da Boa Esperança.
- 1498: Vasco da Gama, comandando uma frota de quatro navios (S. Gabriel, S. Rafael, Bérrio e uma barca de mantimentos), atinge a cidade de Calicute, nas Índias.
- 1500: Pedro Álvares Cabral "descobre" o Brasil.

FONTE: COTRIM (1999, p. 28)



No Segundo Tópico da Primeira Unidade deste Caderno de Estudos, iremos estudar, com mais propriedade, as principais expedições marítimas portuguesas.

3 A ESCOLA DE SAGRES E O INFANTE D. HENRIQUE

A partir do século XV, Portugal decidiu embarcar em um grande projeto nacional de exploração da costa atlântica, tendo como localização inicial o norte da África. Segundo Celso P. de Melo (2000, p. 170), esse projeto foi "[...] capitaneado pelo quinto filho do rei D. João I, o infante D. Henrique (1394-1460). O plano inicial evoluiu para uma meta mais ambiciosa, a circum-navegação do continente africano, que permitiria chegar às Índias, terra das especiarias, por mar".

O infante D. Henrique foi o principal responsável pela fundação, em 1433, da lendária "Escola de Sagres". Essa escola é considerada um dos símbolos da formação do Estado português. Sua fundação representa o poder do estado centralizado que viria a predominar em Portugal.

A Escola de Sagres possuía uma posição geográfica privilegiada, pois se localizava em um promontório (cabo), no extremo sul de Portugal. Isso lhe favorecia, pois permitia que os estudiosos mantivessem contato direto com o Oceano Atlântico.

> A escola de Sagres não foi uma entidade formal de ensino e treinamento, e sim uma "escola" de pensamento e ação. Em seu castelo, e sob o lema "O talento do bem-fazer", D. Henrique reuniu cartógrafos e matemáticos para desenvolver as técnicas astronômicas que permitiriam a navegação oceânica. Ao mesmo tempo, nos estaleiros de Lagos, centenas de homens dedicavam-se à construção naval, usando técnicas cada vez mais aperfeiçoadas de escolha e preparo de madeiras para as diversas partes dos navios e de vedação e selagem dos cascos. A cada expedição na costa africana, as informações coletadas serviam para aprimorar mapas, técnicas de navegação e o desenho dos navios. O infante, para quem o conhecimento era a fonte "de onde emerge todo o bem", mantinha o título de protetor da Universidade de Lisboa e patrocinava cátedras de ciências. Agindo contra o costume da época, mostrava tolerância para com outros credos e raças, ao escolher seus colaboradores prioritariamente por seu conhecimento. Com isso, atraiu para seu esforço vários sábios judeus, que sofriam menos restrições que os cristãos para viajar e obter informações no mundo árabe. D. Henrique morreu em 1460, sem ver a África circum-navegada, mas teve em vida o reconhecimento internacional por seus feitos. (MELO, 2000, p. 18).

O infante D. Henrique e a escola de Sagres foram muito importantes para a expansão marítima portuguesa, pois permitiu que os portugueses elaborassem conhecimentos embasados na ciência da época.

Além de inovações relacionadas à construção naval, a escola de Sagres desenvolveu, através de estudos e experimentações práticas constantes, técnicas revolucionárias, ligadas, sobretudo, à navegação marítima em alto-mar. Estas novas técnicas permitiram que os navegadores se afastassem cada vez mais da costa, possibilitando assim uma maior autonomia para alcançar terras localizadas em outros continentes.

Apesar disso, Portugal praticaria unicamente a navegação de cabotagem até meados de 1500, só se aventurando oficialmente no "mar oceano" a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral.



Navegação costeira praticada pelos navegadores nos primórdios das grandes navegações.

Essas inovações são chamadas por alguns estudiosos de "a arte da navegação", pois incorporam elementos de navegação e orientação até então desconhecidos. Citaremos no texto a seguir alguns destes novos conhecimentos. As informações foram retiradas da obra "**Os Grandes Exploradores - de Cristóvão Colombo à Conquista do Continente Africano"** (2009, p. 94):

Calcular a distância. Os navegadores sabem avaliar a velocidade do seu navio. Para conhecê-la, lançam ao mar uma corda escalonada por meio de nós, cuja extremidade permanece no lugar, pois está fixada num pedaço de chumbo, depois a deixam deslizar durante determinado tempo. Renovando a manobra periodicamente, chegam assim a calcular a distância percorrida diariamente.

Determinar a orientação. A questão da direção não é mais problema nesse final do século XV, pois os navegadores dispõem, há algumas décadas, de um instrumento precioso, a bússola. A única dificuldade é que se conhece ainda muito mal as alterações do campo magnético terrestre e a diferença entre norte geográfico e norte magnético.

Calcular a latitude. O cálculo da latitude é, na realidade, relativamente bem dominado pelos navegadores, que sabem estabelecer a situação de um objeto no arco meridiano, graças ao ponto astronômico. Um instrumento de óptica, ancestral do sextante, o **astrolábio**, é aperfeiçoado no final da Idade Média, de tal maneira que já é utilizável a bordo de um navio em movimento.

Uma incerteza, a longitude. Em contrapartida, fica difícil, no final do século XV, avaliar a longitude. Esta não pode ser conhecida senão comparando a hora local com a hora do meridiano de origem. Só se disporá de um relógio bastante preciso – relógio dito de marinha – para obter um resultado confiável em 1761. O capitão Cook será o primeiro a utilizá-lo.

Com a incorporação de novas tecnologias de navegação marítima, os primeiros passos rumo às grandes navegações foram dados. A instituição precursora de todo esse movimento foi a Escola de Sagres. Sem ela as novas tecnologias de navegação e construção naval não teriam sido postas em prática tão cedo e, certamente, a Europa teria que adiar por algumas décadas a realização das grandes navegações.



Astrolábio: Instrumento utilizado pelos navegadores para observar a posição dos astros e determinar-lhes a altura acima do horizonte.



No próximo tópico iremos estudar o processo histórico que culminou na colonização da costa africana e no descobrimento da rota marítima que levava até as Índias.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você estudou que:

- As causas da expansão marítima portuguesa não foram casuais, mas fruto de um processo de exaustiva pesquisa.

- O infante Dom Henrique e a Escola de Sagres foram fundamentais na realização do processo de expansão marítima portuguesa.

AUTOATIVIDADE



1 Indique os principais fatores que favoreceram a expansão marítima portuguesa.

2 Quais foram as principais etapas da expansão marítima portuguesa?



A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA, DAS ILHAS DO ATLÂNTICO E A VIAGEM DE VASCO DA GAMA

1 INTRODUÇÃO

Neste tópico iremos estudar a ocupação da costa africana, bem como as ilhas do Atlântico, colonizadas pelos portugueses a partir do século XV. Além disso, estudaremos a viagem de Vasco da Gama, viagem esta que levou ao descobrimento de uma rota marítima até as Índias.

Desde o início do século XV os portugueses vinham explorando a costa africana e sua intenção era fundar feitorias que viessem a garantir o comércio com estas regiões desconhecidas. O principal interesse dos portugueses era a busca de metais preciosos, especiarias e, mais tarde, escravos africanos.

Em decorrência dos avanços dos conhecimentos adquiridos com o prolongamento das expedições que colonizaram a costa africana e ilhas do Atlântico, Portugal pôde chegar até a Índia, região rica em especiarias.

Foi a partir da expedição de Vasco da Gama que Portugal pôde manter comércio com o oriente. Além disso, esta expedição provou a viabilidade de uma rota marítima que levasse até o oriente. A partir da expedição de Vasco da Gama muitas outras foram realizadas, incluindo a de Pedro Álvares Cabral que culminou com o "descobrimento" do Brasil em 1500.

2 A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA E DAS ILHAS DO ATLÂNTICO

O marco inicial da ocupação da costa africana foi a conquista de Ceuta, localizada no norte da África (atual Marrocos), em 1415. Essa conquista foi o ponto de partida para a expansão portuguesa. Foi a partir deste entreposto que os portugueses levaram adiante seu projeto de ocupação e conquista da costa africana ocidental das Ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé.

A partir desta conquista a expansão se estendeu a toda a costa. Segundo Boris Fausto (2007, p. 28):

> A expansão metódica desenvolveu-se ao longo da costa ocidental africana e nas ilhas do Oceano Atlântico. Fruto do mesmo movimento, o contato com esses dois espaços geográficos resultou em situações tão diversas, que vale a pena separá-las em nossa exposição. O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no Oceano Índico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à Índia, a sonhada e ilusória Índia das especiarias. Depois, os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de os historiadores japoneses chamarem de "século cristão", o período compreendido entre 1540 e 1630.

Os portugueses, no processo de colonização da costa, não procuravam penetrar no continente, a intenção dos mesmos era estabelecer diversas feitorias (postos fortificados e de comércio) com o objetivo de efetuar trocas e comercializar produtos com os nativos. Não foi realizada pelos portugueses uma colonização efetiva do continente africano, pois geralmente os lusitanos preferiam estabelecer as feitorias. Estas feitorias geralmente eram mantidas com a intervenção militar.

Ainda citando Boris Fausto (2007, p. 29):

> Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos fortificados de comércio; isso indica a existência de uma situação em que as trocas eram precárias, exigindo a garantia das armas. A parte comercial do núcleo era dirigida por um agente chamado feitor. Cabia a ele fazer compras de mercadorias dos chefes ou mercadores nativos e estocá-las, até que fossem recolhidas pelos navios portugueses para a entrega na Europa. A opção pela feitoria praticamente tornava desnecessária a colonização do território ocupado pelas populações africanas, bem organizadas a partir do Cabo Verde.

Apesar dos portugueses não penetrarem de forma efetiva na costa africana e não promoverem a colonização deste espaço, eles criaram uma série de procedimentos que garantiam o efetivo controle do comércio realizado nesta região.

> Mas se os portugueses não avançavam territorialmente, a Coroa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, obrigando a cunhagem de moeda em uma Casa de Moeda e criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné, como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levavam pequenas quantidades de ouro em pó, marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito, a variedade de pimenta chamada malagueta e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram, no começo, encaminhados a Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas (FAUSTO, 2007, p. 29).

Com relação à colonização das Ilhas, o processo foi mais elaborado. Os portugueses, desde o início enviaram colonos para o seu efetivo povoamento, além de incentivar a criação de carneiros e o cultivo da cana-de-açúcar, do trigo e das vinhas. Desta forma, desde a primeira metade do século XV, as ilhas se transformaram em importantes colônias avançadas da expansão marítima portuguesa.

Segundo José Hemano Saraiva (1987, p. 138):

> Os portugueses, que já anteriormente a tinham conhecido, desembarcaram em Porto Santo em 1419 e na Madeira em 1420. Alguns anos depois, a colonização foi iniciada. Uma centena de colonos foi ali instalada. Começou imediatamente o desbravamento das terras. Os pequenos abrigos dos primeiros colonizadores depressa se transformaram em vilas: o Funchal e o Machico receberam carta de foral em 1451. No solo dos antigos bosques foi plantado trigo, a cana-de-açúcar e a vinha. Em 1455 já a exportação para Portugal e para as fortalezas do norte da África era considerável. O ritmo de desenvolvimento continuou muito intenso até o fim do século. Nas Cortes de 1481 afirmou-se que, no ano anterior, vinte naus estrangeiras tinham saído da ilha carregadas de açúcar e pede-se ao Rei que proíba ali a fixação de estrangeiros, que afluíam em grande número. A população, antes de 1500, andava já por vinte mil pessoas.

O processo de colonização das ilhas daria experiência aos portugueses. Mais tarde, com a colonização do Brasil, essa experiência seria útil, pois os portugueses iriam adaptar as estratégias de colonização das ilhas para o processo de povoamento e colonização do Brasil.

A história da ocupação das ilhas do Atlântico é bem diferente do que ocorreu na África. Nelas os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo. Após disputar com os espanhóis e perder para eles a posse das Ilhas Canárias, conseguiram se implantar nas outras ilhas: na Madeira, por volta de 1420, nos Açores, em torno de 1427, nas Ilhas de Cabo Verde, em 1460, e na de São Tomé, em 1471. Na Ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiam pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses, que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo, surgiram plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo. A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos como à concorrência do açúcar do Brasil e São Tomé. De fato, nessa ilha situada no Golfo da Guiné, os portugueses implantaram um sistema de grande lavoura da cana-de-açúcar, com muitas semelhanças ao criado no Brasil. Próxima da costa africana, especialmente das feitorias de São Jorge da Mina e Axim, a ilha contou com um abundante suprimento de escravos. Nela existiram engenhos que, segundo uma descrição de 1554, chegavam a ter de 150 a 300 cativos. São Tomé foi sempre um entreposto de escravos vindos do continente para serem distribuídos na América e na Europa, e esta acabou sendo a atividade principal da ilha (FAUSTO, 2007, p. 30-31).

Como vimos nos parágrafos anteriores, o ponto de partida para a colonização da costa africana foi a tomada de Ceuta, em 1415. Porém, muito ainda teria que ser feito para que o caminho marítimo que levasse até as Índias fosse descoberto. Vimos também que a colonização das ilhas do Atlântico forneceu experiência para que futuramente os portugueses implantassem no Brasil o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura da cana-de-açúcar. Nos próximos parágrafos iremos estudar as diversas etapas que levaram a conquista da costa africana, bem como a descoberta do caminho marítimo até as Índias.

Entre os anos de 1421 e 1434, mais de 15 expedições portuguesas fracassaram diante do objetivo de ultrapassar o Cabo Bojador, na costa oeste da África. Obstáculo muito mais simbólico do que técnico, pois o cabo forçava os navegadores a se afastarem da costa, o que na época era aterrorizante para os navegadores, pois os mesmos tinham temores de que as águas oceânicas eram habitadas por seres diabólicos.

> O principal motivo para as dificuldades na passagem do cabo era o temor dos marinheiros portugueses de arriscarem-se no oceano; perto da costa, as correntezas, recifes e bancos de areia tornavam a passagem do cabo muito difícil, se não impossível, para os meios então disponíveis. E no mar aberto, a superstição de que o oceano levava ao fim do mundo tirava a coragem dos mais ousados. A superação dessa barreira mais psicológica que física, em 1434, foi o primeiro grande feito dos descobridores portugueses – porque, a partir dali, os obstáculos eram difíceis de transpor, mas todos os acreditavam transponíveis (MIGLIACCI, 1997, p. 42).

Após a superação do Cabo Bojador, as expedições portuguesas progrediram ano após ano em seu objetivo de conquistar a costa da África. Dezenas de expedições foram organizadas e em 1444 o navegador Gil Eanes trouxe da África o primeiro carregamento de escravos, cerca de 200. Esse carregamento trouxe otimismo aos portugueses, pois essa carga propiciava um bom lucro aos cofres da Coroa. Além disso, a partir desse sucesso comercial a opinião pública portuguesa se mostrou favorável aos esforços de colonizar a costa africana.

> Depois de 1445, os portugueses chegaram a regiões mais ricas da costa africana, e a partir daí seu comércio prosperou. Doze anos mais tarde, um capitão veneziano a serviço de D. Henrique descobriu o Arquipélago de Cabo Verde e navegou quase 100 quilômetros para o interior do continente através dos rios Senegal e Gâmbia (MIGLIACCI, 1997, p. 42).

O Rei de Portugal, D. João II usufruiu da estrutura montada por seus antecessores. O mesmo construiu fortificações para proteger o comércio português na costa da África, além disso, ele financiou expedições terrestres ao interior do continente. O avanço naval em direção ao sul foi mantido por Diogo Cão que atingiu a foz do Rio Congo entre 1480 e 1484 (MIGLIACCI, 1997).

O otimismo em Portugal era crescente, pois segundo os relatos de Covilhã, os navios portugueses poderiam atingir a costa oriental da África com facilidade,

pois existiam víveres em abundância em toda a costa. Para tanto, era necessário superar um grande desafio, ultrapassar o Cabo das Tormentas que mais tarde será chamado de Cabo da Boa Esperança.

Para entendermos com mais clareza o processo histórico que levou à ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança pela expedição de Bartolomeu Dias, em 1488, apresentaremos um fragmento do livro "Os Descobrimentos – Origens da Supremacia Europeia", do historiador Paulo Migliacci. Vamos a ele.

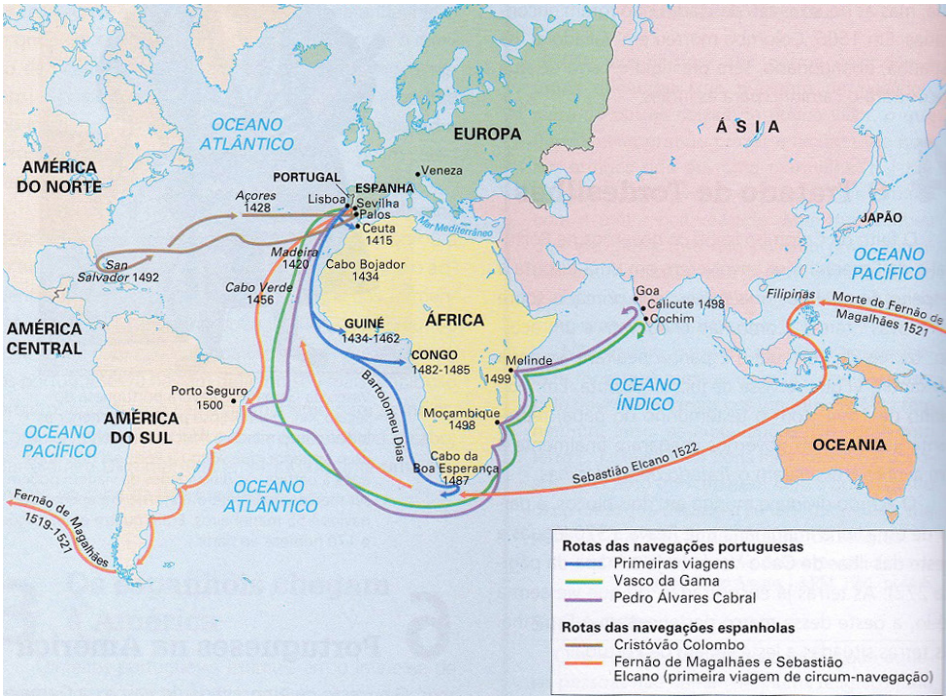
> Assim, para abrir a almejada rota marítima, D. João II preparou cuidadosamente uma grande expedição destinada a contornar a África e atingir os mares da Índia. O projeto, sob o comando de Bartolomeu Dias, envolvia três navios, duas caravelas e um navio de abastecimento. Dias transportava seis africanos capturados nas expedições anteriores dos portugueses à África e que deveriam ser desembarcados na costa a intervalos regulares para fazer contato com os navios das regiões inexploradas e iniciar relações comerciais. Depois de desembarcar o último destes mensageiros, os navios de Dias enfrentaram uma tempestade que os levou para longe da costa, rumo ao sul, em mar aberto. Ao terminar a tempestade, Dias ordenou que seus navios tomassem rumo leste, em busca da costa africana. Após velejar 700 quilômetros sem encontrar terra, Dias determinou uma rota para o norte, e com outros 250 quilômetros de viagem, encontrou terras nas proximidades da atual Cidade do Cabo, na África do Sul. Localizara-se a extremidade meridional da África. A rota para a Índia estava praticamente aberta. Ele acompanhou a costa, que se dobrava rumo nordeste, por mais de 500 quilômetros, abrindo uma rota para o Índico. Dias queria prosseguir, mas seus comandados recusaram-se. Localizando o navio de abastecimento no retorno pela África, as duas caravelas de Dias encaminharam-se a Portugal, onde chegaram em dezembro de 1488, dezesseis meses e meio depois da partida. No porto de Lisboa, Cristóvão Colombo assistiu à chegada das caravelas. Quando soube das notícias que traziam, concluiu que seria inútil tentar de novo o patrocínio do soberano português para sua viagem às Índias pela rota do oeste, já que o caminho do leste estava aberto aos portugueses.
>
> Entre o retorno de Dias, 1488, e a expedição de Vasco da Gama, a primeira a chegar à Índia, em 1498, decorreram nove anos. Os motivos da demora foram, inicialmente, a doença de D. João e as controvérsias quanto à sucessão, seguida mais tarde pela morte do rei e, finalmente, pela ascensão de seu filho D. Manuel, o Venturoso, 1495. Nesse meio tempo, houve ainda o envolvimento de Portugal numa disputa diplomática com os espanhóis sobre os territórios descobertos por Colombo, resolvida em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas. Mas talvez o verdadeiro motivo do atraso dos portugueses tenha sido a realização de expedições (tão secretas que nem sequer temos registros delas) para traçar as melhores rotas de navegação pelo Atlântico Sul. Isso pode ser deduzido pelo trajeto que Vasco da Gama viria a percorrer, não acompanhando a rota da costa africana utilizada pelos navios de comércio portugueses, mas penetrando profundamente no Atlântico para aproveitar os ventos favoráveis à navegação rumo ao leste, que prevalecem próximos às costas sul-americanas (1997, p. 43-44).

No próximo item iremos estudar a famosa viagem de Vasco da Gama e sua importante descoberta: o caminho marítimo para as Índias.

3 A DESCOBERTA DO CAMINHO MARÍTIMO ATÉ AS ÍNDIAS: A VIAGEM DE VASCO DA GAMA

Após dois anos de preparativos, finalmente a expedição de Vasco da Gama rumo às Índias deixava Portugal. Esta expedição foi uma das mais importantes para Portugal, pois abriria uma rota comercial sem precedentes na história do comércio europeu com o oriente. Além disso, ela irá contribuir significativamente para a solidez do império português.

FIGURA 2 – NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS – SÉCULO XV-XVI



FONTE: http://cap-historia-21b.blogspot.com.br/2014/09/.

Outro fator que agrega importância a esta expedição é o fato de que após a sua realização será organizada uma segunda expedição comandada por Pedro Álvares Cabral que culminará na "descoberta" do Brasil.

Acerca da expedição de Vasco da Gama, Paulo Migliacci (1997, p. 44) afirma que:

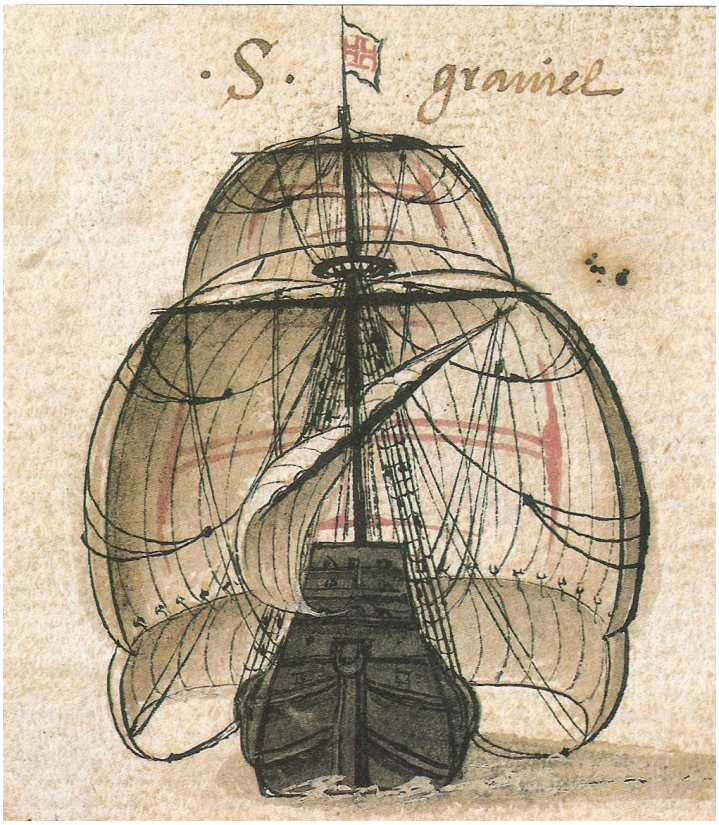
> Depois de dois anos de preparativos, a expedição de Vasco da Gama, com dois barcos de velas quadradas, uma caravela de velas latinas e um navio de abastecimento, partiu com 170 tripulantes e provisões

para três anos. Saindo de Lisboa em junho de 1497, os navios fizeram uma parada de reabastecimento nas Ilhas de Cabo Verde e adentraram o Atlântico, chegando à costa sul africana 93 dias mais tarde. Dali, depois de encontrar o caminho rumo ao norte e de perder algum tempo negociando sua passagem junto aos sultões mulçumanos das cidades costeiras de Moçambique e da Tanzânia, Vasco da Gama levou sua expedição a Calicute.

A expedição chefiada por Vasco da Gama pode ser considerada como a conclusão do esforço português relacionado à navegação na costa africana. Esforço este que tem origem desde a época de Henrique, o Navegador. A expedição representa o acúmulo de conhecimentos marítimos relacionados aos esforços anteriores, sendo um dos principais frutos da Escola de Sagres.

Vasco da Gama recorreu à experiência dos navegadores anteriores, seguindo à risca os conselhos de Bartolomeu Dias. Gama pôde se beneficiar dos ventos favoráveis e alcançar o mais rapidamente possível o Cabo da Boa Esperança.

FIGURA 3 – EMBARCAÇÃO PERTENCENTE À EXPEDIÇÃO DE VASCO DA GAMA.



FONTE: **Os Grandes Exploradores**. V. II De Cristóvão Colombo à Conquista do Continente Africano, 2009, p. 53.

Navegar nesta região era muito difícil, pois não existiam mapas e cartas de navegações confiáveis que permitissem a localização da esquadra. Neste sentido, foi necessário que Vasco da Gama contratasse um piloto mulçumano para guiar a sua frota até Calicute. "Conta-se que o piloto que Vasco da Gama contratou para guiá-lo a Calicute era Ibn Majid, o mais brilhante dos navegadores árabes, e que gozava da fama de ser o homem que mais conhecia o Mar Vermelho e o Oceano Índico". (MIGLIACCI, p. 45).

Os portugueses atingiram as Índias depois de um esforço de 70 anos, este esforço tinha a intenção de abrir o oriente ao comércio europeu, destruindo assim os diversos monopólios comerciais que predominavam na época. Os feitos de Vasco da Gama podem ser considerados superiores aos feitos de Colombo, pois Portugal não fez as descobertas ao acaso como Colombo. Os portugueses foram extremamente criteriosos e científicos nas suas expedições.

O interesse de Portugal ao aportar na Índia era de garantir a rota das especiarias, pois as mesmas possuíam grande valor comercial. Mas qual o significado da palavra especiaria? A palavra é de origem latina e significa *especia*, termo utilizado pelos médicos para designar substância. "O termo ganhou depois o sentido de substância muito ativa, muito cara, utilizada para vários fins, como condimento – isto é, tempero de comida –, remédio ou perfumaria". (FAUSTO, 2007, p. 26). Especiaria se associa à ideia de produto caro, durante algum tempo o açúcar foi considerado uma especiaria, porém com sua produção em larga escala ele perdeu este *status*. São consideradas especiarias a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo e, especialmente a pimenta que permitia a conservação dos alimentos, principalmente da carne.

Nas palavras de Boris Fausto (2007, p. 28), as especiarias eram importantes, pois:

> O alto valor das especiarias se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa Ocidental da Idade Média foi "uma civilização carnívora". Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pela defumação ou simplesmente pelo sol. Esses processos, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis, e a pimenta servia para disfarçar o que tinham de desagradável. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a ser consumido em grande escala em todo o mundo. Havia mesmo uma espécie de hierarquia em seu consumo: na base, os de cheiro acre, como o alho e a cebola; no alto, os condimentos mais finos, com odores aromáticos, suaves, lembrando o perfume das flores.

Segundo o relato anterior, podemos imaginar a importância das especiarias na sociedade europeia dos séculos XV, XVI e XVII. Em função desta importância, os portugueses investiram muitos recursos, materiais e humanos no processo de abertura de uma rota com o oriente.

A expedição de Vasco da Gama fez contato com Calicute, na Índia, porém ela não foi bem recebida pelos governantes locais. "Gama voltou a Lisboa em 1499, com dois dos quatro navios e 55 dos 170 homens, sem ter obtido a amizade do Samorim (rajá, governante local), que significaria a permissão de instalar um posto comercial na cidade". (MIGLIACCI, 1997, p. 45).

Para entendermos melhor a questão da negação da população indiana, bem como dos comerciantes muçulmanos frente aos desejos dos portugueses em constituírem parcerias e feitorias comerciais em território indiano, introduziremos na discussão um fragmento do livro "Os Grandes Exploradores – de Cristóvão Colombo à Conquista do Continente Africano" (2009, p. 94-95).

Dificuldades nas Índias

Nos portos da costa oriental da África, os habitantes, muçulmanos, e particularmente os comerciantes árabes, cientes dos objetivos da missão e das consequências que podem resultar para eles, manifestam para com os portugueses uma franca hostilidade. Ocorre o mesmo na Índia, onde a existência de Estados fortemente estruturados e dotados de poderosos meios de ação para dificultar o explorador, combinada com a má vontade dos exploradores e dos comerciantes árabes, que fazem de tudo para afastar Vasco da Gama e impedi-lo de conseguir seda e especiarias, quase fazem a empresa malograr. A decepção do enviado de João II é muito maior do que os portugueses tinham julgado até então, ou seja, que os muçulmanos só mantinham uma fração da rota que conduzia para as especiarias e não todos os Estados da Índia. Ora, Vasco da Gama é forçado a constatar isso: o espaço controlado pelo Islã é muito mais considerável do que a opinião comum admitia: regiões inteiras da Índia estão nas mãos dos muçulmanos.

Vasco da Gama descobre também aos poucos, para sua grande inconveniência, que as práticas comerciais a que os portugueses se habituaram nas costas africanas, isto é, a troca de quinquilharias por objetos de valor, não tem eficácia no território indiano. Os mercadores indianos só demonstram desprezo pelas imitações de vidro, tão apreciadas pelos africanos. O investimento será, portanto, mais pesado do que o previsto, caso os portugueses cheguem a ter acesso às mercadorias que cobiçam... Mais pesado relativamente, porque o chefe da expedição tem uma boa surpresa ao constatar que, no total, as especiarias oferecidas no local estão com um preço irrisório com relação ao seu valor no Ocidente. Após muitas dificuldades, os portugueses conseguem negociar. Pimenta, canela, gengibre e cravo são embarcados nos três maiores navios, em grande quantidade, pois ocupam pouco espaço. Vasco da Gama carrega igualmente muitas pedras, compradas a preço bastante elevado, contudo, pois os indianos têm conhecimento preciso do valor desses bens.

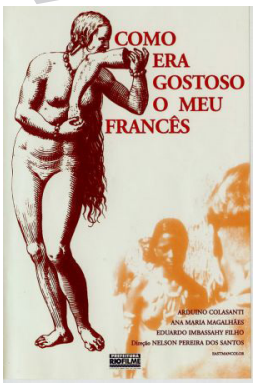
O regresso se realiza em condições penosas. Vasco da Gama não tem nenhum conhecimento do regime das monções. Ele embarca nas piores condições: leva três meses para chegar à África. A frota se dispersa. Perde dois dos quatro navios. A tripulação, esgotada, é acometida pelo escorbuto. Os sobreviventes chegam a Lisboa em agosto de 1499; os custos da expedição são cobertos sessenta vezes pela venda das especiarias. A missão trouxe a prova de que a Índia podia ser alcançada pela África e as especiarias entregues ao Ocidente sem a intermediação dos mercadores muçulmanos.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela expedição de Vasco da Gama junto aos mercadores muçulmanos que dominavam parte significativa do comércio indiano, o caminho para o comércio e, acima de tudo, dos lucros, parecia se abrir aos ambiciosos portugueses. Caberia ao Rei de Portugal organizar uma nova expedição, ainda maior, para fortalecer o contado com Calicute. O comandante desta expedição seria Pedro Álvares Cabral, que, além de impor o comércio com as Índias pela força, seria famoso por ter "descoberto" o Brasil.



Caro acadêmico, no próximo tópico iremos estudar a conquista do Brasil e seus desdobramentos históricos.





COMO ERA GOSTOSO O MEU FRANCÊS

SINOPSE

No Brasil de 1594, um aventureiro francês prisioneiro dos Tupinambás escapa da morte graças aos seus conhecimentos de artilharia. Segundo a cultura tupinambá, é preciso devorar o inimigo para adquirir todos os seus poderes, no caso saber utilizar a pólvora e os canhões. Enquanto aguarda ser executado, o francês aprende os hábitos dos Tupinambás e se une a uma índia e através dela toma conhecimento de um tesouro enterrado e decide fugir. A índia se recusa a segui-lo e após a batalha com a tribo inimiga, o chefe Cunhambebe marca a data da execução: o ritual antropofágico será parte das comemorações pela vitória.

COMO ERA GOSTOSO O MEU FRANCÊS. Direção de Nélson Pereira dos Santos. Brasil: Condor Filmes e Riofilme, VHS, 1970 (83 min).

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você estudou que:

- A ocupação da costa africana e das ilhas do Atlântico foi fruto de uma vasta pesquisa que envolveu praticamente toda a sociedade portuguesa.
- A viagem de Vasco da Gama foi a descoberta do caminho marítimo até as Índias.

AUTOATIVIDADE



1 Faça um texto crítico comentando o processo de ocupação da costa africana.

2 Por que as especiarias eram tão importantes para a sociedade europeia dos séculos XV, XVI e XVII?

TÓPICO 3

A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL E A CONQUISTA DO BRASIL

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, neste tópico daremos início ao estudo do "descobrimento" do Brasil. A palavra "descobrimento" não é apropriada, pois antes da chegada dos portugueses à região, que hoje chamamos de Brasil, já era habitada pelos mais variados povos. Neste sentido, o Brasil não foi descoberto, mas sim conquistado.

Estudaremos neste tópico a organização da esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, bem como um pouco do cotidiano da travessia que levou ao "descobrimento". Além disso, iremos problematizar o processo de conquista e o contato cultural, num primeiro momento, entre o elemento português colonizador e o "índio" nativo colonizado.



Índio – o termo nasceu do engano histórico, pois Cristóvão Colombo, ao descobrir a América, achou que havia descoberto a Índia. A partir daí o termo se popularizou. Com o tempo surgiram outras designações para o nativo americano, são elas: aborígene, ameríndio, autóctone, brasilíndio, gentio, íncola, negro da terra, nativo, bugre, silvícola, entre outras.

2 A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

A expedição de Pedro Álvares Cabral possui o mérito de ter sido a responsável pelo "descobrimento" do Brasil, porém existem alguns historiadores que afirmam que o Brasil já havia sido descoberto há alguns anos antes, tanto por portugueses, quanto por espanhóis.

Sobre esse assunto Boris Fausto afirma (2007, p. 30) que:

> Desde o século XIX, discute-se se a chegada dos portugueses ao Brasil foi obra do acaso, sendo produzida pelas correntes marítimas, ou se já havia conhecimento anterior do Novo Mundo e Cabral estava incumbido de uma espécie de missão secreta que o levasse a tomar o rumo do ocidente. Tudo indica que a expedição de Cabral se destinava efetivamente às Índias. Isso elimina a probabilidade de navegantes europeus, sobretudo portugueses, terem frequentado a costa do Brasil antes de 1500. De qualquer forma, trata-se de uma controvérsia que hoje interessa pouco, pertencendo mais ao campo da curiosidade histórica do que da compreensão dos processos históricos.

Sobre essa polêmica, Eduardo Bueno (1998, p. 32-33) afirma que:

> [...] de qualquer modo – soubesse ou não o rei D. João II da existência do Brasil –, o certo é que, no segundo semestre de 1497, quando navegava em direção à Índia, Vasco da Gama já pressentira a existência dessas mesmas terras. De fato, no dia 22 de agosto daquele ano, depois de zarpar das ilhas do Cabo Verde, no rumo da Índia, Gama e seus homens avistaram, em pleno mar, aves marinhas voando "muito rijas, como aves que iam para terra". Gama não pôde desviar sua rota para segui-las, mas a aparição foi registrada no seu diário de bordo. Naquele momento, os navegadores portugueses estavam interessados na verdadeira Índia – que eles sabiam que ficava a leste, para além do Oceano Atlântico – e não nas terras que Colombo descobria a oeste. Em junho de 1499, logo que Vasco da Gama chegou a Lisboa com a notícia longamente aguardada de que a Índia poderia ser alcançada por mar, o rei de Portugal, D. Manoel, tratou de organizar o envio de uma nova expedição para o fabuloso reino das especiarias. Em sua jornada de ida, essa expedição poderia explorar também a margem ocidental do Atlântico, cuja posse Portugal assegurara desde o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494.

Como vimos anteriormente, a polêmica gerada acerca do "descobrimento" do Brasil não pode ser considerada como o centro da questão. Intencional ou não, o achamento do Brasil fez de Portugal uma potência. Devemos considerar este como um marco nas grandes navegações, pois foi a expedição mais poderosa até então organizada por um estado europeu.

> Não sabemos se o nascimento do Brasil se deu por acaso, mas não há dúvida de que foi cercado de grande pompa. A primeira nau de regresso da viagem de Vasco da Gama chegou a Portugal, produzindo grande entusiasmo, em julho de 1499. Meses depois, a 9 de março de 1500, partia do Rio Tejo, em Lisboa, uma frota de 13 navios, a mais

> aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando do fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira a 21 de abril. Nessa data, houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro (BUENO, 2007, p. 30).

A travessia atlântica da frota de Cabral, desde a sua saída de Lisboa, até o avistamento de terra na costa brasileira, durou em torno de 44 dias. O percurso foi marcado por alguns incidentes, o mais grave deles foi a perda de um navio que não foi mais localizado. Apesar disso, a travessia foi tranquila, afirmando assim a possibilidade do Brasil passar a ser um ponto seguro de escala e aguada para as futuras expedições que almejavam chegar até as Índias.

Para entendermos um pouco do cotidiano a bordo de uma caravela na travessia do Atlântico, iremos introduzir um fragmento do "Livro de Ouro da História do Brasil", dos historiadores Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio (2001, p. 14-17). Acompanhe na sequência.

Apesar de pequenas – cerca de 20 metros de comprimento –, ágeis, capazes de avançar em zigue-zague contra o vento e dotadas de artilharia pesada, as caravelas eram tidas como os melhores veleiros a navegar em alto-mar. Mas, mesmo se a embarcação fosse boa, o cotidiano das viagens ultramarinas não era nada fácil. A precariedade da higiene a bordo começava pelo espaço restrito que era utilizado pelos passageiros: algo em torno de 50 centímetros por pessoa. Em uma nau de três cobertas, duas eram utilizadas para a carga da Coroa, dos mercadores e dos próprios passageiros. A terceira era ocupada em sua maior parte pelo armazenamento de água, vinho, madeira e outros artefatos de utilidade. Nos "castelos" das embarcações encontravam-se as câmaras dos oficiais – capitão, mestre, piloto, feitor, escrivão e dos marinheiros, armazenando-se no mesmo local pólvora, biscoitos, velas, panos, etc. O banho a bordo era impossível, pois, além de não existir esse hábito de higiene, a água potável era destinada ao consumo e ao cozimento de alimentos. Nos corpos ou na comida, proliferavam toda a sorte de parasitas como piolhos, pulgas e percevejos. Confinados em cubículos, os passageiros satisfaziam suas necessidades fisiológicas, vomitavam ou escarravam próximos aos que consumiam as refeições. Por isso mesmo, costumavam-se embarcar alguns litros de "água de flor", destinada a disfarçar os odores nauseabundos, além de ervas aromáticas, também queimadas para o mesmo fim. Em meio ao constante mau cheiro e associado ao balanço natural, o "enjoamento" era constante. Para piorar ainda mais a situação, a má higiene a bordo costumava contaminar os alimentos e a água embarcada. Os "fluxos de ventre", para os quais não se tinha cura, ceifavam, rapidamente, indivíduos já desidratados e desnutridos.

A alimentação durante essas longas viagens sempre foi um problema para a Coroa portuguesa. A falta habitual de víveres em Portugal impedia que os navios fossem abastecidos com quantidade suficiente de alimentos. O Armazém Real, encarregado desse fornecimento, com certa frequência simplesmente deixava de fazê-lo. A fome crônica e a debilidade física colaboravam para a morte de uma parcela importante de marinheiros. Em Memória de um Soldado na Índia, Francisco Rodrigues Silveira relatava queixoso que eram raros os "soldados que escapam das corrupções das gengivas (o temido escorbuto, doença causada pela falta de vitamina C), febres, fluxos do ventre e outra cópia de enfermidades...".

Além de escassos, os alimentos embarcados encontravam-se estragados antes mesmo de começar a viagem. Armazenados em porões úmidos, os comestíveis, ao longo da jornada, apodreciam ainda mais rapidamente. O "rol dos mantimentos" costumava incluir biscoitos, carne salgada, peixe seco (principalmente bacalhau salgado), banha, lentilhas, arroz, favas, cebolas, alho, sal, azeite, vinagre, açúcar, mel, passas, trigo, vinho e água. Nem todos os presentes tinham acesso aos víveres, controlados rigorosamente por um despenseiro ou pelo próprio capitão. Oficiais mais graduados ficavam com os produtos que estivessem em melhores condições, muitas vezes vendendo-os numa espécie de mercado negro a outros viajantes famintos. Grumetes e marinheiros pobres eram obrigados a consumir "biscoito todo podre de baratas, e com bolor mui fedorento fétido", entre outros alimentos em adiantado estado de decomposição. Mel e passas eram oferecidos aos doentes da tripulação nobre. Febres altas e delírios, que costumavam atingir muitos dos tripulantes, decorriam da ingestão de carnes excessivamente salgadas e podres, regadas a vinho avinagrado. Quando ocorriam calmarias, sob o calor tórrido dos trópicos, os marinheiros famintos ingeriam de tudo: sola de sapatos, couro dos baús, papéis, biscoitos repletos de larvas de insetos, ratos, animais mortos e até mesmo carne humana. Matavam a sede com a própria urina. Muitos, contudo, preferiam suicidar-se a morrer de sede.

Na realidade, a dramática situação dos navegadores não diferia muito daquela enfrentada pelos camponeses em terra firme. Um trabalhador que cavasse de sol a sol, sete dias por semana, não ganhava mais do que dois tostões por dia. A quantia mal lhe permitia comprar um alqueire de pão. O que dizer do sustento de famílias inteiras, sem alimentos ou vestimentas? Um grande número de camponeses pobres preferia fugir da fome enfrentando os riscos do mar, mesmo conhecendo as privações a que seriam submetidos na Carreira da Índia. O sonho com o império das especiarias era um alento e uma possibilidade num quadro de miséria e desesperança.

Neste texto pode-se constatar que as viagens não eram nada confortáveis, praticamente faltava de tudo, apesar disso muitas pessoas preferiam enfrentar as privações das viagens a ficarem em terra vivendo uma vida miserável como camponeses. Além disso, o texto informa como era o cotidiano em uma caravela, essa realidade praticamente perdurou até o século XIX, quando se inseriu na dieta dos marinheiros frutas cítricas, o que veio a fornecer vitamina C, pois a maior causa do escorbuto era justamente a falta desta vitamina. Com o consumo das frutas, a incidência do escorbuto diminuiu bastante.



Escorbuto – era uma doença comum entre os marinheiros que realizavam as travessias marítimas em direção às Índias ou ao Novo Mundo. Este "mal" era originado pela falta de vitamina C, em decorrência da má alimentação a bordo das naus.

É necessário entender que o Brasil, num primeiro momento, não se transformou em um importante entreposto comercial para os portugueses, pois o que importava naquela época era solidificar as relações comerciais com a Índia. Esta tarefa era árdua em virtude de Portugal ser um país de escassos recursos populacionais.

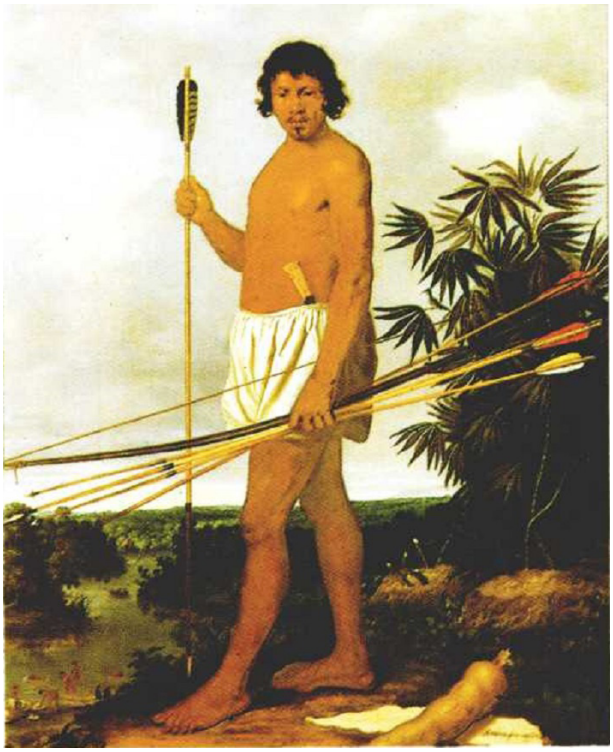
> Cabral seguiu a rota de Vasco da Gama e, por acidente ou propositadamente (é concebível que os portugueses tivessem informações sobre a presença de terras nas proximidades), localizou a costa brasileira, atracando em Porto Seguro no ano de 1500. De lá, com 11 navios (um se separara no Atlântico e não foi mais localizado e um segundo foi enviado a Portugal com a notícia da descoberta do Brasil), os portugueses partiram para a Índia. Apesar da perda de quatro navios na travessia do Atlântico (um deles comandado por Bartolomeu Dias, o primeiro homem a contornar a África), Cabral chegou a Calicute, levando presentes ricos para o samorim hindu, que reclamara por Gama não havê-lo presenteado adequadamente. Os mercadores mulçumanos, que dominavam o comércio da região, procuraram impedir que os portugueses obtivessem as mercadorias que desejavam e, quando Cabral capturou um navio muçulmano de transporte de especiarias, os mercadores protestaram atacando seu posto de comércio e matando os que lá se encontravam. Cabral reagiu capturando outros dez navios muçulmanos e partiu para Cochin e Cananor, onde completou o carregamento de seus barcos. Voltou a Lisboa em julho de 1501; a carga dos seis navios que trouxe ao porto mais do que compensou os custos da expedição (MIGLIACCI, 1997, p. 46).

A expedição de Cabral foi um sucesso sob todos os aspectos, pois a mesma tomou posse do Brasil e estabeleceu uma base sólida de comércio com a Índia. No próximo item, iremos estudar o processo de conquista do Brasil após a "descoberta".

3 A CONQUISTA DO BRASIL

Quando os portugueses "descobriram" oficialmente o Brasil em 22 de abril de 1500, ele era habitado por uma infinidade de povos, distribuídos por praticamente todo o território que hoje forma o Brasil contemporâneo. Podemos dividir esses povos ameríndios em dois grandes grupos, são eles: os tupis-guaranis e os tapuias.

FIGURA 4 – ÍNDIO TUPINAMBÁ



FONTE: Cotrin (1999, p. 14)

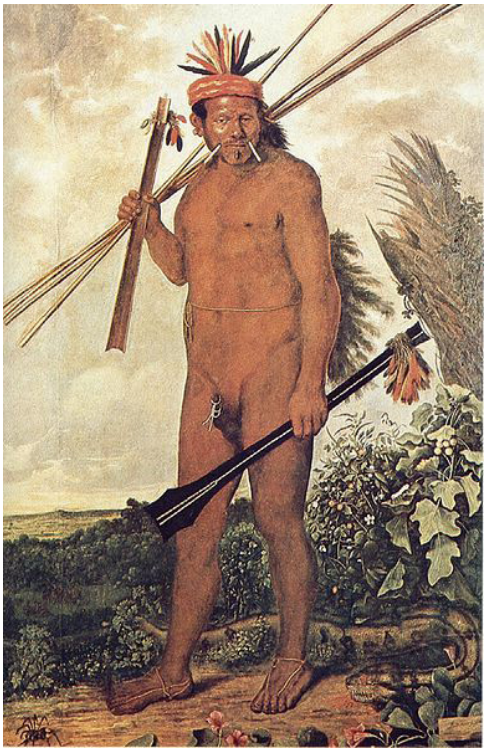
O primeiro grupo denominado tupis-guaranis habitava praticamente toda a costa brasileira, desde o Ceará até a Lagoa dos Patos, no atual Rio Grande do Sul.

Segundo Boris Fausto (2007, p. 37):

> Os Tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Ananeia, no sul do atual estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananeia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

O segundo grupo, denominado tapuias, habitava áreas onde a presença tupi-guarani era interrompida, citamos o exemplo dos Goitacases, localizados na foz do Rio Paraíba, dos Aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, pelos Tremembés fixados entre o Ceará e o Maranhão. "Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra genérica usada pelos tupis-guaranis para designar índios que falavam outra língua" (FAUSTO, 2007, p. 38).

FIGURA 5 – ÍNDIO TAPUIA



FONTE: Cotrin (1999, p. 13)

Os tupis-guaranis eram mais numerosos que os tapuias, entretanto os tapuias eram mais aguerridos que os primeiros. Ambos os grupos possuem grande importância no contexto do Brasil pré-colombiano, pois desenvolveram experiências culturais únicas na pré-história do continente americano.

A classificação relacionada nos parágrafos anteriores deriva de estudos da antropologia contemporânea, que procurou organizar os povos indígenas brasileiros segundo suas afinidades culturais e a língua.

Ambos os grupos praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e raízes e a agricultura. Sua experiência relacionada ao domínio da natureza será aproveitada pelos portugueses no processo futuro de colonização do Brasil. Segundo Boris Fausto (2007, p. 38), "[...] os cálculos oscilam entre números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira". Desta forma, é difícil estabelecer o número da população nativa na época do "descobrimento". Esta questão será aprofundada no próximo item.

Para aprofundarmos o estudo dos povos indígenas brasileiros introduziremos um fragmento do livro "História do Brasil: um olhar crítico", do historiador Gilberto Cotrim (1999, p.13-15), que aborda a cultura tupi.

Apresentaremos a seguir características básicas das sociedades tupis. Essa caracterização é baseada nos registros deixados por missionários e viajantes europeus dos séculos XVI e XVII. Entretanto, apesar da aparente semelhança, qualquer tentativa de síntese etnográfica desses povos oferece problemas em razão da diversidade das sociedades que integram a família linguística dos tupis.

Para descrever a diversidade cultural das sociedades indígenas os europeus reduziram-nas a duas categorias genéricas: tupi-guarani e tapuia. Como tapuia eram classificados os grupos pouco conhecidos pelos europeus, percebidos como a antítese das sociedades tupis e guaranis, isto é, grupos que falavam línguas diferentes dos tupis e dos guaranis (jês, aruaques etc.).

Os tupis-guaranis praticavam uma agricultura de subsistência, cujo objetivo era produzir alimentos para satisfazer as necessidades de sobrevivência do grupo. Não havia a preocupação de acumular excedentes.

Cultivavam a mandioca, o milho, a batata-doce, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o algodão, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná e muitas outras plantas. Na preparação do solo, os homens abriam clareiras na mata, derrubando árvores com machados de pedra e limpando o terreno com queimadas. As mulheres dedicavam-se ao plantio.

Mesmo sendo agricultores, os tupis-guaranis não constituíam povoados fixos e permanentes: a mobilidade espacial ainda era uma característica cultural desses povos. O deslocamento de uma aldeia era motivado por razões diversas: o desgaste do solo, a diminuição de reservas de caça, disputas internas entre facções, ou a morte de um chefe. A identidade de cada aldeia associava-se ao líder da comunidade, responsável pela mobilização de parentes e seguidores e pela organização da vida material. Entretanto, a liderança indígena geralmente não implicava privilégios econômicos ou sociais.

Apesar de certa unidade linguística e cultural, os índios do tronco tupi-guarani não formavam uma única sociedade. Ao contrário, constituíam, frequentemente, grupos rivais que receberam várias denominações como: tupinambás, tupiniquins, guaranis, caetés, potiguares etc.

Os tupis-guaranis viviam em permanente guerra contra seus adversários, fossem eles tribos da sua própria matriz cultural ou tribos de outras matrizes, como os jês, os aruaques, etc. A guerra, o cativeiro e o sacrifício dos prisioneiros constituíam uma das bases das relações entre as aldeias tupis-guaranis no Brasil pré-colonial. Eram elementos fundamentais nas relações intertribais e, depois, nas relações euroindígenas. A compreensão dessa dinâmica de conflitos forneceu aos europeus uma das chaves para o controle sobre a população nativa.

Em inúmeros setores da expressão cultural do país (música, artes plásticas, literatura, dança, religião, técnicas de trabalho etc.), encontramos a marcante presença das sociedades indígenas. Vejamos alguns exemplos que ilustram essa presença cultural no cotidiano da vida brasileira:

- **Alimentos**: batata, milho, mandioca, batata-doce, mel de abelha, tomate, feijão, amendoim, abacaxi, mamão, goiaba, jabuticaba, maracujá.
- **Espécies vegetais utilizadas na economia mundial**: borracha, cacau, palmito, tabaco, erva-mate.
- **Plantas medicinais**: jaborandi, copaíba, quinino, folha de coca, curare.
- **Plantas manufatureiras**: algodão, piaçaba (vassouras), babaçu (fabricação de óleos).
- **Vocabulário**: Curitiba, Piauí, caju, mandioca, jacaré, sabiá, Tietê, tatu, abacaxi, entre muitas outras.
- **Técnicas**: trabalhos de cerâmica, preparo de farinha de mandioca e de milho.

Para tanto, é importante salientar que o contato com os portugueses representou uma verdadeira catástrofe no cotidiano das populações nativas. Os conquistadores introduziram novos hábitos e costumes, além de professarem uma nova religião que mais tarde iria predominar entre as populações nativas. O cristianismo seria uma das principais bandeiras dos portugueses, sendo os jesuítas os principais representantes.

No próximo item iremos estudar, com mais propriedade, a questão da conquista portuguesa do Brasil e suas consequências para as nações indígenas.

FIGURA 6 – CABANAS



FONTE: Freyre (2003, p. 158)

3.1 A CONQUISTA: A CHEGADA DOS PORTUGUESES

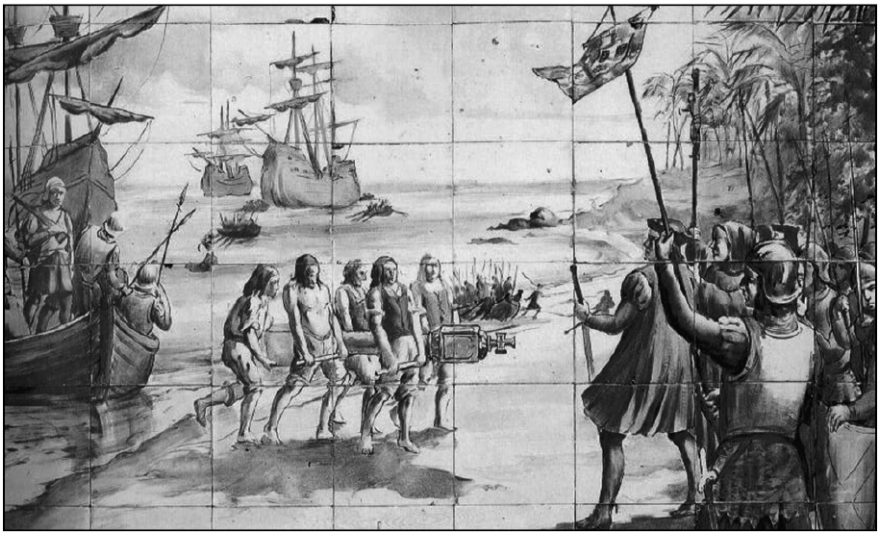
Temos que entender que o processo de povoamento e colonização do Brasil não foi um "conto de fadas", mas sim um processo histórico doloroso, principalmente para os povos nativos, processo este repleto de rupturas.

Pero Vaz de Caminha (2002, p. 94), escrivão da esquadra de Cabral, relata em sua famosa carta ao rei de Portugal que os habitantes das terras "recém-descobertas" possuíam as seguintes características:

> A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metido neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.
> Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sorte-pente, de boa grandura e raspados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui serrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não era) de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

Em seu relato Caminha apenas descreve os índios, ele não menciona nenhum conflito ocorrido entre europeus e nativos, sabemos que os primeiros anos da colonização foram relativamente pacíficos, apesar disso os conflitos não demorariam a ocorrer.

FIGURA 7 – REPRESENTAÇÃO DO DESEMBARQUE DA EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL NA COSTA DA BAHIA EM 23 DE ABRIL DE 1500



FONTE: **Os Grandes Exploradores**. V. II De Cristóvão Colombo à Conquista do Continente Africano, 2009, p. 97.

Gilberto Freyre afirma que os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, encontraram uma população nativa vivendo ainda na pré-história, com hábitos simples e uma forte ligação com a natureza. Freyre elabora uma discussão muito interessante, ao comparar os nativos com os colonizadores portugueses recém-chegados. O historiador tece uma análise do encontro entre os nativos e os colonizadores, afirmando que os primeiros viviam ainda na adolescência da civilização, sendo que os portugueses já se encontravam na fase adulta.

> De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 2003, p. 158**).**

Assim, os primeiros contatos foram pacíficos e de bom entendimento. Apesar disso, os portugueses sempre desenvolveram uma postura arrogante, indicando a sua cultura e religião como superiores às dos nativos.

Segundo Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio (2001, p. 30):

> Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos segundos, seus "aliados", para a sua alimentação e proteção. O escambo de produtos como pau-brasil, farinha, papagaios e escravos – vítimas de guerras intertribais – por enxadas, facas, foices, espelhos e quinquilharias dava regularidade aos entendimentos. Mas a partir de

> 1534, aproximadamente, tais relações começaram a alterar-se. Se antes os brancos estavam submissos à vontade dos nativos, o panorama começava a mudar. O estilo de vida e as instituições sociais europeias, como o regime das donatárias, entranhavam-se na nova terra.

Em relação ao indígena, a ideia inicial desenvolvida pelos colonizadores foi de simpatia. Segundo Nelson Werneck Sodré (1976, p. 56), os primeiros contatos "[...] simples, cordiais sem nenhum entrave e sem nenhuma preocupação, de parte a parte, tudo correu da melhor maneira, e começaram a aparecer os elogios desmedidos, a louvação continuada, uma repetição curiosa de qualidades".

Um aspecto cultural interessante e que fez parte, inicialmente com estranhamento e, em seguida, com a efetiva participação do português, está relacionado diretamente à sexualidade tanto do colonizador quanto do nativo. Pois como nos ensina Gilberto Freyre:

> O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2003, p. 161).

A seguir, uma adaptação do livro "**Casa Grande e Senzala**", do historiador Gilberto Freyre (2001, p. 2), que demonstra, em forma de quadrinho, um pouco da história do relacionamento cultural entre portugueses e nativos.

FIGURA 8 – RELACIONAMENTO CULTURAL ENTRE PORTUGUESES E NATIVOS



O português colonizador exercia um verdadeiro fascínio sobre os nativos, pois sua base tecnológica era muito superior. Neste contexto, europeus e índios conviveram de forma pacífica nas primeiras décadas da colonização do Brasil.

Apesar disso, o processo de conquista empreendido pelos portugueses iria se intensificar no momento da decisão de se iniciar o processo de colonização propriamente dito. Isso irá acontecer a partir de 1530 com a chegada da expedição de Martim Afonso de Sousa.

Era natural que as relações entre índios e brancos fossem mais harmoniosas nos anos iniciais da colonização, pois no dizer de Nelson Werneck Sodré (1976, p. 57):

> No período inicial da vida brasileira, quando a costa era apenas policiada, ou nela se instalaram umas poucas feitorias, não surgiram motivos de atrito entre povoadores primitivos e novos povoadores. Estes não vinham disputar a terra, apropriar-se dela, plantar e colher. Eram poucos, desinteressados das coisas da terra nova, voltados para o oceano e dele esperando, quando não a liberdade, com o retorno, pelo menos as utilidades, a retomada de contato com gente sua igual, que lhes falava a língua e lhes entendia os desejos. O branco das feitorias acomodava-se à vida que os índios levavam, valia-se de sua experiência, vivia com os índios.

Com a intensificação do processo de colonização e conquista, essa realidade tenderia a mudar, pois os portugueses passariam a ver os índios como mão de obra a ser escravizada, além disso, eles iriam cobiçar as terras ocupadas pelas populações nativas. Estes aspectos tenderiam a tensionar as relações entre índios e portugueses, dando início a sérios conflitos.

Nas palavras de Sodré (1976, p. 57-58):

> Numa segunda fase, e quando ocorreu o estabelecimento definitivo dos povoadores, quando se tratou, a rigor, de colonizar – o que não aconteceu em toda a costa e nem em todo o tempo – as relações foram subvertidas. O índio apresentou-se como mão de obra, e mão de obra ao pé da obra, com imensas e insubstituíveis vantagens portanto. Aí, como era inevitável, a luta abriu-se e assumiu as proporções de destruição sistemática.

Com a introdução da monocultura, o processo de conquista dos povos nativos e da própria terra em si irá tomar proporções inéditas. As consequências deste processo será o extermínio das tribos, a cultura indígena não irá suportar a estrutura de produção que se estabelecia.

> Ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses começavam a virar o jogo. O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la. Submetê-los, sujeitá-los, escravizá-los, negociá-los passou a ser a grande preocupação (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 31).

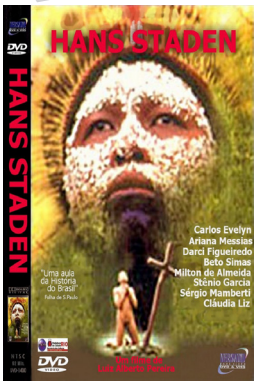
As populações indígenas litorâneas serão forçadas a migrarem para o interior, perdendo parte significativa de sua população. Começa assim o martírio do índio brasileiro que passou de aliado a inimigo em poucas décadas.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico vimos que:

- A expedição de Pedro Álvares Cabral, além de oficializar o "descobrimento" do Brasil, construiu bases sólidas de comércio com o oriente.
- O descobrimento do Brasil foi casual ou intencional.
- O Brasil foi conquistado e não descoberto, pois aqui já viviam povos muito diferentes dos portugueses.
- Num primeiro momento, a relação com os nativos foi relativamente pacífica, porém isto mudaria com a intensificação do processo de povoamento e colonização.





HANS STADEN

SINOPSE

Hans Staden (Carlos Evelyn) é um imigrante alemão que naufragou no litoral de Santa Catarina. Dois anos depois, chegou a São Vicente, concentração da colônia portuguesa no Brasil, onde trabalhou por mais dois anos, visando juntar dinheiro para retornar à Europa. Neste tempo em que viveu em São Vicente, Staden passou a ter um escravo da tribo Carijó, que o ajudava. Preocupado com seu sumiço repentino após ter ido pescar, Staden parte em sua procura, sendo encontrado por sete índios Tupinambás, inimigos dos portugueses, que o prendem no intuito de matá-lo e devorá-lo. É a partir de então que passa a ter que arranjar meios para convencer os índios a não devorá-lo e permanecer vivo.

HANS STADEN. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil: Cinema Nacional, DVD (92 min), color.

AUTOATIVIDADE



1 Na sua opinião, o descobrimento do Brasil foi casual ou intencional? Argumente e explique.

2 Faça um texto crítico comentando como era o cotidiano a bordo de uma caravela do "descobrimento".

TÓPICO 4



O PERÍODO PRÉ-COLONIAL: "OS ANOS ESQUECIDOS"

1 INTRODUÇÃO

Neste tópico iremos estudar o período pré-colonial, também conhecido como "os anos esquecidos" da colonização do Brasil. Este período vai de 1500, com o "descobrimento" do Brasil, até 1531, com a chegada da "missão civilizadora" de Martim Afonso de Sousa.

Estes primeiros anos da história do Brasil são particularmente curiosos, pois os portugueses demonstraram muito pouco interesse pelo efetivo povoamento e pela colonização da colônia, preferindo investir no lucrativo comércio com o extremo oriente. Foi uma época na qual os principais colonizadores eram traficantes, náufragos e degredados, além disso, foi um tempo de convívio pacífico com os nativos.

A principal atividade econômica, durante estes primeiros 30 anos, foi a extração do pau-brasil, também conhecido como "pau-de-tinta". Geralmente essa atividade era feita em parceria com os nativos que, em troca da extração das árvores na floresta, recebiam "quinquilharias", tais como: espelhos, gorros, facas, machados, bijuterias, roupas, entre outros produtos manufaturados.

2 A FALTA DE INTERESSE DE PORTUGAL EM COLONIZAR O BRASIL

A abertura de uma rota marítimo-comercial com a Índia praticamente coincidiu com a "descoberta" do Brasil. Por ser Portugal um país de escassos recursos e, além disso, ter um baixo índice demográfico, teve que optar em direcionar seus esforços de colonização para apenas uma das áreas geográficas. Para piorar ainda mais a situação, não foram encontrados, em um primeiro momento, metais preciosos ou outros produtos que pudessem dar um sentido econômico para o povoamento e colonização das terras recém-descobertas.

É de conhecimento de todos que as terras brasileiras eram ricas em pau-brasil, madeira que era utilizada para a fabricação de um corante vermelho utilizado para o tingimento de tecidos. "Porém, o lucro a ser obtido com a exploração dessa madeira seria menor do que o vantajoso comércio de produtos africanos e asiáticos" (COTRIM, 1999, p. 58).

Segundo Caio Prado Júnior (1987, p. 12):

> A colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução. Com sua população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar, pouco lhe sobrava, em gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral.

Como nos diz Boris Fausto (2007, p. 42):

> Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses.

Assim, o "descobrimento" do Brasil não provocou em Portugal muito entusiasmo. O Brasil aparece para os portugueses como uma terra virgem e exótica, lugar de morada de aves e animais estranhos, além de povoado por seres humanos estranhos ao olhar europeu.



Radiografia do Pau-Brasil

Nome: *Caesalpinia Echinata* (família *leguminosae*).
Nomes indígenas: ibïrapitanga e arabutã.
Distribuição: do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte.
Altura média de cada árvore: entre 10 e 15 metros.
Tamanho e peso das toras: 1,5 metros e 30 quilogramas. Cada navio levava em média 5 mil toras para a Europa.
Para derrubar e partir cada árvore: em torno de 4 horas, com machado de pedra e cerca de 15 minutos com machado de ferro.
Distância de onde eram trazidas: em 1558, de 18 quilômetros da costa. Em 1890, a mais de 150 quilômetros.
Árvores derrubadas: 70 milhões de pés. Foram mais de 3 mil toneladas por ano durante 3 séculos.
Quanto valia o pau-brasil: um navio carregado com a madeira valia sete vezes menos do que o navio cheio de especiarias. Ainda assim, dava um lucro de 300% (BUENO, 2003, p. 35).

> O descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas – índios, papagaios, araras – prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de terra dos papagaios. O Rei Dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e logo de Santa Cruz. O nome Brasil começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil (FAUSTO, 2007, p. 42).

Em função disso, o interesse de Portugal por sua colônia americana foi muito pequeno nos primeiros 30 anos de colonização. Os esforços portugueses foram limitados ao envio de algumas expedições destinadas ao reconhecimento da costa, além de combater as visitas de embarcações de outras nacionalidades, a esta iniciativa foi dado o nome de "expedições guarda-costa".

Primeiras expedições

- Expedição comandada, provavelmente, por Gaspar de Lemos (1501): explorou grande parte do litoral brasileiro e deu nome aos principais acidentes geográficos então encontrados (ilhas, cabos, rios, baías). Constatou-se a existência de grande quantidade de pau-brasil ao longo do litoral. Essa constatação foi atribuída ao navegador florentino Américo Vespúcio, que fazia parte da expedição.
- Expedição comandada, provavelmente, por Gonçalo Coelho (1503): organizada em função de um contrato assinado entre o rei de Portugal e um grupo de comerciantes interessados na exploração do pau-brasil. Dentre eles, destacava-se o rico comerciante Fernão de Noronha.
- Expedições comandadas por Cristóvão Jacques (1516 e 1526): duas expedições foram organizadas para deter o contrabando de pau-brasil feito por outros comerciantes europeus, como os franceses. Eram as chamadas expedições guarda-costa. Essas expedições, porém, não conseguiram impedir o contrabando, devido à grande extensão do nosso litoral.

FONTE: Cotrim (1999, p. 58)

Apesar de Portugal ter demonstrado pouco interesse pela colonização, nos primeiros 30 anos do descobrimento, muitos europeus fizeram contatos com os nativos, sendo que estes contatos foram relativamente saudáveis para ambas as partes. Este será o assunto a ser estudado no próximo item.

2.1 "NÁUFRAGOS, TRAFICANTES E DEGREDADOS"

Estudar os primeiros 30 anos da colonização do Brasil não é tarefa fácil, pois existem poucos estudos publicados sobre esse assunto. Um livro interessante se chama "Náufragos, Traficantes e Degredados" de autoria do jornalista Eduardo Bueno. Esta obra procura analisar, como o próprio título sugere, estas três figuras sociais de origem europeia que, por razões diversas, acabaram convivendo com os índios brasileiros durante o período pré-colonial.

O período pré-colonial é o mais nebuloso da história do Brasil, como afirmamos anteriormente, pois existem poucos relatos sobre o assunto. Nestas três décadas iniciais da colonização, muitos europeus foram abandonados pelos seus próprios conterrâneos em nosso território. Essas pessoas eram degredados que foram condenados em Portugal a cumprir pena na colônia. Isso era comum, pois a metrópole possuía escassez de recursos humanos e aproveitava até mesmo os criminosos.



Degredados – eram pessoas que eram expulsas de sua pátria ou de sua terra de origem.

Além dos degredados, muitos náufragos e desertores, das mais diversas expedições, passaram a conviver com os nativos. O convívio entre estes europeus e os índios, ocorreu praticamente em todo o litoral brasileiro. Mais tarde, com a instituição do Governo Geral, em 1549, esses europeus seriam muito úteis para o estabelecimento de bases mais sólidas para a colonização do Brasil.

Segundo Eduardo Bueno (1998, p. 7):

> O que se pode afirmar com certeza é que a partir de 1525, quando os europeus começaram a desembarcar com mais frequência no Brasil, encontraram uma galeria de personagens enigmáticos. Eram homens brancos que viviam entre os nativos: alguns tinham sobrevivido ao naufrágio de seus navios, outros haviam desertado. Muitos haviam cometido algum crime em Portugal e foram condenados ao degredo no Brasil, outros tiveram a audácia de discordar de seus capitães e acabaram desterrados. Vários estavam casados com as filhas dos principais chefes indígenas, exerciam papel preponderante na tribo, conheciam suas trilhas, usos e costumes, e intermediavam as negociações entre várias nações indígenas e os representantes de potências europeias. Sua presença em pontos estratégicos do litoral seria decisiva para os rumos do futuro país.

Esses personagens individuais foram muito importantes para os primeiros anos da colonização, pois estavam muito bem integrados à cultura dos índios brasileiros. Foram eles os responsáveis pelo conhecimento de diversos saberes indígenas, tais como: localização de reservas de pau-brasil, fontes de água, trilhas e caminhos indígenas, conhecimento da fauna e flora e do conhecimento da técnica de fabricação da farinha de mandioca.

Além disso, estes europeus mantinham um bom relacionamento com os chefes tribais. Em muitas tribos, eles acabaram casando com as filhas dos próprios caciques. O fruto dessa relação com os índios acabou sendo muito benéfico para o futuro processo de colonização do Brasil.

Este aspecto acaba sendo uma ironia, pois as mesmas pessoas que eram condenadas como criminosas em Portugal, ou mesmo, desertoras na colônia, acabaram sendo consideradas pessoas importantes na colonização do Brasil. O próprio rei escrevia cartas para estas figuras enigmáticas exaltando os seus feitos. Naquela época isso era considerado uma honra muito grande.

Uma dessas figuras foi Diogo Álvares, conhecido entre os nativos como Caramuru, que era português e naufragou nos baixios do rio Vermelho em 1509 ou 1510, na atual Salvador, capital da Bahia.

Caramuru recebeu uma carta do rei D. João III, que lhe foi entregue por Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil, que foi, sem dúvida nenhuma, uma grande demonstração de reconhecimento e respeito.

Eduardo Bueno (2006. p. 41) apresenta, na íntegra, a carta enviada pelo rei D. João III. Leia-a com muita atenção.

> Diogo Álvares: Eu El-Rey vos envio muito a saudar. Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, a essa Bahia de Todos os Santos, por capitão e governador dela, para a dita capitania, e mais outras desse Estado do Brasil, prover de justiça a ela e do mais que ao meu serviço cumprir; e mando que na dita Bahia faça uma povoação e assento grande e outras coisas do meu serviço: e por que sou informado, pela muita prática e experiência que tendes dessas terras e da gente e costumes delas, o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que o dito Tomé de Sousa lá chegar, vos vades para ele, e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e ele vos encarregar; porque farei nisso muito serviço. E porque o cumprimento e tempo de sua chegada, a ache ele abastada de mantimentos da terra, para provimento da gente que com ele vai, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro. Procurem se haverem e os vades buscar (os mantimentos) pelos portos da capitania de Jorge de figueiredo (a vizinha Ilhéus). Sendo necessária vossa companhia e ajuda, encomendo-vos que o ajudeis (a Tomé de Sousa), no que virdes que cumpre, como creio que o fareis.

Como vimos, na leitura da carta anterior, figuras como Caramuru eram muito importantes para a futura colonização do Brasil. Para melhor entendermos esta questão, iremos introduzir um fragmento do livro "Náufragos, Traficantes e Degredados", do jornalista Eduardo Bueno (1999, p. 8-9). Acompanhe.

> A galeria de nomes não se limita a nomes mais conhecidos, como o mitológico Caramuru, responsável indireto pela fundação de Salvador, ou João Ramalho, virtual fundador da cidade de São Paulo. Tão importante quanto eles foi, por exemplo, o misterioso Bacharel de Cananeia, primeiro grande traficante de escravos do Brasil e do qual nem mesmo o nome se conhece. Mas há vários outros, cuja trajetória é ainda mais obscura. O que dizer do intrépido Aleixo Garcia, que em 1524 marchou de Santa Catarina, com um exército particular de dois mil índios, para atacar as cidades limítrofes do Império Inca, a mais de dois mil quilômetros dali? E de seus companheiros Henrique Montes e Melchior Ramires – desertores e polígamos – que, ainda assim, foram recebidos na corte pelos reis de Portugal e Espanha e se transformaram nos homens mais importantes na exploração do rio da Prata e do litoral sul do Brasil?
>
> A lista de personagens assombrosos dos 30 primeiros anos do Brasil não se encerra com eles. Resta ainda João Lopes de Carvalho, piloto português que foi desterrado no Rio em 1511 e, após ser recolhido pelos espanhóis, retornou ao Brasil em 1519 apenas para, dois anos mais tarde, ser abandonado em Bornéu, na Ásia, em companhia de seu filho, garoto indígena de sete anos. E o que pensar do grumete Francisco del Puerto, que viveu 14 anos entre os nativos do Prata e depois traiu o europeus que o recolheram, abrindo o portão de um forte para permitir que espanhóis e portugueses fossem massacrados pelos indígenas.
>
> Esses são apenas alguns dos protagonistas dos 30 primeiros anos do Brasil –as três décadas perdidas. Sua história pessoal, e a própria história de sua época, pode ser reconstruída a partir de cartas, referências esparsas encontradas em arquivos estrangeiros, diários de bordo e relatos de viagens. A ausência de documentos oficiais tem dificultado a pesquisa sobre essa época e, na maior parte dos livros sobre a história do Brasil, o período que vai de 1500 a 1531 se reduz, em geral, a dois parágrafos.

Portanto, os náufragos e degredados tiveram papel importante nos primeiros cinquenta anos da colonização do Brasil.



Na próxima unidade iremos estudar o processo efetivo de colonização do Brasil, efetuado a partir das capitanias hereditárias, do Governo Geral, da monocultura da cana-de-açúcar e da utilização do trabalho escravo com mão de obra índia e africana.

LEITURA COMPLEMENTAR

CANIBAIS OU BONS SELVAGENS?

A visão europeia dos índios oscilava entre dois extremos igualmente parciais. Colombo e Pero Vaz de Caminha, por exemplo, os viram como belos e inocentes selvagens vivendo em estado quase endêmico. Já o Frei Vicente de Valverde, que acompanhou a expedição de Pizarro na conquista do Império Inca, os considerava canibais ímpios e selvagens, merecedores de mil mortes. Nada disso corresponde ou correspondeu à realidade.

É certo que algumas tribos indígenas (mas de forma alguma a maioria) eram canibais; entretanto o canibalismo que praticavam era ritual, em geral um gesto de respeito a um adversário bravo ou venerável. O horror repetidamente registrado dos europeus a esse rito é ainda mais difícil de compreender se levarmos em conta que o principal rito católico, a comunhão ou eucaristia, no qual simbolicamente são consumidos o corpo e o sangue de Cristo, é igualmente um ritual de canibalismo. Esse fato talvez ajude a compreender o atraso da mentalidade europeia na época, a incapacidade de grande parte dos europeus de compreender outros conjuntos de referências, ou seja, outras culturas, para a avaliação de problemas morais. E é talvez a única justificativa para a selvageria que os "civilizados" europeus praticaram contra os que chamavam de selvagens.

Uma das ironias dos descobrimentos é exatamente a revelação do atraso europeu, especialmente ibérico, no exato momento em que a superioridade europeia sobre o mundo começou a ser afirmada. Outra, é o papel de boa parte da Igreja espanhola, especialmente das ordens franciscana e dominicana, na defesa dos indígenas contra a exploração excessiva por parte dos colonizadores. A Igreja da Inquisição, a defensora de absurdos dogmas científicos que, se respeitados, teriam impossibilitado os descobrimentos, tornou-se a primeira instituição a defender os índios, a reconhecer que tinham almas e eram "iguais" aos europeus, sem deixar, ao mesmo tempo, de desrespeitar constantemente o direito deles de divergir de suas normas.

Se os índios encontraram defesa na Igreja, já os escravos africanos eram considerados exclusivamente como mercadorias. O frei dominicano Bartolomeu de Lãs Casas, um dos mais ardorosos defensores dos índios americanos, chegou a solicitar, numa carta ao prior da ordem, que fosse apressado o envio de escravos negros às colônias, para pôr fim às crueldades praticadas contra os índios.

De fato, desde 1512 os índios eram considerados cidadãos espanhóis, ainda que com direitos restritos; o mesmo não ocorria com os escravos negros, destituídos de quaisquer direitos.

FONTE: Migliacci (1997, p. 69)

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico vimos que:

- Os primeiros trinta anos da história do Brasil foram de relativo abandono, pois, neste período, os portugueses não se interessaram pela colonização do Brasil, visto que o mesmo não apresentava possibilidade de lucros para a coroa.

- Nos primeiros trinta anos, apenas o comércio de pau-brasil forneceu algum lucro para Portugal.

- Neste período, foram organizadas algumas expedições guarda-costa, com o intuito de manter a posse da terra.





CARAMURU

SINOPSE

Em 1º de janeiro de 1500 um novo mundo é descoberto pelos europeus, graças a grandes avanços técnicos na arte náutica e na elaboração de mapas. É neste contexto que vive em Portugal o jovem Diogo (Selton Mello), pintor que é contratado para ilustrar um mapa e, por ser enganado pela sedutora Isabelle (Débora Bloch), acaba sendo punido com a deportação na caravela comandada por Vasco de Athayde (Luís Mello). Mas a caravela onde Diogo está acaba naufragando ele, por milagre, consegue chegar ao litoral brasileiro. Lá ele conhece a bela índia Paraguaçu (Camila Pitanga) com quem logo inicia um romance temperado posteriormente pela inclusão de uma terceira pessoa: a índia Moema (Déborah Secco), irmã de Paraguaçu.

CARAMURU. Direção de Guel Arraes. Brasil: Columbia TriStar, 2001, DVD (88 min), color.

AUTOATIVIDADE



1 Caracterize, de forma crítica, os primeiros trinta anos da história do Brasil.

2 O que foram as expedições guarda-costa?

UNIDADE 2

A INSTALAÇÃO DA COLÔNIA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- compreender o processo histórico que levou à instalação da colônia;
- refletir acerca das relações de poder estabelecidas com o processo de colonização do Brasil;
- ter consciência dos desdobramentos históricos da colonização do Brasil nos dias atuais;
- entender a colonização enquanto um processo de dominação.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em seis tópicos. Ao final de cada um deles, você encontrará atividades que o ajudarão a fixar os conhecimentos adquiridos.

TÓPICO 1 – A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUZA E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

TÓPICO 2 – O GOVERNO GERAL E A FUNDAÇÃO DE SALVADOR

TÓPICO 3 – MONOCULTURA, TRABALHO ESCRAVO E LATIFÚNDIO

TÓPICO 4 – O ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO

TÓPICO 5 – O DOMÍNIO ESPANHOL E A INVASÃO HOLANDESA

TÓPICO 6 – FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E OS BANDEIRANTES

TÓPICO 1

A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUZA E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

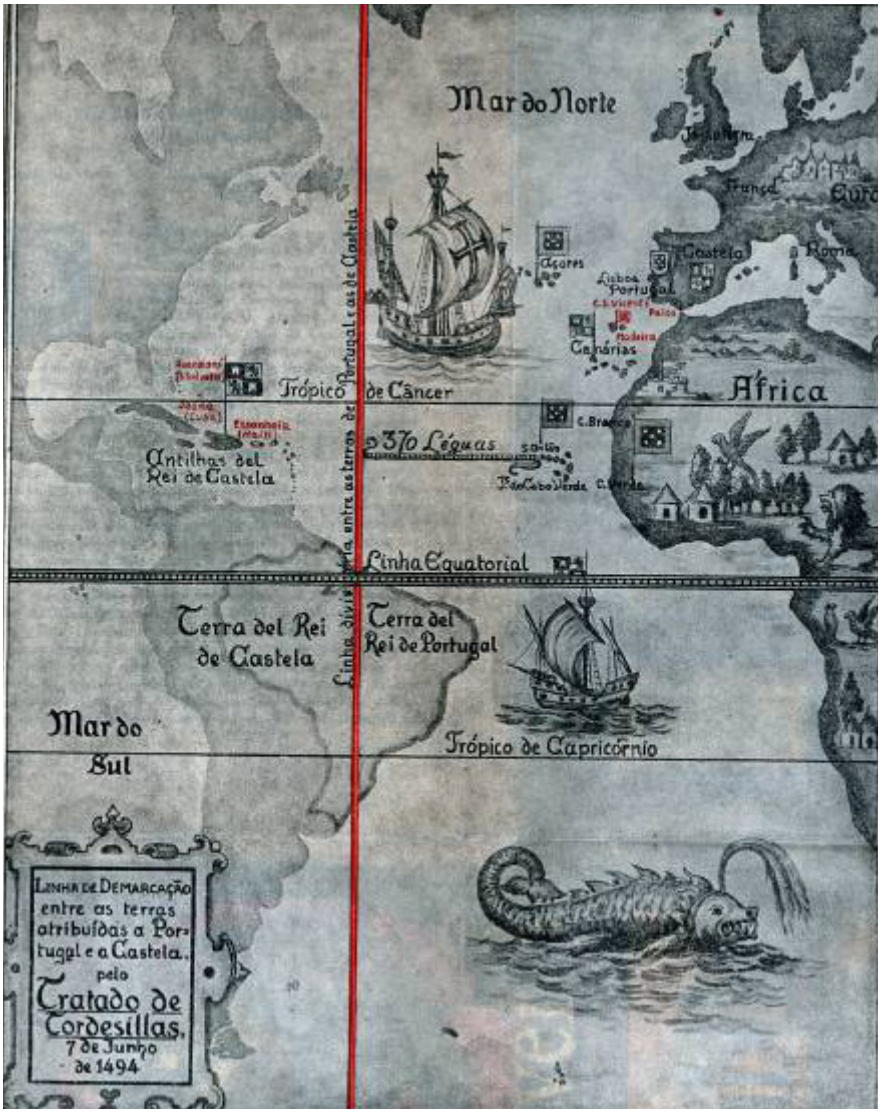
1 INTRODUÇÃO

Caro acadêmico, neste tópico estudaremos a expedição de Martim Afonso de Souza, expedição esta considerada como o marco inicial do processo efetivo de povoamento e colonização do Brasil. Esta expedição é chamada por alguns historiadores de "missão colonizadora", pois pretendia introduzir na colônia a monocultura da cana-de-açúcar, além de garantir a posse da terra, pois a mesma estava sendo ameaçada por invasões de outras nações europeias que contestavam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas.



Tratado de Tordesilhas – Tem este nome por ter sido redigido na cidade de Tordesilhas, na Espanha, e sua assinatura aconteceu nesta cidade em 7 de junho de 1494. Foi o responsável pela divisão do mundo em um meridiano estabelecido a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras a ocidente pertenceriam à Espanha e as terras a oriente deste meridiano pertenceriam a Portugal.

FIGURA 9 – TRATADO DE TORDESILHAS



FONTE: Disponível em: <www.domaracional.com.br/PiaTordesilhas.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.

Estudaremos também o processo histórico de criação das chamadas "Capitanias Hereditárias", que na verdade eram grandes latifúndios doados pelo rei de Portugal à iniciativa privada. Veremos que o Brasil foi dividido em quinze quinhões, porém apenas dois deles prosperaram: a capitania de Pernambuco e a capitania de São Vicente.

2 A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUZA

Era necessário colonizar para não perder a terra! Portugal tinha consciência disso, pois as nações europeias não aceitavam o Tratado de Tordesilhas, que afirmava que Portugal e Espanha eram os únicos donos das terras da América. A costa brasileira frequentemente era visitada por embarcações das mais variadas nacionalidades, principalmente a francesa, a inglesa e a holandesa, que tinham a intenção declarada de fundar colônias em terras do Brasil.

Segundo Fernando Novaes (1979, p. 55), "[...] a colonização propriamente dita obedeceu de início a preocupação antes de tudo política: visava-se, através do povoamento, preservar a posse já então disputada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses".

O historiador Boris Fausto (2007, p. 43) reafirma o que foi citado anteriormente:

> Considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação.

Apesar da preocupação com as visitas indesejadas de corsários de outras nacionalidades e o medo de perder a posse da terra para os mesmos, este não foi o único fator que levou a organização da expedição. Outros fatores determinaram a concretização desta, são eles:

- o comércio com o oriente entrou em declínio devido aos custos elevados, além da concorrência com franceses, ingleses e espanhóis;
- Portugal necessitava de novas alternativas para aumentar seus lucros;
- a esperança de se descobrir metais preciosos nas terras brasileiras.

Para garantir a posse da terra e criar novas alternativas comerciais, Portugal organizou a primeira grande expedição colonizadora destinada ao Brasil. Esta expedição era comandada pelo fidalgo Martim Afonso de Souza.

Expedição colonizadora

Cinco navios e uma tripulação de mais ou menos 400 pessoas. Era assim composta a expedição comandada por Martim Afonso de Souza, que partiu de Lisboa em dezembro de 1530. Seu principal objetivo era iniciar a colonização do Brasil; por isso, ficou conhecida como expedição colonizadora. Além de iniciar a colonização, Martim Afonso de Souza também tinha como objetivos: combater os corsários estrangeiros, procurar ouro e fazer um maior reconhecimento geográfico de nosso litoral.

Em 22 de janeiro de 1532, Martim Afonso fundou a primeira vila do Brasil, a Vila de São Vicente. Além dessa vila, fundou alguns povoados, como Santo André da Borba do Campo e Santo Amaro.

Na região de São Vicente, Martim Afonso iniciou o plantio da cana-de-açúcar. Um ano após o plantio das primeiras mudas, instalou-se o primeiro engenho de açúcar do Brasil.

FONTE: COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: uma olhar crítico. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 60.

A expedição de Martim Afonso de Souza enfrentou muitas dificuldades, pois as terras Brasileiras eram praticamente virgens. A grande virtude desta expedição foi ter fundado a vila de São Vicente, no atual litoral de São Paulo, e de ter introduzido o cultivo da cana-de-açúcar, além de ter feito várias expedições com a intenção de explorar o litoral e o interior do Brasil.

Segundo Sergio Buarque de Holanda (2007, p. 108):

> Nenhuma expedição anterior tivera a importância dessa para o desenvolvimento dos planos de ocupação efetiva da terra. O próprio sertão chegou a ser percorrido em alguns pontos. Assim foi que do Rio de Janeiro, onde a esquadra permaneceu cerca de 90 dias, foram expedidos quatro homens pela terra adentro. Regressariam ao cabo de dois meses, depois de correr cento e quinze léguas, trazendo consigo amostras de cristal, notícia do longínquo rio Paraguai e a informação de que existia muito ouro e prata naquelas partes.

No próximo item iremos estudar a questão da introdução das Capitanias Hereditárias, as mesmas foram instituídas alguns anos após a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza ao Brasil.

3 AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O reino português não possuía recursos para colonizar o Brasil, e o mais importante, fazer com que a colônia produzisse lucros. Este era um sério problema que deveria ser resolvido pelos portugueses. A solução temporária veio com a fundação das Capitanias Hereditárias, transferindo assim a responsabilidade de povoar e colonizar para a iniciativa particular dos futuros donatários.



Donatários – Eram pessoas importantes indicadas pelo rei para administrar as capitanias hereditárias.



Os nomes do Brasil
Pindorama (nome indígena)
Ilha de Vera Cruz (1500)
Terra Nova (1501)
Terra dos Papagaios (1501)
Terra de Vera Cruz (1503)
Terra de Santa Cruz (1503)
Terra Santa Cruz do Brasil (1505)
Terra do Brasil (1505)
Brasil (a partir de 1527)
(BUENO, 2003, p. 36)

Desta forma, em 1534, o Brasil foi dividido em 15 lotes de terras, que deveriam ser administrados pelos donatários nomeados pelo rei. Os futuros proprietários eram pessoas de razoável poder econômico, porém não eram nobres, pois os nobres preferiam investir seus recursos na África ou na Índia. O Brasil nesta época não era confiável para grandes investimentos, pois tudo estava para ser feito.

FIGURA 10 – MAPA DA AMERICA DO SUL HENRI CHATELAIN



FONTE: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=611&lang=br

> Nomeado pelo rei, o donatário era a autoridade máxima dentro da capitania. Com a morte do donatário, a administração da capitania passava para seus descendentes. Por esse motivo as capitanias eram chamadas de Capitanias Hereditárias (COTRIM, 1999, p. 60).

Apesar disso, os donatários não eram proprietários das terras, isso significava que os mesmos não poderiam vender as terras ou dividi-las, isso era um direito do rei. Ainda assim os donatários possuíam vastos poderes, tanto na esfera econômica, como na administrativa.

> A instalação de engenhos de açúcar e de moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabiam também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando (FAUSTO, 2007, p. 44).

Ainda citando Boris Fausto (2007, p. 45):

> As capitanias hereditárias são uma instituição a que frequentemente se referem os historiadores, sobretudo portugueses, defensores da tese da natureza feudal da colonização. Essa tese e a própria discussão perderam hoje a importância que já tiveram, cedendo lugar à tendência historiográfica mais recente, que não considera indispensável rotular com etiquetas rígidas formações sociais complexas que não reproduzem o modelo europeu. Sem avançar neste assunto, lembremos que ao instituir as capitanias a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade medieval europeia. É o caso, por

> exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar; esse direito é análogo às "banalidades" pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Mas, em essência, mesmo na sua forma original, as capitanias representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a Colônia à economia mercantil europeia.

Apesar de todo o alarde que a historiografia faz acerca das capitanias hereditárias apenas duas floresceram, são elas: São Vicente e Pernambuco. As outras fracassaram logo nos primeiros anos, ou pela falta de recursos, ou por ataques de índios, ou pelo desinteresse do próprio donatário.

O florescimento das capitanias de Pernambuco e São Vicente esteve sempre associado ao cultivo da cana-de-açúcar que prevaleceu desde a sua fundação em ambas as capitanias. Ou da caça ao índio que foi uma importante atividade econômica na capitania de São Vicente, pois os vicentinos passaram a vender mão de obra escrava índia para as demais regiões do Brasil.

É importante salientar que o Brasil inicialmente se transformou em uma colônia muito diferente das que se criaram na América do Norte, ou mesmo na América Espanhola, a partir dos séculos XVI e XVII.

Segundo Caio Prado Junior:

> Diversamente do que ocorreu nestas últimas, os colonizadores que aqui foram se estabelecendo vieram não para refazer suas vidas nos mesmos moldes que os vigentes em seu país de origem, mas para fazer fortuna – ou "fazer a América" –, procurando extrair o máximo tanto da natureza como dos que trabalharam para eles no menor tempo necessário. Nessa modalidade de colonização, o objetivo de nossos povoadores não era, de modo algum, produzir por conta própria (e menos ainda por meio de seu próprio trabalho), mas, primordialmente, enriquecer o mais depressa possível pela exploração dos recursos naturais disponíveis e do trabalho alheio em bases servis – mediante a escravização, primeiro dos povos indígenas da região e depois de africanos especialmente importados (apud SZMRECSÁNYI, 1998, p. 12).

Essa mentalidade foi muito prejudicial ao Brasil, pois tratava o país como um lugar a ser colonizado com razões puramente exploratórias. Esta visão irá se intensificar, perdurando por muitas décadas.

Aos poucos, em função da falência e do abandono, as capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, sendo que as mesmas desapareceram definitivamente na segunda metade do século XVII.

Aos poucos as capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, sendo que as mesmas desapareceram definitivamente na segunda metade do século XVII.

No próximo tópico estudaremos a instituição do Governo Geral e fundação da cidade de Salvador.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você estudou que:

- A expedição de Martim Afonso de Souza foi muito importante para o início da colonização do Brasil.
- O Brasil foi dividido em 15 capitanias hereditárias.

AUTOATIVIDADE



1 Quais eram os principais objetivos da expedição de Martim Afonso de Souza?

2 Qual a principal função das capitanias hereditárias?

TÓPICO 2



O GOVERNO GERAL E A FUNDAÇÃO DE SALVADOR

1 INTRODUÇÃO

Estudaremos neste tópico a instalação do Governo Geral. Este acontecimento histórico foi um importante marco na história colonial brasileira, pois foi a partir deste acontecimento que o povoamento e a colonização do Brasil se intensificou. Isto permitiu que a colônia obtivesse um maior desenvolvimento, principalmente no aspecto relacionado ao cultivo da cana-de-açúcar, bem como a instituição de engenhos açucareiros que passaram a produzir o valioso produto.

Além disso, estudaremos o processo histórico que levou à fundação de Salvador, atual capital da Bahia, em 1º de maio de 1549. Esta cidade passaria a ser a primeira capital do Brasil e um importante centro comercial e cultural, pois foi a partir de Salvador que as bases da colonização do Brasil foram lançadas.

2 O GOVERNO GERAL

Com a derrocada do projeto das Capitanias Hereditárias, Portugal viu-se na obrigação de assumir a tarefa de povoar e colonizar definitivamente o Brasil. No centro desta questão está a instituição do Governo-Geral.

Porém, para reorganizar o processo de colonização, pois o mesmo estava esfacelado em virtude da mal sucedida experiência colonizadora das capitanias hereditárias, Portugal teria que investir uma grande soma de moedas. Conforme foi dito anteriormente, a experiência das capitanias foi um investimento privado, a Coroa não desembolsou nenhum centavo nesta tarefa. Chegava, agora, a hora do rei de Portugal assumir definitivamente, para si, a tarefa de povoar e colonizar a colônia.

Segundo Eduardo Bueno (2006, p. 32):

> Para reorganizar o processo de ocupação e colonização da América portuguesa, seria necessário investir cerca de 400 mil cruzados, o equivalente a 1,4 toneladas de ouro. Dessa vez, porém, o dinheiro não viria de investidores particulares, arrendatários ou especuladores, mas do Tesouro Régio. Tesouro, aliás, progressivamente depauperado, pois Portugal atravessava uma grave crise econômica que, desde 1537,

> só fazia crescer. Em 1547, o reino possuía em caixa pouco mais de 3 milhões de cruzados, mas devia 3 milhões e 880 mil, a maioria em empréstimos a juros de 25% ao ano. Criar o Governo Geral no Brasil significaria, portanto, despender mais de 1/8 da receita régia num momento em que a Coroa devia mais do que arrecadava. Para investir tanto dinheiro em um território que, até então, era menos rentável dentre todas as possessões ultramarinas portuguesas, o rei D. João III e seus assessores precisavam ter bons motivos.

Nesta época, a América portuguesa era pouco lucrativa. Além disso, ela era pouco povoada, pois viviam aqui não mais do que 2 mil colonos de origem europeia. Apesar disso, o rei fazia questão que o Brasil fosse colonizado e povoado, pois esse posicionamento estava ligado "[...] a uma política imperial na qual o definhamento financeiro da Índia, o avanço mulçumano no Marrocos e no Mediterrâneo e as sempre instáveis relações de Portugal com as Coroas vizinhas desempenharam papel preponderante" (BUENO, 2006, p. 33).

O estabelecimento do Governo-Geral iria permitir um maior controle da colônia por parte de Portugal. A Coroa cada vez mais iria impor os seus desejos sobre as terras americanas. A centralização imposta pelo Governo Geral irá diminuir sensivelmente o poder dos donatários, assim Portugal criava as bases da centralização política no Brasil. Certamente, e não é exagero afirmar que, o Governo Geral contribuiu em muito para a atual configuração do território brasileiro, pois somos o único país da América Latina que não viu seu território se fragmentar em pequenos estados.

Ainda citando Bueno (2006, p. 33-34):

> O Estado português começara a estabelecer, a partir de 1540, uma série de mecanismos que lhe haviam permitido aumentar o controle, a coerção e o domínio sobre seus súditos. Essas novas e eficientes formas de exercícios de poder incluíam a realização de recenseamentos populacionais, alistamento militar obrigatório, definição mais rígida das fronteiras do reino e criação de um sistema judicial mais poderoso e intrusivo – além, é claro, de formas de tributação mais amplas, associadas a métodos de cobrança mais eficientes. Os novos mecanismos de controle desse governo mais forte, centralizado e racional iriam se tornar presentes não só no cotidiano daqueles que viviam em Portugal: tão cedo quanto possível, seriam exportados para os territórios ultramarinos. O estabelecimento do Governo Geral – e a concentração da Coroa – desponta como a face mais visível desse processo em relação ao Brasil.

Resumindo, a instituição do Governo Geral, em 1º de abril de 1549, tinha como principal objetivo organizar e botar ordem na casa. Isso seria feito na forma de normatização dos impostos, das condutas, e o principal, submeter não apenas os índios revoltosos às regras dos colonizadores portugueses, mas todos aqueles que, de alguma forma, contestassem a autoridade do rei.

> O que estava prestes a se iniciar no Brasil com a instalação do Governo Geral era, portanto, "uma reação do Estado contra a ambiguidade, a fraqueza e a experimentação" que haviam marcado a aventura colonial

> dos portugueses na primeira metade do século XVI, como observa o historiador norte-americano Harold B. Johnson. Esse "movimento rumo à rigidez e à codificação", e a deliberada "exclusão de alternativas", decretaria o fim daquilo que, com alguma liberalidade, se pode chamar de "período romântico" do expansionismo luso.
> Do ponto de vista dos que estavam do outro lado do processo – no caso do Brasil, os colonos que tentavam reinventar suas vidas no trópico, lutando para libertar-se das amarras e "travões" sociais tão presentes no reino –, as novas regras seriam percebidas como uma profunda intromissão em seu cotidiano. Como não é difícil supor, os portugueses radicados na América fariam de tudo para conspirar contra a nova ordem. Pode-se afirmar, por isso, que a chegada do Governo Geral assinala o primeiro conflito entre o indivíduo e o Estado em terras brasileiras (BUENO, 2006, p. 36).

Juntamente com a expedição que trouxe o primeiro governador geral do Brasil – Tomé de Sousa – estavam presentes os primeiros jesuítas, Manuel da Nóbrega e outros cinco padres. Estes jesuítas seriam os responsáveis pela instalação das primeiras escolas na colônia. Além disso, eles tinham a árdua tarefa de catequizar os indígenas.

Os três primeiro governadores do Brasil foram:

- **Tomé de Sousa**: foi o fundador da cidade de Salvador. Ele governou de 1549 até 1553 e sua expedição, composta de seis navios, trouxe cerca de mil pessoas, além de gado, cavalos e ovelhas. Nesta época, foi criado o primeiro bispado brasileiro, início da pecuária e do cultivo da cana-de-açúcar, além da fundação de engenhos.

- **Duarte da Costa**: segundo governador-geral da Brasil. Ele governou de 1553 até 1558 e sua expedição trouxe o jesuíta José de Anchieta. No seu governo os franceses invadiram o Rio de Janeiro e fundaram um povoado chamado de "França Antártica".



Em janeiro de 1554, José de Anchieta e Manuel da Nóbrega fundaram o Colégio de São Paulo. Junto a esse colégio, nasceu a vila que deu origem à cidade de São Paulo.

- **Mem de Sá**: foi o terceiro governador-geral. Ele governou de 1558 até 1572 e expulsou os franceses do Rio de Janeiro, combateu os índios, sendo o responsável pela destruição de mais ou menos trezentas aldeias, incentivou a importação de negros africanos para servirem de mão de obra escrava.

Desta forma, o Governo-Geral se instituiu no Brasil, tendo como principal característica a centralização política e a normatização das condutas dos habitantes do Brasil. No próximo item estudaremos a fundação da cidade de Salvador e sua importância no contexto do Brasil colonial.

3 A FUNDAÇÃO DE SALVADOR

São Salvador da Bahia de Todos os Santos começou a ser construída no dia 1 de abril de 1549. Ela foi a primeira capital do Brasil, sendo que sua construção foi cuidadosamente planejada e coordenada diretamente por Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil.

> Na ensolarada manhã de 29 de março de 1549 – uma sexta-feira, como no dia da partida –, após exatas oito semanas de viagem, a frota do governador avistou terra. Eram os baixios arenosos de Tatuapara (hoje praia do Forte), que se prolongavam até a ponta de Itapuã. Depois de deixar para trás os pontiagudos recifes do rio Vermelho – temível barreira de corais onde, trinta anos antes, Caramuru naufragara –, os navios de Tomé de Sousa contornaram a ponta do Padrão, penetrando, um a um, na baía de Todos os Santos (BUENO, 2006, p. 86).

A região da atual Salvador foi escolhida para abrigar a capital do Brasil, pois tinha boa posição geográfica além de possuir uma baía segura e um bom porto. Além disso, há mais de trinta anos vivia ali Diogo Álvares, o Caramuru, que, foi muito importante na fundação da cidade, pois ajudou Tomé de Sousa na árdua tarefa de construir a cidade.

A expedição de Tomé de Sousa trouxe diversos profissionais que vieram com a tarefa de construir a cidade. Sobre esta questão, veja como Eduardo Bueno (2006, p. 82) descreve esta situação:

> Mas os objetivos da expedição, como se sabe, não eram apenas militares. Por isso, um conjunto de artesões, cujas habilidades eram indispensáveis à construção da nova cidade, misturava-se à soldadesca e à maruagem, perambulando entre as cobertas dos navios. Esses artesões vinham sob o comando do "mestre da pedraria" Luis Dias, arquiteto de renome, responsável pelo projeto e encarregado de supervisionar as obras da primeira capital do Brasil. Da equipe de Luis Dias faziam parte 15 carpinteiros, nove ferreiros, oito serradores, oito telheiros, cinco caieiros, quatro serralheiros, quatro carvoeiros e três cavouqueiros, além de 16 pedreiros – um total de 72 profissionais que, tão logo se iniciassem as obras, seriam auxiliados por pelo menos 62 degredados. Esses artesões ganhavam em média 1.200 reais por mês. Os degredados, cujas penas incluíam trabalhos forçados, recebiam ainda assim 330 reais por mês (abaixo do soldo mínimo de 360 reais.)

Podemos perceber a importância da fundação da cidade de Salvador em função da quantidade de artesões que vieram com a expedição de Tomé de Sousa. A cidade é consequência do processo de instalação do Governo Geral, sua

construção possui uma simbologia muito grande, pois representa os novos ideais de Portugal relacionados ao Brasil, no dizer de Sergio Buarque de Holanda (2007, p. 129), Salvador representa:

> Dessa estrutura a cidade de Tomé de Sousa haveria de ser o centro e, de todas as capitanias, segundo o dirá no século seguinte um frade historiador, filho da mesma cidade, "como o coração no meio do corpo donde todas [...] se socorressem e fossem governadas". É justo, pois, que lhe deem o governo-geral, com os auxiliares que trouxe, o principal de suas necessidades durante os primeiros tempos, corresponde nisso, aliás, a um vivo empenho da Coroa, desde que ficara decidido inaugurar-se uma nova fase na vida da colônia. A todos os trabalhos estariam presente e solícito o próprio Tomé de Sousa: segundo tradição oral registrada ainda por Frei Vicente de Salvador, que pôde colher pessoalmente algumas pessoas daquele tempo, era ele "o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro afável".

A simbologia relacionada a Salvador comprova a intenção portuguesa de intensificar o povoamento e colonização do Brasil. Sua fundação cria novos horizontes para a colonização portuguesa. A partir deste esforço, o Brasil entrará definitivamente nos planos portugueses de futuro, a colônia será integrada à economia da metrópole através da intensificação crescente do cultivo da cana-de-açúcar e manufatura do açúcar nos engenhos.

Acerca disso, Eduardo Bueno (2006, p. 97-98) afirma:

> Salvador se transformaria em um símbolo ainda mais sólido do que Mazagão. Afinal, como já notaram os especialistas, a primeira capital do Brasil foi a "pedra de toque" que marcou o verdadeiro início de uma revolucionária política de urbanização dos territórios ultramarinos, estabelecendo o momento em que "o projeto imperial começou a voltar-se em projeto colonial".
> "Salvador foi o primeiro tramo a marcar o vínculo entre as cidades reguladas e as cidades da futura escola portuguesa de urbanização da Índia", anotou Walter Rosa em seu ensaio Cidades Hindoportuguesas. O erguimento daquela "fortaleza forte" iria comprovar que os portugueses estavam determinados a transformar as meras franjas litorâneas que até então constituíam seu império em um território colonial, fortificado e urbanizado.

Como vimos, a fundação de Salvador foi um marco na mudança de mentalidade dos portugueses com relação ao Brasil. Após 1549, a história do Brasil entrará em uma nova fase. A metrópole irá intensificar o "pacto colonial". Além disso, ela irá intensificar o controle sobre a produção econômica na colônia. A fundação da cidade irá cobrar o seu preço!

No próximo tópico iremos estudar a implantação do projeto civilizatório português para o Brasil, projeto este baseado no latifúndio, trabalho escravo e monocultura.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você estudou que:

- Com o estabelecimento do Governo-Geral, há um maior controle da colônia por parte de Portugal. A centralização imposta pelo Governo-Geral irá diminuir, sensivelmente, o poder dos donatários, assim Portugal cria as bases da centralização política no Brasil.

- A fundação da cidade de Salvador, em 1549, é consequência do processo de instalação do Governo-Geral. Sua construção possui uma simbologia muito grande, pois representa os novos ideais de Portugal relacionados ao Brasil.

AUTOATIVIDADE



1 Cite os principais motivos que levaram os portugueses a instalar o Governo-Geral no Brasil.

2 Qual a importância da fundação da cidade de Salvador?

TÓPICO 3



MONOCULTURA, TRABALHO ESCRAVO E LATIFÚNDIO

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, neste tópico iremos estudar o processo histórico da introdução do projeto civilizatório português para o povoamento e colonização do Brasil. Este projeto estava embasado no tripé: latifúndio, trabalho escravo e monocultura.

Sabemos que no primeiro século da colonização não foram encontrados metais preciosos que poderiam dar um sentido econômico para a colonização. Neste sentido, foi necessária a criação de bases para a introdução no Brasil de uma atividade econômica que viesse a dar lucro.

Esta atividade econômica era o cultivo da cana-de-açúcar, bem como a consequente produção, nos engenhos, do açúcar, que na época possuía grande valor de revenda na Europa. Foi a partir da grande lavoura que os portugueses passaram a administrar sua colônia americana.

A utilização do trabalho escravo iria predominar nesta atividade, sendo que, num primeiro momento, foi utilizada mão de obra indígena para, num segundo momento, com o processo de capitalização dos senhores de engenho, ser introduzida a mão de obra africana.

2 O PROJETO CIVILIZATÓRIO PORTUGUÊS

Como afirmamos nos parágrafos anteriores, o projeto civilizatório português, para o Brasil, foi idealizado tendo como fundamento o tripé: latifúndio, trabalho escravo e a monocultura. Inicialmente, a cultura agrícola escolhida foi a cana-de-açúcar, porém com o desenvolvimento da colônia, outras monoculturas foram introduzidas, tais como: o algodão, o café, entre outras.

Neste sentido, toda a colônia se organizou em torno deste projeto civilizatório. Esta escolha irá contribuir definitivamente para a definição das características sociais, culturais e econômicas do país que estava se formando.

Segundo Tamás Szmrecsányi:

> A grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo foram os três componentes fundamentais da organização social do Brasil Colônia. Eles se conjugaram num sistema típico de exploração do trabalho e da natureza, sobre o qual acabaram se assentando todas as atividades econômicas da sociedade colonial – desde as lavouras até a mineração, passando pelas raras atividades urbanas e mercantis. Padrões diversos só podiam ser encontrados em atividades marginais e subsidiárias – como a pecuária extensiva dos sertões ou as pequenas culturas de subsistência –, como a pecuária extensiva dos sertões ou as pequenas culturas de subsistência – atividades que em nada afetavam os atributos dominantes da economia colonial (1998, p. 12).

Para tanto, Portugal teve que organizar no Brasil um projeto civilizatório que desse conta do povoamento e colonização nas terras portuguesas na América do Sul, especialmente no Nordeste brasileiro.

Segundo Gilberto Freyre:

> Quando em 1532 se organizou economicamente e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudando em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor (2003, p. 65).

Ainda segundo Freyre:

> Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, hibrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens [...] (2003, p. 65).

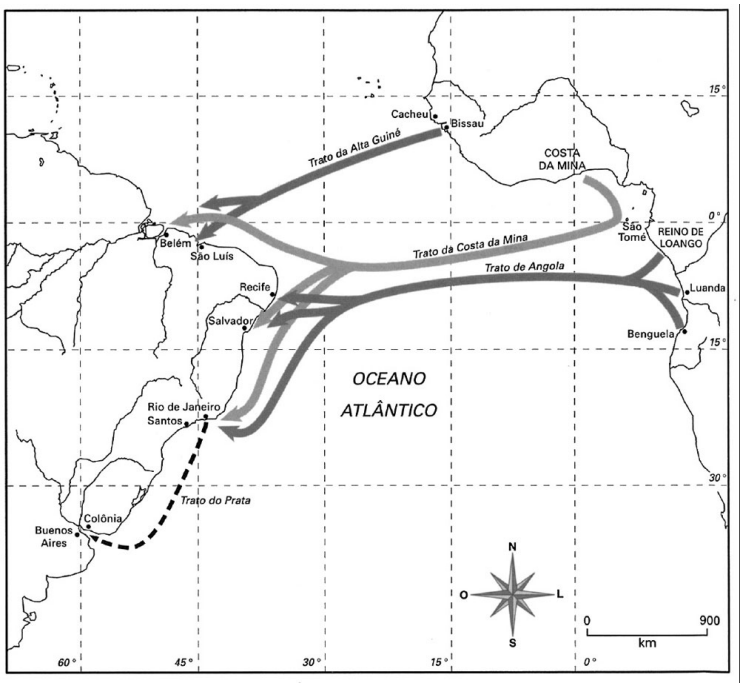
Assim, a partir da decisão e, acima de tudo, da predisposição portuguesa em transformar o Brasil em uma colônia agrícola, diversos engenhos passam a aparecer no cenário do Nordeste e Sudeste do Brasil colonial.

Portugal, com a intenção de intensificar a produção de açúcar em terras brasileiras, criou uma série de incentivos para que esta atividade prosperasse. Segundo Celso Furtado (1989, p. 41), a atividade açucareira seria implantada com muita dificuldade, pois:

> O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentrará nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir. Favores especiais foram concedidos subsequentemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc. As possibilidades maiores, encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão de obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar.

Além disso, esta atividade deveria estar atrelada ao trabalho escravo, pois o colono português não tinha muita predisposição ao trabalho braçal. Assim, o escravo passa a compor função de extrema importância no contexto da produção açucareira. O padre jesuíta Antonil, afirma que os escravos, tanto os de origem indígena, quanto os de origem africana, "eram os braços e as pernas dos senhores de engenho".

FIGURA 11 – TRÁFICO NEGREIRO – SÉCULO XVI – XIX



FONTE: http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/10/31/luiz-felipe-de-alencastro-o-observador-do-brasil-no-atlantico-sul/

Porém, segundo Eduardo Bueno (2003, p. 118-119) eles eram muito mais do que isso, vejamos na sequência:

Eles eram plantadores e moedores de cana, derrubadores de mata e semeadores de mudas; eram vaqueiros, remeiros, pescadores, mineiros e lavradores; eram artífices, caldeireiros, marceneiros, ferreiros, pedreiros e oleiros; eram domésticos e pajens, guarda-costas, capangas e capitães do mato; feitores, capatazes e até carrascos de outros negros. Estavam em todos os lugares: nas cidades, nas lavouras, nas vilas, na mata, nas senzalas, nos portos, nos mercados, nos palácios. Carregavam baús, caixas, cestas, caixotes, lenha, cana, quitutes, ouro e pedras, terra e dejetos. Também transportavam cadeirinhas, redes e liteiras onde, sentados ou deitados, seus senhores passeavam (ou até viajavam).

Mas, no Brasil, os escravos foram ainda mais do que isso: foram os olhos e os braços dos donos de minas; foram os pastores dos rebanhos e as bestas de carga; foram os ombros, as costas e as pernas que fizeram andar a Colônia e, mais tarde, o Império. Foram o ventre que gerou imensa população mestiça e o seio que amamentou os filhos dos senhores. Deixaram uma herança profunda: em 500 anos de história, o Brasil teve três séculos e meio de regime escravocrata contra apenas um de trabalho livre.

Analisando as palavras de Bueno, podemos ter uma ideia mais profunda acerca da importância do escravo na sociedade colonial. O mais interessante é que, cada vez mais, a sociedade colonial irá se transformar em uma sociedade híbrida, na qual brancos, negros e índios formaram um verdadeiro caldo cultural que contribuirá para a formação étnica do Brasil. Este assunto será visto com mais propriedade no próximo tópico.

Sobre a temática da escravidão e sua relação com a monocultura da cana-de-açúcar, é prudente citar Celso Furtado (1989, p. 42), pois nos faz refletir sobre a relação de produção, o sucesso da colônia e sobre o trabalho escravo.

> A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Como observa um cronista da época, sem escravos os colonos "não se podem sustentar na terra". Com efeito, para subsistir sem trabalho escravo, seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para autoconsumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas. Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente, tiveram de empenhar-se por todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira. Essa mão de obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar.

Conforme nos informa Celso Furtado, devemos ter clareza de que o cultivo da cana-de-açúcar, num primeiro momento, permitiu a criação de uma atividade econômica paralela. Esta atividade estava relacionada à caça ao índio, sendo a Capitania de São Vicente o seu expoente máximo. Esta capitania prosperou em função do comércio do indígena, que era considerado mão de obra de segunda qualidade. Porém, no princípio, os senhores de engenho não possuíam recursos para adquirir escravos trazidos da África.

O fato dos vicentinos escravizarem elementos indígenas criou conflitos com os padres jesuítas, pois os mesmos, desde a sua chegada ao Brasil, procuraram proteger os nativos.

Com o sucesso da indústria açucareira, grandes "carregamentos" de escravos passaram a ser desembarcados nos principais portos do nordeste. O escravo africano era mais caro que o escravo indígena, porém ele era mais produtivo e, além disso, mais resistente, às duras provas da escravidão.

Para entendermos com mais propriedade a questão do trabalho escravo na colônia, iremos introduzir um fragmento do livro "O que se deve ler para conhecer o Brasil", do historiador Nelson Werneck Sodré (1976, p. 74-75-78).

Tráfico Negreiro e Trabalho Escravo

O aparecimento do trabalho escravo no início da Idade Moderna não tem sido apreciado em seus devidos termos, com a análise dos motivos que exigiram o restabelecimento de uma forma de exploração humana que parecia relegada ao passado. Os esforços para admitir, por outro lado, aquele aparecimento como reprodução exata do que ocorrera na Antiguidade vêm resultando infrutíferos e conduzindo a conclusões errôneas. A expansão ultramarina e a descoberta de novas terras, abrindo ao comércio amplas perspectivas, trazem a primeiro plano o tráfico de escravos, fazendo destes uma das mais importantes mercadorias do tempo. Eram poucas as áreas europeias, entretanto, em que o trabalho escravo conseguira implantar-se, particularmente aquele que se alimentava dos fornecimentos de terras distantes. As lutas contra os árabes fizeram da península ibérica, e particularmente de Portugal uma dessas áreas. Foi, entretanto, a colonização de posses ultramarinas que deu ao tráfico o extraordinário impulso que o transformou em atividade comercial de primeiro plano. A colonização, surgindo de súbito no quadro da expansão em ultramar, mostrou a impossibilidade da estrutura dominante nas metrópoles enfrentar o problema da produção onde ele não constituía atividade preexistente.

Ali onde se torna necessário levantar uma estrutura de produção, desde os alicerces, ali onde se torna indispensável colonizar, é que a escravidão aparece como fator importante e alimenta o impulso ao tráfico negreiro. O tráfico é um problema, no quadro da Revolução Comercial, muito diferentes, pois, daquilo que fora em outros tempos, quando o trabalho escravo existira e até caracterizara uma época do desenvolvimento econômico. Na antiguidade,

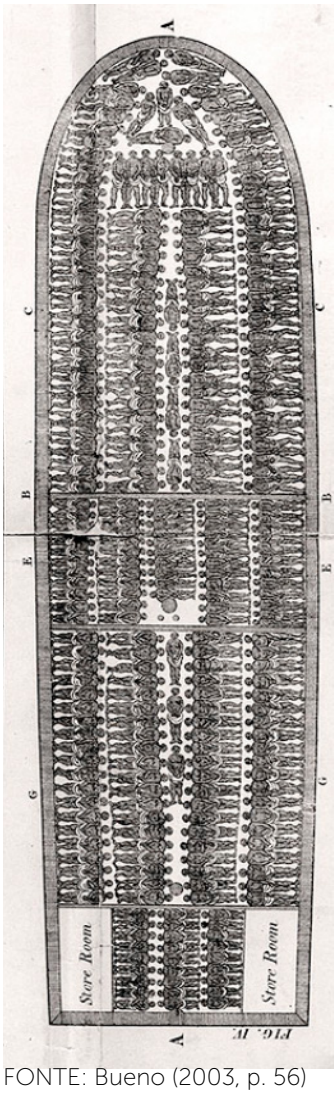
realmente, essa forma de exploração do esforço físico do homem fora o regime generalizado, uma etapa no desenvolvimento histórico. Na Idade Moderna não seria assim. As entidades motoras do desenvolvimento econômico estavam, ao contrário, interessadas em eliminar as formas residuais de trabalho escravo ainda subsistentes. A expansão ultramarina e a colonização obrigam-nas a transigir com a sua reconstituição, agora em outros termos, aceitando o trabalho escravo como peculiar às áreas coloniais, destinado a fazer delas componentes subsidiárias da grande transformação que se processava na economia do ocidente. Aceitando, levaram o tráfico negreiro a extremos de organização, tornando-o um dos fatores da acumulação em desenvolvimento. Para o pleno conhecimento do problema do tráfico e do problema do trabalho escravo nas áreas coloniais torna-se assim, indispensável discriminar o que havia nele de diferente, com relação à escravidão antiga e a sua ruína, com o advento do colonato, de que surge, no processo histórico, a servidão medieval. Sem distinguir, no seu condicionamento histórico, tais formas de exploração do trabalho, qualquer exame do tráfico e do regime escravista colonial se deforma, levando a falsas conclusões. Tem importância, em seguida, distinguir, na atividade do tráfico, com a importação de braços a que correspondia, aquilo que era português daquilo que não o era, isto é, de que maneira e até que ponto o tráfico teve influência na acumulação de riqueza metropolitana, de que maneira e até que ponto a uma evasão de riqueza. O escravo era a mercadoria de mais alto preço que se introduzia nas áreas coloniais dominadas pela corte de Lisboa. Nele, entretanto, os capitais portugueses foram sendo reduzidos, com a passagem do tempo, dominando os ingleses os fornecimentos. Na fase final, ao aproximar-se do seu total desaparecimento como atividade de comércio, havia capitais brasileiros investidos no tráfico.

Há que apreciar, em seguida, o papel e a importância que teve o regime escravista na colônia, uma vez que sobre ele se levantou a estrutura de produção que decorreu da necessidade de colonizar. Tendo sido peça básica na referida estrutura de produção, o regime escravista condicionou as suas manifestações e só na medida em que o campo do trabalho livre se foi pouco a pouco ampliando é que outras formas de produção surgiram e se desenvolveram.

De acordo com o texto de Nelson Werneck Sodré sobre o "Tráfico Negreiro e Trabalho Escravo", o escravo era o bem mais valioso do senhor. A riqueza de um senhor de engenho não era medida pela quantidade de terras que o mesmo possuía, mas sim, pela quantidade de escravos.

Apesar de ser o bem mais valioso do senhor, ele, o escravo, era muito mal tratado. Basta ver, na imagem que segue, como o negro era transportado da África até o seu destino final: o Brasil.

FIGURA 12 – DISPOSIÇÃO DAS PESSOAS NO NAVIO NEGREIRO



FONTE: Bueno (2003, p. 56)

Segundo Nelson Werneck Sodré (1976, p. 69),

> A propriedade da terra não era difícil de conquistar, aceita aquela inevitável discriminação. A terra era doada, isto é, gratuita. Mas não eram gratuitas as sementes, não eram gratuitas as moendas, não eram gratuitos os animais. Surge desde os primeiros tempos, assim uma diferença fundamental entre o sesmeiro que é apenas plantador e o sesmeiro que, além de plantador, é também senhor de engenho. A história e a crônica guardam, como tipo, apenas o segundo, mas o primeiro existiu. Quais foram as razões de seu desaparecimento? Como se processou a sua eliminação? À medida que as lavouras se desenvolveram, e com elas os engenhos, aquelas eram mais numerosas do que estes, isto é, havia um número muito grande de plantadores, mas um reduzido número de senhores de engenho. A necessidade obrigava os que eram apenas plantadores a levar as suas safras ao senhor de engenho, que as comprava segundo a sua conveniência. Com o passar dos tempos, não há mais lugar para os plantadores.

Significa dizer que, aos poucos, os plantadores foram sendo substituídos pelos senhores de engenho, que praticamente passaram a monopolizar a produção açucareira. Essa substituição, através do monopólio do senhor de engenho, passaria a dificultar o estabelecimento de uma classe média nos séculos XVI e XVII, pois os colonos livres se viam explorados pelos grandes senhores, o que inviabilizava a sua produção agrícola.

Acredita-se que a implantação deste sistema elitizado, puramente mercantilista, tenha sido responsável pelo surgimento do embrião de um cenário que passaria apenas a atender às aspirações econômicas da metrópole, ignorando as iniciativas dos pequenos povoadores estabelecidos na colônia recém-formada. A negativa do estímulo ao surgimento de um processo de colonização que tivesse a intenção de povoar e ao mesmo tempo dar condições de desenvolvimento ao colono de origem humilde acaba por deixar de prevalecer, indicando a intenção de Portugal em privilegiar o poderio dos grandes senhores.

> A ocupação da terra se deu por meio de instrumentos que viabilizaram a colonização mercantil. Assim, a partir de 1534, as capitanias hereditárias e as sesmarias se multiplicam. Posseiros e agregados vindos de Portugal se fazem presentes entre grandes funcionários da Coroa. O modelo da grande propriedade, monocultora e escravista, que Portugal implanta, acaba por consagrar, contudo, o poderio dos senhores de engenho, dificultando a vida da camada de pequenos e médios proprietários. Os que não tinham recursos sequer para arrendar terras gravitam em torno dos engenhos que se formariam desde o início da colonização, como trabalhadores especializados do açúcar ou prestadores de serviço. A necessidade de controlar a produção por meio do engenho complicava, e muito, a existência da pequena propriedade, desvinculada do processo de produção e não destinada a fins comerciais. Apesar disso, aos poucos se instituiu um número expressivo de homens livres pequenos proprietários, além dos tradicionais senhores de escravos, lutando contra o solo e diversificando. A lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano (PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 31).

A possibilidade de crescer economicamente só virá a se manifestar novamente para os pequenos produtores através da instituição da pecuária no nordeste brasileiro. A criação de gado possibilitaria o surgimento de uma nova classe social tendo como base o trabalho livre.

Prezado acadêmico, como vimos, a estrutura da economia colonial foi alicerçada tendo como base o tripé: latifúndio, trabalho escravo e monocultura. Estes três elementos forneceram as bases iniciais da colônia. Sem eles, certamente o processo de colonização não teria alcançado êxito.

No próximo tópico iremos estudar a estrutura do engenho colonial açucareiro, salientaremos que esta estrutura permitiu o convívio de, pelo menos, três raças diferentes – o europeu, o africano e o índio – que, com seu processo de miscigenação, viriam a dar origem ao povo brasileiro.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você estudou sobre:

- A idealização do projeto civilizatório português para colonizar o Brasil.
- A instituição da monocultura da cana-de-açúcar, do trabalho escravo e do latifúndio como fundamento para o processo de povoamento e colonização do Brasil.

AUTOATIVIDADE



1 Faça um texto crítico, argumentando acerca da importância do cultivo da cana-de-açúcar, no contexto do Brasil colonial.

2 Leia o texto “Tráfico Negreiro e Trabalho Escravo” e faça um resumo crítico acerca do mesmo.

TÓPICO 4

O ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO

1 INTRODUÇÃO

Caro acadêmico, neste tópico iremos estudar a instituição no Brasil dos chamados engenhos coloniais açucareiros. Estas estruturas montadas pelos portugueses, principalmente no nordeste e na região de São Vicente, viriam a se transformar em uma lucrativa indústria responsável pela fabricação do açúcar, muito utilizado na Europa como produto culinário.

Para construirmos a reflexão sobre a importância do engenho na história colonial brasileira iremos nos basear no livro "Casa Grande e Senzala", do historiador pernambucano Gilberto Freire. Este livro, é um marco na historiografia cultural do Brasil e do mundo, pois o autor teceu uma reflexão sobre a história brasileira, tendo como base as relações raciais.

Outro assunto importante a ser estudado neste tópico, diz respeito à religiosidade na colônia. A religião católica, introduzida pelos portugueses sofreu grande influência, não só da religião indígena, mas principalmente da religião africana. Em muitas regiões do Brasil houve um verdadeiro sincretismo, que misturou as três expressões religiosas em uma só.



Sincretismo – A palavra sincretismo significa mistura! No Brasil, não apenas houve sincretismo relacionado ao aspecto religioso, mas em muitas outras formas de expressão dos diversos povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro.

2 O ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO

A partir da intensificação da colonização, ocorrida após a instalação do Governo Geral, em 1549, diversos engenhos coloniais foram instalados no Brasil. Apesar disso, Martim Afonso de Souza, já havia fundado engenhos, a partir de 1530, sendo que o primeiro foi instalado na região de São Vicente, atual estado de São Paulo.

> No Brasil, a cana-de-açúcar foi introduzida por Martim Afonso de Souza, também dono do primeiro engenho erguido no país, em associação com o holandês Johann Van Hielst (chamado de João Vaniste), representante dos Schetz, ricos armadores, comerciantes e banqueiros de Amsterdã (BUENO, 2003, p. 44).

Segundo Mary Del Priore e Renato Venâncio (2006), a cana já fazia parte da economia colonial desde os primórdios da colonização.

Há sinais de que a cana veio para o Brasil logo nos primeiros anos da colonização. Ela teria chegado em 1502 a 1503. Sua exploração sistemática, no entanto, demorou mais uma década. Em 1516, a poderosa Casa da Índia, órgão metropolitano encarregado das alfândegas, procurava mestres de açúcar para trabalhar em engenhos que teriam se estabelecido em áreas próximas às feitorias litorâneas. No ano de 1518, escravos vindos da Guiné e colonos da Ilha da Madeira já estavam em atividades. A partir de 1520, a Alfândega de Lisboa passou a cobrar direitos sobre o açúcar vindo da Terra de Santa Cruz.

Apesar da cana já ter sido plantada no Brasil desde os primórdios da colonização, ela irá se transformar em um produto economicamente viável apenas a partir de 1530, com os estímulos oriundos das iniciativas de Martim Afonso de Sousa.

É importante salientar que, mesmo nos primórdios da colonização do Brasil, já existia um acordo entre Portugal e Holanda relacionado à produção e comercialização do valioso produto. Esta parceria será prejudicada com a União Ibérica, ocorrida a partir de 1580, quando Portugal e Espanha passaram a ser governados pelo mesmo rei (Felipe II). Essa união deu origem a sérios conflitos com a Holanda, pois os espanhóis eram inimigos dos holandeses, impedindo que os mesmos mantivessem relações comerciais com o Brasil. Este fator motivou a invasão holandesa do nordeste brasileiro, que será estudada no quinto tópico, da segunda unidade, deste caderno de estudo.

FIGURA 13 – ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO – ÉPOCA DO DOMÍNIO HOLANDÊS (1637)



FONTE: Cotrim (1999, p. 74)

Com a intensificação da colonização, portugueses, em parceria com os holandeses, começaram a investir grandes somas de capitais na fundação dos engenhos e na consequente plantação de grandes áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar.

Segundo Eduardo Bueno (2003, p. 44-45):

> A partir da chegada dos donatários, a cultura açucareira adquiriu estupendo impulso no Brasil. Impossibilitados por lei de explorar o pau-brasil (um monopólio da coroa), os donatários –Duarte Coelho à frente – trouxeram consigo colonos da Ilha da Madeira, deram início à derrubada das matas litorâneas e instalaram seus primeiros engenhos. O aumento da população na Europa, a relativa queda do preço do produto, a fertilidade do massapé nordestino – tudo contribuiu para tornar o açúcar um produto cada vez mais consumido nas cidades e disputado no mercado.

Temos que ter clareza de que o português foi um colonizador inovador para os parâmetros da época, como menciona Gilberto Freyre em seu livro Casa Grande e Senzala:

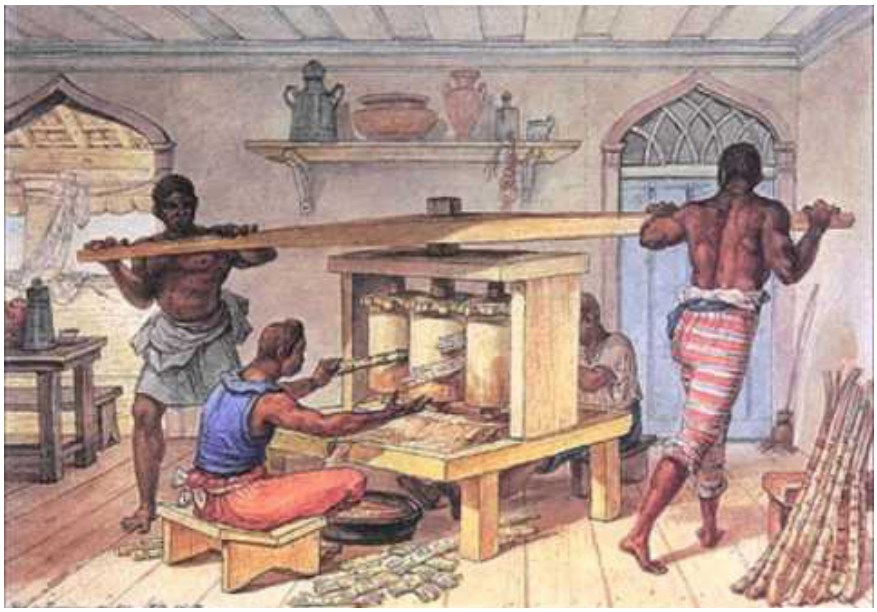
> O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los (2003, p. 79).

Ainda citando Freyre:

> A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e estáveis; em casas grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. Observa Oliveira Martins que a população colonial no Brasil, "especialmente ao norte, constitui-se aristocraticamente, isto é, as casas de Portugal enviaram ramos para o ultramar; desde todo o princípio da colônia apresentou um aspecto diverso das turbulentas imigrações dos castelhanos na América Central e Ocidental". E antes dele já escrevera Southey que nas casas de engenho de Pernambuco encontravam-se, nos primeiros séculos de colonização, as decências e o conforto que debalde se procurariam entre as populações do Paraguai e do Prata (2003, p. 79).

Tudo estava conspirando para que o Brasil se transformasse no maior produtor mundial de açúcar. Para se ter uma ideia, em 1628 já haviam sido instalados no Brasil, em torno de 235 engenhos, a grande maioria no nordeste. Quando da invasão holandesa, a partir de 1637, a produção de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte ultrapassou 1 milhão de arrobas anuais (BUENO, 2003).

FIGURA 14 – ENGENHO MANUAL PARA A PRODUÇÃO DE CALDO DE CANA



FONTE: Bueno (2003, p. 76)

Salientamos que existiam diversos tipos de engenhos, conforme o poder aquisitivo dos seus donos, desde pequenos engenhos manuais, conforme figura anterior, até grandes engenhos movidos a força hidráulica. Apesar das diferenças todos produziam açúcar e derivados da cana.

QUADRO 1 – PREÇO DO AÇÚCAR BRANCO

Ano	Arroba em réis	Ano	Arroba em réis
1550	480	1675	1.220
1575	756	1700	1.980
1600	1.092	1725	1.692
1625	629	1750	1.273
1650	1.376	1780	1.050

FONTE: DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 35.

Apesar do grande número de engenhos, temos que entender que o verdadeiro lucro para essa atividade advinha da distribuição e do refino do açúcar na Europa, atividade esta geralmente desenvolvida pelos holandeses, e não propriamente, da plantação da cana e da fabricação do açúcar bruto nos engenhos.

Ainda citando Eduardo Bueno (2003, p. 45):

> Mas a pujança e grande lucratividade da lavoura de cana parecem ter cruzado apenas de passagem pela casa-grande que abrigava os senhores de engenho. O verdadeiro lucro ia para os que embarcavam o açúcar para a Europa. Lucros estes que eram utilizados para fazer novos empréstimos aos senhores de engenho, que viviam assim em "perpétua dívida, da qual periodicamente clamavam por perdão". De qualquer maneira, após uma ou duas boas colheitas, vários proprietários vendiam tudo o que tinham e regressavam a Portugal.

É certo, que muitos dos colonizadores portugueses, que escolhiam o Brasil como investimento de seus capitais não traziam família. Neste sentido, o engenho se transformava em uma verdadeira Babilônia, pois os portugueses logo iriam cruzar seus corpos com as negras e com as índias, promovendo assim, o início da miscigenação.

Segundo o padre Antônio Vieira (apud BUENO, 2003, p. 48):

> Quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda de cor da mesma noite, e gemendo tudo, sem trégua nem descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança do inferno.

A palavra deste famoso padre jesuíta vem a fortalecer a ideia de que o escravo era o sujeito social que tudo fazia na colônia. A importância do engenho não pode ser menosprezada em função de que as atividades mais lucrativas eram aquelas de refino e de distribuição do açúcar na Europa. Na verdade, a importância do engenho não era apenas econômica, mas acima de tudo social e cultural.

No próximo item iremos estudar a importância social e cultural do engenho colonial açucareiro.

3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E CULTURAL DO ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO

O colonizador português do Brasil inventou uma estrutura chamada de engenho colonial açucareiro. Era um complexo composto por várias benfeitorias que iam desde a capela, passando pela casa de purgar, casa da caldeira, casa de farinha, casa de bagaço, roda do engenho, curral, pomar, cemitério, senzala, que muitas vezes ficava próxima à casa grande. Eram construções tipicamente lusitanas, contendo todas as simbologias que as mesmas poderiam ter em Portugal, porém quem as habitava eram pessoas das mais variadas tipologias culturais.

Segundo Gilberto Freire (2003, p. 79):

> O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical para extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los.

O engenho era muito importante, pois representava um marco de civilização em meio à floresta, pois foi aí que a cultura afro-brasileira se desenvolveu. Nesta estrutura, brancos e negros conviviam segundo uma relação de senhores e escravos.

Segundo Gilberto Freire (2001, p. 27):

> Nenhuma cultura, nenhuma gente, nenhum povo depois do português, exerceu maior influência na brasileira do que o negro. Quase todo brasileiro traz a marca dessa influência. Da negra que o embalou e lhe deu de mamar. Da sinhama (ama de leite) que lhe deu de comer, ela própria fazendo com os dedos o bolão de comida.

Temos que ter clareza que o sucesso do engenho em terras brasileiras foi uma realidade em função das características culturais do africano, pois o mesmo era muito diferente do índio.

> Os negros importados da África - como já se disse – tinham, de modo geral, uma cultura superior à dos indígenas. Além disso, o negro se adaptava melhor aos trópicos. Ao contrário do índio ou do caboclo, que mostrava desalento ao rigor do sol. Em termos modernos, o negro era extrovertido (alegre, fácil, divertido, acomodatício, confiante) e o índio um introvertido (triste, difícil, bisonho, relutante) (FREIRE, 2001, p. 27).

Estas características explicam por que o negro foi o maior aliado do branco na colonização do Brasil. Apesar disso, negros das mais variadas regiões da África foram trazidos para o Brasil. No dizer de Gilberto Freire (2001, p. 29):

> Os angolas eram Bantos; como os do Congo, eram bons para o trabalho bruto. Os angolas "ladinos" prestavam-se bem para iniciar os "boçais" nos serviços de eito. Os Ardas vinham do Daomé. Eram "tão fogosos que tudo querem cortar de um só golpe", como deles dizia Henrique Dias. Os Minas (Nagô) da Costa do Ouro. O Daomé e a Costa do Ouro eram os centros de cultura sudanesa. O sudanês é um dos povos mais altos da terra. No Senegal, parece até que andam em perna de pau; com seus camisões, de longe lembram almas de outro mundo. Os da Guiné, bonitos de corpo, eram excelentes para os serviços domésticos, principalmente as mulheres. Os de Cabo Verde eram os melhores e os mais robustos de todos e os mais caros. Os Bantos eram, dentre todos, os negros os mais característicos; mas não compreendiam, como se viu, a totalidade dos elementos africanos importados para o Brasil. Ao lado da língua banto, os nossos negros falavam outras línguas ou dialetos do grupo sudanês (o Jeje, o Hauçá, o Nagô ou Ioruba).

Neste contexto de origens variadas, o negro irá se adaptar a uma vida dura no Brasil, pois não devemos esquecer que o mesmo era escravo e devia obedecer ao seu senhor. Apesar disso, o negro provou desde cedo a sua força e intenção de sobreviver em uma terra estranha que lhe privava de liberdade.

Para ilustrar, introduziremos um fragmento do livro "**Casa Grande e Senzala**", adaptado em forma de quadrinho (2001, p. 38), que problematiza o cotidiano e a relação entre portugueses e negros em um engenho colonial açucareiro do Nordeste brasileiro.

FIGURA 15 – O COTIDIANO E A RELAÇÃO ENTRE PORTUGUESES E NEGROS EM UM ENGENHO COLONIAL AÇUCAREIRO DO NORDESTE BRASILEIRO



Há muitos pontos de semelhança entre o Brasil das casas-grandes e senzalas e o Sul dos Estados Unidos com suas “mansions” e “big houses”, hoje históricas e visitadas pelos turistas.



FONTE: Freyre (2003)

Como seria a vida em um engenho do século XVI, que tipo de alimentos consumiam, como eram suas relações sociais, como se estruturava a sua religiosidade, enfim que tipo de problemas enfrentavam?

Segundo Freyre, a vida no engenho e, especialmente a alimentação, era difícil, pois apesar de toda a riqueza gerada pelo açúcar e dos inúmeros recursos naturais, os senhores procuravam imitar os hábitos europeus.

> Os próprios senhores de engenho dos tempos coloniais que, através das crônicas de Cardim e de Soares, nos habituamos a imaginar uns regalões no meio da rica variedade de frutas maduras, verduras frescas e lombos de excelente carne de boi, gente de mesa farta comendo como uns desadorados – eles, suas famílias, seus aderentes, seus amigos, seus hóspedes; os próprios senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos pouco e bichados, os legumes raros. A abundância ou excelência de víveres que se surpreendesse seria por exceção e não geral entre aqueles grandes proprietários (2003, p. 98).

Afirma ainda que:

> Grande parte de sua alimentação davam-se eles ao luxo tolo de mandar vir de Portugal e das ilhas; do que resultava consumirem víveres nem sempre bem conservados: carne, cereais e até frutos secos, desprovidos dos seus princípios nutritivos, quando não deteriorados pelo mau acondicionamento ou pelas circunstâncias do transporte irregular e moroso. Por mais esquisito que pareça, faltavam à mesa da nossa aristocracia colonial legumes frescos, carne verde e leite. Daí certamente, muitas das doenças do aparelho digestivo, comuns na época e por muito doutor caturra atribuídas aos "maus ares" (2003, p. 98).

A imagem que segue contradiz a afirmação acima, revelando uma mesa farta e diversificada, o que certamente faz parte de uma representação romântica e fora da realidade do Brasil colonial.

FIGURA 16 – JANTAR NO BRASIL. J. B. DEBRET EM *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL*



FONTE: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Para aprofundar esta discussão e facilitarmos o entendimento, apresentaremos um fragmento do "Livro de Ouro da História do Brasil" dos historiadores Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio (2001, p. 57-60).

> Se aceitarmos a opinião dos letrados da época, podemos afirmar que, apesar da aparência contrária, mesmo os fazendeiros mais ricos alimentavam-se mal, comendo dura carne de vaca. Só uma vez ou outra, degustavam frutos. Mais raramente ainda, os legumes. A falta de boa comida era compensada pelos excessos de doces: goiabadas, marmeladas, doces de caju e mel de engenho, alfenins e cocadas. Quando da passagem de um padre, abriam-se, com esforços, as despensas e matavam-se animais de criação: patos, leitões e cabritos. Em Pernambuco, conta-nos um cronista, "escravos pescadores" eram, nestas ocasiões, encarregados de buscar "todo gênero de pescados e mariscos". A abundância registrada em alguns engenhos não era norma. Os que se davam ao luxo de mandar vir alimentos do Reino consumiam víveres mal conservados. O senhor de engenho sofria doenças do estômago, atribuídas, por doutores da época, não à precária alimentação, mas aos maus ares do trópico. A saúva, as enchentes ou a seca dificultavam ainda mais o suprimento de víveres frescos. A sífilis marcava-lhes o corpo, deixando-o vincado com chagas.

A maior parte dos engenhos aninhava-se na mata, não muito distantes dos centros portuários, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos bem-vestidos de capa verde e pela abundância de lenha, necessária às fornalhas famintas, alimentadas num labor que, às vezes, durava dia e noite, oito e nove meses. E eles não deviam afastar-se muito do litoral, sob pena de, sendo um só o preço dos gêneros de exportação, não poderem competir com os fazendeiros mais próximos do mercado, cujo produto não se amesquinhava com as despesas de transportes. Em Pernambuco, instalavam-se ao longo dos rios que se concentram na vertente do Atlântico do planalto da Borborema, na zona da Mata, em que predominam arredondados morros e colinas. O corolário da terra era a água. Se a irrigação era desnecessária graças ao rico massapé, tanto o gado quanto as pessoas precisavam de água doce. Usavam-na, também nos engenhos de trapiches, nas prensas e moinhos. Não à toa, a maior parte dos engenhos localizava-se à beira de rios como Paraguaçu, o Jaguaribe e o Sergipe, na Bahia, e o Beberibe, o Jaboatão, o Uma e o Serinhaém, em Pernambuco.

No interior das verdadeiras fortalezas de adobe e taipa, que eram as casas grandes, vigiam a simplicidade e até o desconforto. O mobiliário era pobre e escasso: catres, baús, arcazes e cabides. Todas peças toscas feitas pelo carapina do engenho. Alguns preferiam a doçura das redes, solução refrescante nas noites quentes. Varandas entaladas no meio da fachada principal e pequenos alpendres davam ao senhor de engenho a vista sobre sua terra, cana e gente. Hirsutos pavimentos térreos, verdadeiros depósitos fechados, iluminados por seteiras, permitiam-lhes melhor se defender do inimigo. Não faltavam, contudo, observadores de época, capazes de entusiasmar-se com a imponência do conjunto: "engenho de água muito adornado de edifícios", "engenho com grandes edifícios e uma igreja", "engenho ornado de edifícios com uma ermida mui concertada e formosos canaviais", diria o cronista e senhor de engenho português Gabriel Soares de Souza, descrevendo-os em 1587. A rigidez da casa opunha-se, em dias de festa, o exagero das vestimentas: "vestem-se, e as mulheres e os filhos, de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisso tem muito excesso [...] os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas que iam vestidos", comentava um elevado Cardim, na fase de expansão canavieira. Os casamentos festejavam-se, segundo o mesmo, com banquetes, touradas, jogos de canas e argolinhas, e vinho de Portugal. Muitos batizavam seus engenhos com o nome de santos protetores: São Francisco, São Cosme e São Damião, Santo Antônio. Outros tinham nomes africanos – Maçangana. Outros ainda lhes davam nomes de frutas e árvores: Pau-de-Sangue, Cajueiro-de-baixo, Jenipapo.

No centro de sua família, o senhor de engenho devia irradiar autoridade, respeito e ação. Sob seu comando dobravam-se filhos, parentes pobres, irmãos, bastardos, afilhados, agregados e escravos. Uma esposa, às vezes bem mais jovem, movia-se em sua sombra. Ela vivia para gerar filhos, desenvolvendo, entretempo, uma atividade doméstica –costura, doçaria, bordados – alternada com práticas de devoções piedosa. Na sua ausência, contudo, assumia as

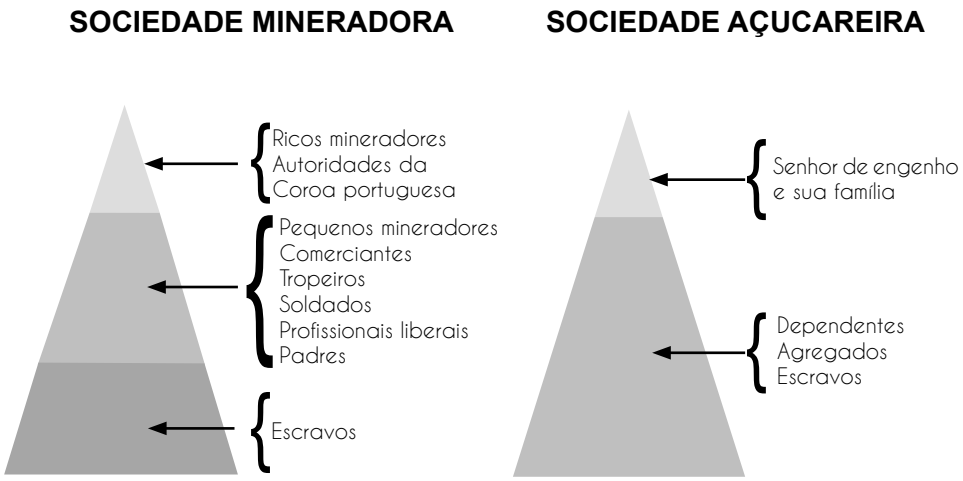
responsabilidades de trabalho com vigor igual ao do marido. Sua família era a formulação exterior de uma sociedade, mas não o domínio do prazer sexual. A possibilidade de se servirem de escravas criou no mundo dos senhores uma divisão racial do sexo. A esposa branca era a dona-de-casa, a mãe dos filhos. A indígena, e depois a negra e a mulata, o território do prazer.

Disputas pelo acesso à terra também marcaram a ocupação das terras açucareiras, e não faltavam os que "se infiltravam manhosa e furtivamente" – no entender de um observador, em 1635 – em terras virgens, na esperança de enriquecer graças à instalação de engenhos. O engenho de açúcar correspondia a uma estrutura extremamente complexa. Estrutura, diga-se, que se expandiu no Nordeste do Brasil, na sua forma clássica, ou seja, associada às grandes plantações e ao trabalho escravo, nos séculos XVI e XVII, aproximadamente, Apesar de assentada em capitais vultuosos, capazes de garantir a produção em larga escala, a empresa do açúcar contava igualmente com pequenos empreendedores que abasteciam o engenho com suas canas. Um relatório holandês de 1640 informa que somente 40% dos engenhos de Pernambuco moíam canas próprias, e os demais dependiam da matéria-prima aportada por tais lavradores.

A empresa do açúcar não envolvia apenas senhores e escravos. Ela obrigava um grupo diversificado de trabalhadores especializados e agregados, que orbitavam em suas franjas, prestando, ao senhor de terras, seus serviços. Eram mestres-de-açúcar, purgadores, caixeiros, calafates, caldeireiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros, entre outros. A eles juntavam-se outros grupos a animar a vida econômica e social das áreas litorâneas: mercadores, roceiros, artesões, lavradores de roças de subsistência e de cana e, até mesmo, desocupados compunham uma complexa fragmentação de pequenos ou grandes proprietários. O número de escravos que possuíam (de dois a dezenas) permitia inferir a diversidade de origens sociais e de situações econômicas. No século XVIII, com o declínio da atividade e o aumento das alforrias, alguns libertos tornaram-se, também, proprietários de partidos de cana.

A sociedade açucareira era uma sociedade estanque, ou seja, não havia mobilidade social. Existiam basicamente dois grupos sociais: o do senhor de engenho e sua família e o dos seus dependentes, agregados e escravos. Já na sociedade mineradora, que será estudada na próxima unidade, ocorria uma maior mobilidade social, pois existiam pelo menos três classes sociais, são elas: os ricos mineradores e os funcionários da coroa; os pequenos mineradores, comerciantes, tropeiros, soldados, profissionais liberais e padres; por último os escravos. Veja a imagem na sequência que representa as duas pirâmides sociais.

FIGURA 17 – PIRÂMIDE SOCIAL



FONTE: Cotrim (1999, p. 146)

Sobre a sociedade açucareira, Gilberto Freyre afirma que:

> A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão a sua cultura, que onde logrou êxito – medíocre como em São Vicente ou máximo como em Pernambuco, no Recôncavo e no Maranhão – trouxe em consequência uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas. Por conseguinte, de interesses econômicos semelhantes. O antagonismo econômico se esboçaria mais tarde entre os homens de capital, que podiam suportar os custos da agricultura da cana e da indústria do açúcar, e os menos favorecidos de recursos, obrigados a se espalharem pelos sertões em busca de escravos – espécie de capital vivo – ou a ficarem por lá, como criadores de gado. Antagonismo que a terra vasta pôde tolerar sem quebra do equilíbrio econômico. Dele resultaria, entretanto, o Brasil antiescravocrata ou indiferente aos interesses da escravidão, representados pelo Ceará em particular, e de modo geral pelo sertanejo ou vaqueiro (2003, p. 93).

Analisando a reflexão de Gilberto Freyre, podemos concluir que a atividade econômica da cana-de-açúcar era excludente, tendo como base a escravidão, fator este que dificultava a ascensão social dos homens livres, forçando os mesmos a procurarem outras atividades econômicas sertão adentro.

Caro acadêmico, no próximo tópico iremos estudar a invasão holandesa do nordeste brasileiro. O estudo desta invasão é muito importante, pois modificou a estrutura colonial, além de inserir uma nova realidade na história do Brasil colonial.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu:

- A importância do engenho colonial açucareiro na história do Brasil.
- As principais características socioculturais do engenho colonial açucareiro.

AUTOATIVIDADE



1 Caracterize o engenho colonial açucareiro.

TÓPICO 5



O DOMÍNIO ESPANHOL E A INVASÃO HOLANDESA

1 INTRODUÇÃO

Na primeira parte deste tópico estudaremos a chamada "União Ibérica", que representou a união da coroa portuguesa com a coroa espanhola. Isto ocorreu em virtude da morte do rei de Portugal, sendo que seu parente mais próximo era o rei espanhol Felipe II, sendo este coroado rei das duas coroas.

Na segunda parte deste tópico, iremos demonstrar que a união dinástica, efetuada entre Portugal e Espanha, foi o estímulo para as chamadas invasões holandesas do Brasil, pois os espanhóis fecharam o Brasil ao comércio holandês. Esse período também é chamado pelos historiadores de "Brasil espanhol" e de "Brasil holandês".

Vamos então ao conteúdo deste tópico!

2 A UNIÃO IBÉRICA OU O BRASIL ESPANHOL

Na segunda metade do século XVI, a dinastia de Avis, que governou Portugal por mais de 200 anos, parecia estar com seus dias contados. Nesta época estavam vivos apenas o rei D. João III e seu irmão o cardeal D. Henrique.

FIGURA 18 – DOMÍNIOS IBÉRICOS NO SÉCULO XVI



FONTE: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/felipe_ii.htm

Para melhor entendermos esta questão, veja parte do texto "O domínio holandês no Brasil 1630-1654", dos historiadores Mozart Vergetti de Menezes e Regina Célia Gonçalves (2002, p. 9-10). Acompanhe, na sequência, o recorte do texto.

Portugal, reino sem rei

D. João III assistira à morte de seus nove filhos homens e aguardava ansioso pelo nascimento de um neto que desse continuidade à sua descendência. Caso isso não ocorresse, Portugal corria o risco de cair nas mãos de algum estrangeiro.

O velho rei morreu meses antes do nascimento de D. Sebastião, o desejado, cuja gestação fora acompanhada de muita reza pelo povo português.

O novo monarca assumiu o governo contando apenas 14 anos de idade. Sonhava em organizar cruzadas contra os muçulmanos e expandir a fé cristã. Como era muito jovem, não teve a preocupação em casar-se e dar continuidade à dinastia.

Em 1578, preparou uma expedição para conquistar o Marrocos. Mas seu exército era fraco, mal organizado e rapidamente foi aniquilado pelos muçulmanos. Na batalha de Alcácer Quibir, D. Sebastião morreu e, com ele, boa parte da nobreza portuguesa. Rei morto, rei posto. Com a morte de D.

Sebastião, assumiu o trono seu tio-avô, o já citado cardeal D. Henrique. De idade muito avançada, não permaneceu no poder por muito tempo, morrendo dois anos mais tarde. A nação portuguesa perdia, assim, o último representante da dinastia de Avis e viu iniciar-se, então, a disputa pelo trono português, que só teria fim em 1580.

Como vimos no texto "Portugal, reino sem rei", Portugal estava com as portas abertas ao domínio espanhol, pois o parente mais próximo do rei morto, D. Henrique, era Felipe II da Espanha.

Apesar disso, vários candidatos apresentaram-se para assumir a coroa portuguesa. Entre os candidatos estavam D. Antônio e Felipe II, rei da Espanha, que reclamava o direito ao reino português por ser neto de um antigo rei de Portugal, chamado D. Manuel.

> Antônio contava com o apoio do povo, que não aceitava a ideia de ver o trono entregue a uma estrangeiro. Filipe II, católico convicto e, como não poderia deixar de ser, contrário aos reformistas cristãos, recebeu apoio total do clero e de grande parte da nobreza, além dos burocratas e dos comerciantes. Em junho de 1580, o duque de Alba, o melhor general do império espanhol, invadiu Portugal com forte exército e acabou com as pretensões de D. Antônio, garantindo a coroa portuguesa para Filipe II, que recebeu, em Portugal, o nome de Felipe I. Inaugurou-se assim, a dinastia dos Habsburgo em terra lusitana. Filipe II foi sucedido por mais dois Felipes, o segundo (terceiro na Espanha), em 1598, e o terceiro (quarto na Espanha), em 1621, que se manteve no poder em Portugal até 1640. Foi durante o governo deste último que aconteceu a invasão holandesa do Brasil (MENEZES; GONÇALVES, 2002, p. 10).

Neste sentido, Portugal iria permanecer sob domínio espanhol por sessenta anos. Nesta época, a Espanha se transformou no maior império do mundo, pois uniu as suas colônias com as colônias portuguesas.

Para o Brasil a união ibérica foi saudável, pois anulou as fronteiras do Tratado de Tordesilhas, permitindo assim que o Brasil construísse um esboço das suas atuais fronteiras.

Segundo Eduardo Bueno (2003, p. 85):

> Sob Felipe II e, depois, no reinado de seu sucessor Filipe III, o Brasil pôde sair de uma posição "regional", a de mero coadjuvante no jogo das trocas comerciais, para adquirir um novo e mais honroso papel geopolítico, integrando-se à trama do império atlântico concebido por Felipe II. De 1580 a 1615, o Brasil também se expandiria internamente: a Paraíba e o Maranhão foram definitivamente conquistados, fundaram-se duas dezenas de povoados, abriram-se novas linhas de comércio, criaram-se novos cargos públicos, estabeleceu-se definitivamente a ligação entre o Sul do Brasil e a região do Prata. Além disso, o foco da atividade econômica desviou-se da agricultura e do extrativismo vegetal para voltar-se à busca de riquezas minerais – e isso provocaria

> uma profunda guinada nos rumos e nos destinos da futura nação. Foi também durante a época dos Felipes que os bandeirantes paulistas agiram com desenvoltura dificilmente concebível fora de um período no qual os limites das possessões da Espanha e Portugal não estivessem tão misturados. Quando a União Ibérica se encerrou, com o frágil reinado de Felipe IV e a restauração portuguesa, o imenso território tomado pelos bandeirantes passou a pertencer ao Brasil. Embora fundamental na história do país, o período dos Felipes continua sendo um dos menos estudados no Brasil.

Foi a partir da União Ibérica que os bandeirantes paulistas começaram a ter uma presença mais constante na história do Brasil. Mais tarde seriam estes personagens os responsáveis pelo achamento de ouro nos sertões das minas-gerais.

No próximo item iremos estudar a invasão holandesa no nordeste brasileiro.

3 AS INVASÕES HOLANDESAS DO BRASIL

Os holandeses sempre foram parceiros comerciais dos portugueses, porém, em tempos de união ibérica, eles planejaram e executaram duas invasões da colônia. A primeira ocorreu em Salvador nos anos de 1624 e 1625, porém, logo os portugueses expulsaram os invasores. Já a segunda invasão foi mais duradoura e de maiores consequências para a história brasileira, ela aconteceu de 1630 a 1654, e expandiu-se por quase todo o nordeste.

Segundo Mozart Vergetti de Menezes e Regina Célia Gonçalves (2002, p. 4):

> O período do domínio holandês e da luta para encerrá-lo constituiu-se, ao longo da história do Brasil, em tema constantemente alimentado pelo imaginário do povo e das elites locais, ao mesmo tempo que tem sido revisitado, com frequência, por vários historiadores de diferentes épocas. Alguns ressaltam a riqueza cultural do período, em especial durante a administração do conde João Maurício de Nassau-Siegen, que, com sua corte de artistas, arquitetos, cartógrafos, naturalistas etc., promoveu, entre outras obras, a transformação, em apenas sete anos, do povoado do Recife na cidade mais urbanizada das Américas. Idealizando esse momento, há quem afirme que teria sido melhor para o nordeste não ter retornado ao mando português.

Antes do advento da União Ibérica, Portugal e Holanda, também chamada de Províncias Unidas, mantinham prósperas relações comerciais. Navios flamengos e holandeses atracavam em portos portugueses. Estes navios desembarcavam os mais variados artigos, tais como: trigo, peixe, manteiga e queijo e importavam sal grosso de Portugal. Para o porto de Antuérpia seguiam as especiarias, bem como, outros produtos vindos do oriente, além de açúcar e madeira do Brasil (MENESES; GONÇALVES, 2002.).

Quando Filipe II da Espanha declarou guerra às Províncias Unidas, cancelou todos os contratos destes mercadores com Portugal. Por outro lado, restringiu a entrada de produtos vitais para a sobrevivência do povo português; por outro, comprometeu atividades significativas da economia holandesa, já que o sal grosso de Portugal era essencial tanto para a conservação do pescado holandês quanto para a produção de derivados de leite.

Com a falta de trigo, cereal utilizado na fabricação do pão, a população portuguesa pressionou a corte espanhola para que cedesse e reabrisse os contratos anteriormente existentes entre os dois países. Assim, foi promulgada uma trégua, a Trégua dos Doze Anos, reeditando o comércio luso-holandês. Esta trégua, que duraria de 1609 a 1621, deu oportunidade para os contatos dos holandeses com o Brasil se intensificarem.

Os holandeses frequentavam a costa brasileira desde o século XVI. O mais antigo registro da presença de seus navios em portos brasileiros data de 1587, quando um ataque de corsários ingleses à Bahia aprisionou um navio de bandeira flamenga de 250 toneladas. Há notícias, também, de um engenho de açúcar que fora adquirido por um banqueiro da Antuérpia nos fins do século XVI, na capitania de São Vicente – o Engenho dos Erasmos –, bem como o registro do navio São João, de origem portuguesa, que, ao zarpar do Brasil em 1581, carregava um total de 428 caixas de açúcar, das quais 350 pertenciam a três mercadores flamengos e a um alemão.

Durante a Trégua dos Doze Anos, os holandeses dedicaram-se intensamente ao comércio do açúcar, chegando a embarcar mais de 50 mil caixas do produto por ano.

Quando, em 1621, expirou a trégua, os mercadores holandeses sentiram que todo o trabalho realizado iria por água abaixo e procuraram, a todo custo, evitar que isso acontecesse. Como já tinham o exemplo da bem sucedida Companhia das Índias Orientais, resolveram fundar uma outra companhia, a Companhia das Índias Ocidentais, que viria a arregimentar capital, unindo os mercadores envolvidos no comércio do açúcar para combater os espanhóis e permanecer em um negócio tão vantajoso (MENEZES; GONÇALVES, 2002, p. 14-15).

Com o fim da trégua, em 1621, os mercadores holandeses resolveram tomar providências até então impensadas, pois os mesmos, não poderiam arcar com os prejuízos decorrentes do fechamento do mercado português e brasileiro.

Estas providências, até então impensadas, diziam respeito à invasão do nordeste brasileiro. Assim sendo, os holandeses passaram a organizar a invasão, o alvo seria a cidade de Salvador, capital da colônia.

3.1 A PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA: SALVADOR

A primeira invasão aconteceu no dia 4 de maio de 1624. Para esta tarefa os holandeses organizaram uma poderosa esquadra, composta de 28 embarcações, tripulada por cerca de 3.300 homens.

Logo os invasores tomaram a cidade e prenderam seu governador, Diego de Mendonza, sendo o mesmo deportado para a Holanda. Porém, em julho de 1624 o almirante holandês Jacob Willekens, comandante da esquadra, resolveu voltar à Holanda, deixando na Bahia cerca de um terço de suas forças.

Esta decisão demonstrou ter sido um erro estratégico, pois os portugueses e espanhóis não tardariam a enviar forças para reaver a cidade.

> Sendo assim, quando, em abril de 1625, chegou a São Salvador a armada luso-espanhola comandada por D. Fradique de Toledo, formada por 31 galeões, algumas caravelas e 7.500 homens em armas, as forças holandesas encontravam-se em difícil situação. As forças portuguesas e espanholas colocaram-se à entrada da barra e incendiaram os barcos holandeses. Com ataques frequentes em terra minando as forças inimigas, até que, por fim, no início de maio, a tropa holandesa foi obrigada a se render. Pelas condições da capitulação, todas as armas seriam entregues aos vencedores, e os holandeses podiam voltar para o seu país nos barcos que lhe restaram (MENEZES; GONÇALVES, 2002, p. 17).

A primeira invasão holandesa do Brasil foi um grande fracasso. Além disso, ela trouxe enormes prejuízos à Companhia das Índias Ocidentais. Décadas depois, os holandeses iriam novamente invadir o nordeste brasileiro, desta vez, porém, seriam mais bem sucedidos, permanecendo aqui por cerca de 24 anos.

3.2 A SEGUNDA INVASÃO: PERNAMBUCO

A invasão holandesa, ocorrida na Bahia, em 1624, fracassou, em virtude de uma série de fatores expostos no item anterior. Apesar disso, os holandeses não desistiram do projeto de invadir o nordeste brasileiro, o mesmo fazia parte da intenção holandesa de dominar a produção, o refino e o comércio do açúcar na Europa.

Segundo Eduardo Bueno (2003, p. 91):

> A invasão da Bahia só trouxe prejuízos para a nascente Companhia das Índias Ocidentais. Em 1628, porém, a companhia capturou, ao largo de Cuba, a frota anual de prata espanhola e obteve um butim de 14 milhões de florins (o dobro do seu capital inicial). Enriquecida, a companhia planejou nova invasão ao Brasil. O alvo escolhido desta vez foi a maior e mais rica região produtora de açúcar do mundo. Além de possuir 130 engenhos (responsáveis por mil toneladas de açúcar/ano), Pernambuco era uma capitania particular, e não real, sendo, portanto, mal-aparelhada na sua defesa. No dia 15 de fevereiro de 1630, uma armada com 77 navios, sete mil homens e 170 peças

de artilharia surgiu diante de Marim – também chamada de Olinda. Embora a resistência do governador Matias de Albuquerque (neto do velho donatário Duarte Coelho) fosse, mais uma vez, heróica – e, antes de partir, ele ainda conseguiu incendiar 24 navios fundeados no porto –, Recife foi rapidamente tomada. Desta vez a ocupação iria durar mais de 20 anos.

Como vimos anteriormente, a capitania de Pernambuco era muito rica e sua produção açucareira era a maior do mundo, por isso, não foi à toa que os holandeses escolheram esta região. Nos vinte e quatro anos seguintes, grande parte do nordeste brasileiro passaria pela experiência do domínio holandês.

Para muitos seria mais vantajoso para o nordeste se os holandeses não tivessem sido expulsos, pois esta região, durante o domínio holandês, foi transformada na região mais urbanizada e rica das Américas.

O domínio holandês em Pernambuco dividiu-se em três fases, são elas:

- a primeira, de 1630 a 1637, seria marcada pela resistência dos luso-brasileiros, guerreando no interior, contra a dominação;

- a segunda fase vai de 1637 a 1644, é o período do florescimento do Brasil holandês. Nesta fase são feitas as principais obras de urbanização no Recife por Maurício de Nassau;

- a terceira fase, de 1644 a 1654, é caracterizada pela guerra de reconquista, que resultaria na expulsão dos holandeses.

É importante ressaltar que a principal fase do domínio holandês do nordeste brasileiro foi aquela representada pela administração do conde Maurício de Nassau. O mesmo chegou ao Brasil em 1637 e logo demonstrou ser um grande administrador. Através de sua mediação houve a pacificação dos luso-brasileiros, que passaram a vender a sua produção açucareira para os holandeses.

As principais medidas do seu governo foram (COTRIM, 1999, p. 102):

- Concessão de créditos: a companhia concedeu créditos aos senhores de engenho, que se destinaram ao reaparelhamento dos engenhos, à recuperação dos canaviais e à compra de escravos, reativando a produção açucareira.

- Tolerância religiosa: as diversas religiões (catolicismo, judaísmo, protestantismo) foram, de certo modo, toleradas pelo governo de Nassau. Os holandeses não tinham como objetivo principal expandir sua fé religiosa no Brasil. Entretanto, a religião oficial do Brasil holandês era o calvinismo, tendo sido, por isso, a mais incentivada.

- Obras urbanas: a cidade do Recife foi beneficiada com a construção de pontes e obras sanitárias. Criou-se também a cidade de Maurícia, hoje bairro da capital pernambucana.

- Vida cultural: O governo de Nassau promoveu a vinda de artistas, médicos, astrônomos, naturalistas. Entre os pintores, estavam Franz Post e Albert Eckhout, autores de diversos quadros inspirados nas paisagens brasileiras. No setor científico destacam-se Jorge Marcgrave, um dos primeiros a usar nossa natureza, e Willen Piso, médico que pesquisou a cura das doenças mais comuns da região.

Em função de todas estas medidas citadas anteriormente, o governo de Nassau foi muito próspero, pois nesta época o Brasil holandês alcançou o seu maior esplendor.

FIGURA 19 – OLINDA E RECIFE DURANTE O DOMÍNIO HOLANDÊS



FONTE: http://bairrodorecife.blogspot.com.br/2014/01/ponte-mauricio-de-nassau_4353.html

Apesar da experiência bem sucedida do governo de Nassau, após a sua saída houve uma mudança de mentalidade na forma de governar a colônia. Os outros governantes, que sucederam Nassau, mudaram radicalmente de conduta, criando assim descontentamentos entre a população luso-brasileira.

> Interessada somente em aumentar seus lucros, a Companhia das Índias Ocidentais passou a pressionar os senhores de engenho para que aumentassem a produção, pagassem mais impostos, liquidassem as dívidas atrasadas. A Companhia ameaçava confiscar os engenhos de seus proprietários, caso as exigências não fossem cumpridas. Até

> mesmo a tolerância religiosa havia acabado. Os católicos passaram a ser proibidos de praticar livremente sua religião (COTRIM, 1999, p. 104).

Indignados com as pressões holandesas na forma de administrar a colônia, grupos de brasileiros e portugueses começaram a se revoltar, exigindo que os invasores abandonassem o nordeste brasileiro. Isso irá acontecer a partir de 1645, recebendo o nome de Insurreição Pernambucana.

O interessante é que este movimento reuniu diversos setores sociais da sociedade brasileira, os quais passaram a lutar lado a lado, senhores de engenho, escravos e índios. Alguns historiadores afirmam que o movimento que levou à expulsão dos holandeses do Brasil é a primeira expressão de brasilidade e de identidade na história do Brasil. Este movimento demonstrou a maturidade da colônia, pois quem mais se empenhou na expulsão foram os próprios brasileiros.

Com a expulsão dos holandeses, ocorrida definitivamente em 1654, surgiu um outro problema para Portugal, pois os holandeses, ao abandonarem o Brasil, levaram mudas de cana-de-açúcar para serem plantadas nas Antilhas, região situada no Caribe. A decisão holandesa de produzir açúcar gerou uma grave crise no Brasil, pois o açúcar produzido na América Central possuía um preço de venda inferior ao do açúcar produzido no nordeste brasileiro. Além disso, este açúcar gerou concorrência, pois anteriormente apenas o açúcar brasileiro era vendido na Europa.

Desta forma, Portugal percebeu que deveria incentivar os moradores do Brasil, principalmente os bandeirantes, que viviam em São Vicente e em de São Paulo a realizarem expedições com o intuito de encontrarem metais preciosos nos sertões do Brasil.

O Brasil não poderia depender apenas da cana-de-açúcar para mover sua economia. Sobre esta questão, iremos tratar no próximo tópico, pois o incentivo dado aos bandeirantes traria retorno à coroa e que os mesmos não tardariam a descobrir ouro nas "minas gerais".

Acontecimentos históricos relacionados à União Ibérica e as invasões holandesas do Brasil

- 1566-1609: Guerra de Independência dos Países Baixos contra a Espanha.
- 1578: Derrota de Alcácer-Quibir, morre D. Sebastião, rei de Portugal.
- 1580: Início da União Ibérica, que se estenderá até 1640.
- 1602: Fundação da Cia. Holandesa das Índias Orientais.
- 1609: Assinatura da "Trégua dos 12 Anos" entre Holanda e Espanha.
- 1621: Fundação da Cia.Holandesa das Índias Ocidentais. Início do reinado de Filipe III em Portugal (IV na Espanha).

- 1624: Primeira invasão holandesa: tomada de Salvador.
- 1625: Armada luso-espanhola comandada por D. Fradique de Toledo reconquista Salvador.
- 1630: Os holandeses invadem Pernambuco: tomada de Olinda e Recife.
- 1631: Evacuação de Olinda e Recife pelos luso-brasileiros.
- 1633: Tomada holandesa de Itamaracá e do Forte dos Reis Magos.
- 1634: Conquista da Paraíba pelos holandeses.
- 1636: Batalha campal de Mata Redonda, com vitória holandesa.
- 1637: Chegada de Nassau ao Recife, início do governo de Nassau.
- 1639: Fundação da cidade de Maurícia.
- 1640: Fim da União Ibérica.
- 1641: Os holandeses conquistam o Maranhão e o Sergipe.
- 1643: Restauração portuguesa.
- 1644: Regresso de Nassau à Holanda.
- 1648: Primeira Batalha de Guararapes.
- 1649: Segunda Batalha de Guararapes.
- 1654: Os holandeses se rendem no Recife.

FONTE: Adaptado de: GONÇALVES, R. C.; MENEZES, M. V. **O domínio holandês no Brasil** (1630-1654). São Paulo: FTD, 2002, p. 6-7.

No próximo tópico estudaremos a fundação da cidade de São Paulo e a ação de povoamento e colonização efetuada pelos bandeirantes.

RESUMO DO TÓPICO 5

Neste tópico você estudou que:

- O processo histórico é que determinou a União Ibérica.
- Os holandeses invadiram o Brasil e permaneceram até 1654, quando se renderam em Recife.

AUTOATIVIDADE



1 Quais os principais fatores históricos que determinaram a "União Ibérica"?

2 Quem foi Maurício de Nassau e quais seus principais feitos?

TÓPICO 6



FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E OS BANDEIRANTES

1 INTRODUÇÃO

Caro acadêmico, neste tópico iremos estudar a fundação da cidade de São Paulo e a sua importância para o processo de colonização e povoamento do Brasil colonial. Além disso, estudaremos a ação dos bandeirantes paulistas no processo de interiorização do território brasileiro e na consequente descoberta de metais preciosos.

A fundação de São Vicente e, mais tarde, de São Paulo foram marcos na história do Brasil, pois permitiram o surgimento de regiões habitadas por europeus fora do nordeste. Além disso, a ação dos bandeirantes paulistas, neste processo, foi de suma importância, pois os mesmos passaram a desenvolver atividades econômicas relacionadas à caça ao índio, e mais tarde, seriam os responsáveis diretos pela ampliação do Tratado de Tordesilhas.

2 A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

Segundo Eduardo Bueno, a cidade de São Paulo não teve apenas um nascimento, mas sim vários. Vejamos o que o estudioso Eduardo Bueno (2004, p. 7) afirma sobre a fundação da cidade:

> O primeiro, inteiramente informal, deu-se com o enigmático João Ramalho, entre 1510 e 1515, provavelmente no sítio, ou nos arredores, da futura Santo André da Borba do Campo; o segundo foi obra do fidalgo Martim Afonso de Sousa, no verão de 1532, em local desconhecido mas talvez no atual centro histórico, na colina de Tabatinguera; o terceiro surgiu da iniciativa do padre Leonardo Nunes, responsável pelo estabelecimento da capela de Santo André da Borba do Campo, em junho de 1550; o quarto, consagrado pela historiografia clássica, concretizou-se com a missa rezada pelos jesuítas, em 25 de janeiro de 1554, no pátio do Colégio, e por fim, o quinto, e definitivo, ocorreu em 1560, quando os moradores de Santo André se transferiram para Piratininga, onde até então não existia uma vila, e muito menos uma cidade, mas tão somente o pequeno colégio e igreja dos jesuítas.

Para nós, o marco de nascimento da cidade de São Paulo não é importante, porém devemos ter clareza que o fato da cidade ter sido fundada no século XVI significa que ela pôde se desenvolver participando de praticamente todos os acontecimentos do Brasil colonial. É essa a importância da cidade, desse verdadeiro marco civilizatório, que hoje é uma das maiores cidades do mundo.

A fundação da cidade representou uma alternativa de colonização, necessariamente não baseada na monocultura da cana-de-açúcar. Sua economia era variada, porém o que predominou foram as andanças dos bandeirantes pelos sertões e a caça ao índio.

> Encravada no sertão, a mais de 750 metros do nível do mar, ergueu-se a vila de São Paulo de Piratininga, cuja privilegiada posição geográfica predestinou-a ao domínio do Planalto Meridional brasileiro, ou seja, à condução do movimento de penetração, desbravamento e conquista de grandes áreas situadas além do meridiano de Tordesilhas (HOLANDA, 2007, p. 300).

São vários os motivos que levaram a região do planalto a superar a região litorânea no processo de povoamento e colonização, nas palavras de Sergio Buarque de Holanda (2007, p. 301).

> Eis como o planalto, na região vicentina, sobrepujou o litoral, pelas vantagens que oferecia à colonização. A estreita faixa costeira, os terrenos baixos constituídos por mangues e pântanos, a inexistência de um solo rico e comparável aos massapés do Nordeste, um clima tropical, gerador de endemias, tudo isso contribuiu de forma a impulsionar o homem serra acima, permanecendo quase desprezada a zona costeira. Os fatores geográficos explicam, pois, vários motivos de deslocamento do centro colonização do litoral para o planalto, da escolha do sítio para a localização da célula inicial do aglomerado paulistano e do seu posterior desenvolvimento.

A região de São Paulo obteve condição propícia para o seu desenvolvimento em virtude da sua posição geográfica que facilitava o contato com outras regiões do Brasil. A partir do planalto paulista, o viajante poderia alcançar o sul, o centro-oeste e o nordeste.

FIGURA 20 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, DO SÉCULO XVII



Pintura de José Wasth Rodrigues, 1920, retratado o edifício da Câmara Municipal de São Paulo, do século XVII.

FONTE: Cotrim (1999, p. 65)

Para facilitar o entendimento desta questão introduziremos um fragmento do livro "História Geral da Civilização Brasileira" do historiador Sergio Buarque de Holanda (2007, p. 302-303).

Zona de convergência das linhas do relevo e do sistema hidrográfico da região, São Paulo de Piratininga é um centro de entroncamento de passagens naturais. Sem dúvida alguma, foi esse um fator de grande influência no estabelecimento da vila e no seu destino pioneiro.

Três grandes passagens partem de São Paulo, seguindo as linhas do relevo que condicionaram as diretrizes da expansão: A) A passagem rumo nordeste, pelo vale do Paraíba, rota das expedições para Minas Gerais, para o rio São Francisco, para o norte e nordeste do Brasil. B) A passagem para o norte, por Campinas e Mojimirim em direção a Minas Gerais e Goiás. C) A passagem em direção ao sul e sudoeste, via Sorocaba e Itapetinga visando às regiões meridionais.

As duas primeiras resultam da posição da serra da Mantiqueira que penetra em São Paulo pelo norte, como uma cunha cuja ponta é o morro do Jaraguá. De um lado e de outro situam-se, então, a passagem da planície da Paraíba para o nordeste e a passagem em direção norte formada por terrenos da depressão periférica mais ou menos planos que se estendem do nordeste do Estado – Mococa, Casa Branca – até sudoeste – Itararé, Faxina -, descrevendo amplo arco de círculo, cuja face convexa passa nas proximidades de São Paulo, por Campinas e Itu. São terrenos que para oeste seguem-se logo após a escarpa da Mantiqueira ao norte de São Paulo e para o sul sucedem-se à topografia movimentada da serra de Paranapiacaba.

A passagem rumo sul é a própria continuação desses terrenos de configuração quase uniforme, que continuam em direção às partes meridionais do Brasil, infletindo para sudoeste na altura de Itapetininga. Foi a passagem que facilitou a penetração dos paulistas até o vale do Paranapanema e seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleceram os jesuítas em terras do alto Paraná no século XVII. Nesses terrenos localizam-se os campos de Sorocaba e de Itapetininga, aproveitando nas comunicações estabelecidas não só com a região do Paraná, como de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, percorrida e devassada pelos bandeirantes.

Essas três grandes passagens naturais que convergem para São Paulo, estabelecidas pelo relevo, fizeram de Piratininga um verdadeiro núcleo do sistema topográfico da região, possibilitando e canalizando a expansão desbravadora e colonizadora levada avante naquelas direções rumo ao interior do Brasil. Além disso, São Paulo foi a escala intermediária das comunicações entre o planalto e o litoral. O caminho do mar, antiga trilha dos índios, foi a principal via de passagem da Capitania de São Vicente através da serra, não obstante as grandes dificuldades que se antepunham ao livre trânsito. Ainda mais. A presença do rio Tietê fez de São Paulo o centro natural de importante sistema hidrográfico. Acessível pelo Tamanduateí nos tempos coloniais, cortando todo o território paulista rumo noroeste e atirando-se no rio Paraná, o rio Tietê estabeleceu comunicações fluviais para a região de Mato Grosso. Por aí navegaram as monções cuiabanas no século XVIII.

O rio Tietê fez de São Paulo um centro privilegiado, pois o mesmo corria em direção ao interior. Esse rio era uma verdadeira hidrovia, que facilitava a penetração dos bandeirantes em direção ao sertão.

Além disso, convergiam para São Paulo diversas rotas sertanistas, são elas:

a) o caminho do vale do Paraíba, que levava às "minas gerais";

b) o caminho do sul, que levava às missões jesuíticas;

c) os caminhos do norte que levavam até Goiás;

d) o caminho fluvial do Tietê que levava em direção a Cuiabá;

e) o caminho do mar que levava em direção norte e sul.

Em função do que foi exposto anteriormente podemos perceber que a fundação de São Paulo não foi casual. A localização da cidade é estratégica, possibilitando ao colonizador alcançar praticamente todas as regiões do Brasil, a partir de uma sede segura.

São Paulo nunca sofreu ações e pilhagens de piratas, pois a mesma ficava no interior. Ela foi o primeiro centro urbano brasileiro a se encontrar afastado do litoral. Além disso, a tipologia social e étnica do morador da cidade era única. O paulista era fruto da mistura do branco com o índio, pois esse fator fez do bandeirante paulista uma pessoa altamente adaptada para as grandes expedições de colonização.

No próximo item iremos estudar a tipologia social do bandeirante paulista, bem como sua importância no processo de colonização e povoamento do Brasil colonial.

3 OS BANDEIRANTES

O bandeirante paulista não era aquela figura romântica idealizada e retratada, através da pintura ou da escultura, nos séculos XIX e XX. Na verdade, o bandeirante era uma figura "rude", mistura de branco com índio (mameluco), que soube se adaptar muito bem à lida dos sertões.

Geralmente ele se vestia com as poucas roupas que tinha à disposição, andava descalço como o índio, sua imagem era muito diferente daquela que estamos acostumados a ver nas imagens dos livros de história.

Além disso, temos que desconstruir a ideia de que o bandeirante era um herói. Na verdade, em muitos momentos da história colonial, ele foi um vilão que escravizava e tratava com extrema crueldade os índios, destruindo aldeias inteiras.

FIGURA 21 – EXPEDIÇÕES BANDEIRANTES – SÉCULO XVII E XVIII



FONTE: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/band_apres.html

Apesar disso, o bandeirante foi muito importante para a história colonial brasileira, pois o mesmo foi o responsável por ações que levaram o Brasil a ampliar os limites do Tratado de Tordesilhas. Além disso, foi ele o responsável pelo achamento de metais preciosos nos sertões brasileiros. Sem falar que, a partir da sua iniciativa, diversos povoados e vilas foram fundados em várias regiões do Brasil.

Nas palavras de Eduardo Bueno (2003, p. 59),

> Eles eram os piratas do sertão. Perambulavam pelos atalhos, pelos planaltos e pelas planícies armados até os dentes, com seus sons de guerra e suas bandeiras desfraldadas. Eram grupos paramilitares rasgando a mata e caçando homens – para além da lei e das fronteiras; para aquém da ética. À sua passagem, restava apenas um rastro de aldeias e vilas devastadas; velhos, mulheres e crianças passadas a fio de espada; altares profanados, sangue, lágrimas e chamas. Incendiados pela ganância e em nome do avanço da civilização, escravizaram indígenas aos milhares. Alguns historiadores paulistas os definiram como uma "raça de gigantes" – e não restam dúvidas de que eles foram sujeitos intrépidos e indomáveis. São tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil – e com certeza o foram. Embora tenham sido heróis brasileiros, tornaram-se também os maiores criminosos de seu tempo.

Nas primeiras três décadas do século XVII, os bandeirantes mataram ou escravizaram cerca de 500 mil índios, sem falar que destruíram mais de cinquenta reduções jesuíticas. Eles enfrentaram os reis de Portugal e Espanha, além do próprio Papa. Transformaram sua capital, São Paulo "[...] num dos maiores centros do escravismo indígena de todo o continente e [...] fizeram dela uma cidade sem lei, reino de terror, ganância e miséria. E também o polo a partir do qual todo o sul do Brasil pôde crescer e se desenvolver" (BUENO, 2003, p. 58).

A história do bandeirante é uma história de contradições, pois ao mesmo tempo que são odiados e retratados enquanto criminosos, são amados e elevados como heróis.

São Paulo foi uma cidade que nasceu pobre, mas era necessário "buscar o remédio para a sua pobreza", remédio este que seria possível apenas com a ação do bandeirante. Foi logo, então, que o paulista descobriu a escravidão do índio como sua principal fonte de riqueza. A ironia se constrói no sentido de que o próprio bandeirante paulista era metade índio, quem sabe a selvageria não tenha sido uma forma de negar a descendência?

A mistura de raças foi determinante na índole do bandeirante, segundo Sergio Buarque de Holanda (2007, p. 307):

> O mameluco, além do espírito aventureiro, da intrepidez, audácia e mobilidade do pai, receberam por via materna o amor à liberdade, a índole inquieta e nômade e as inclinações sertanistas do ameríndio também dotado de extrema mobilidade. Constituíram os elementos formadores da maior parte das primeiras famílias paulistas, troncos originários de gente possuidora de estupendos atributos de

> fecundidade, longevidade e virilidade, gente que mais tarde Saint-Hilaire denominou "raça de gigantes". Foram essas famílias patriarcas, amestiçadas e cristãs, as vigas mestras do grupo social que gerou os contingentes humanos das bandeiras. Para elas, participar de uma daquelas expedições era índice de prestígio e título de honra.

A escravidão dos índios reduzidos nas missões jesuíticas era ilegal, porém os paulistas não respeitavam essa regra. Eles viviam no topo do planalto, isolados de todo o resto do Brasil. Além disso, se sentiam abandonados pela coroa e não respeitavam as regras e acabavam atacando até mesmo a mais organizada redução jesuítica.

Foram os paulistas que destruíram os chamados "sete povos das missões", no Rio Grande do Sul. Reduções jesuíticas famosas pelas belas construções e a difusão da cultura entre os índios, incentivada pela dedicação e ensino dos padres jesuítas.

Porém, também foram os bandeirantes os primeiros a achar pedras preciosas no interior do Brasil. A coroa portuguesa passou a enviar cartas régias incentivando os bandeirantes a organizarem expedições com o intuito de encontrarem ouro. As primeiras expedições foram organizadas ainda no século XVI, porém o sucesso só viria a acontecer na final do século XVII.

Certamente as cartas enviadas pelo rei a, pelo menos, onze renomados bandeirantes tenham surtido efeito, pois diversas expedições foram realizadas.

Segundo Eduardo Bueno (2003, p. 103):

> Alguns historiadores acham que "os efeitos psicológicos" que as missivas (cartas) reais de Pedro II teriam exercido sobre os onze sertanistas que as receberam não devem ser desconsiderados. Mas o fato é que aos bandeirantes de São Paulo não restava outra forma de manter suas vidas nômades senão caçando ouro: seus "currais" indígenas estavam esgotados. Ao rei também não sobrava outra opção: anos antes, enquanto perdurava a União Ibérica, foram enviados da Corte especialistas em minas para estudar as potencialidades minerais do Brasil. O único deles que resistiu às agruras do sertão – o espanhol Rodrigo Castelo Branco – foi assassinado por Borba Gato, genro de Fernão Dias, assim que chegou à mina que o "caçador de esmeraldas" acabara de descobrir. Depois deste crime sem castigo, quem não fosse bandeirante e paulista não se arriscaria a percorrer os ermos do Brasil. Aos paulistas caberia a façanha de encontrar a maior jazida de ouro já encontrada no mundo. Mas não seriam eles que lucrariam com ela.

Desta forma, por volta de 1694, os bandeirantes paulistas escreveram a sua história ao acharem ouro nos sertões do Brasil. A partir desta data a história de Portugal e do Brasil iria mudar, pois as reservas descobertas eram as maiores do mundo.

LEITURA COMPLEMENTAR

O NAVIO NEGREIRO

Terá sido o pior lugar do mundo, o ventre da besta e o bojo da fera, embora para aqueles que eram responsáveis por ele, e não estavam lá, fosse o mais lucrativo dos depósitos e o mais vendável dos estoques. No porão dos navios negreiros que por mais de trezentos anos cruzaram o Atlântico, desde a costa oeste da África até a costa nordeste do Brasil, mais de três milhões de africanos fizeram uma viagem sem volta, cujos horrores geraram fortunas fabulosas, ergueram impérios familiares e construíram uma nação. O bojo dos navios da danação e da morte era o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, as cãs e a cama dos senhores – e, mais do que tudo, os cofres dos traficantes de homens.

A cena foi minuciosamente descrita por centenas de observadores. Quanto mais são os depoimentos cotejados, mais difícil é crer que tamanhos horrores possam ter se prolongado por três séculos – e que tantos sobrenomes famosos tenham seu fausto e suas glórias vinculados a tanta desgraça. Mas assim foi, e assim teria sido mais tempo se, por circunstâncias meramente econômicas, a escravidão não deixasse de ser um negócio tão lucrativo.

Castro Alves compôs versos repletos de furor e fúria. Rugendas usou tons sombrios e um ângulo surpreendente para criar um relato alegórico. Ainda assim, ambos, poeta e ilustrador, talvez tenham transmitido uma versão branda do espetáculo hediondo que de fato se desenrolava no porão dos navios negreiros – apropriadamente chamados de tumbeiros. Os registros escritos por observadores – a maioria deles britânicos – revelam um quadro ainda mais assustador do que aquele que as rimas e as tintas puderam pintar.

Um único exemplo. Em 1841, a belo-nave inglesa Fawn capturou, na costa brasileira, o navio Dois de Fevereiro. Desde 7 de novembro de 1831, o tráfico era ilegal no Brasil e navios de guerra britânicos patrulhavam o litoral. Após a apreensão do tumbeiro, o capitão do Fawn anotou, no diário de bordo, a cena com a qual se deparou nos porões da embarcação: "os vivos, os moribundos e os mortos amontoados numa única massa. Alguns desafortunados no mais lamentável estado de varíola, doentes com oftalmia, alguns completamente cegos; outros esqueletos vivos, arrastando-se com dificuldade, incapazes de suportar o peso de seus corpos miseráveis. Mães com crianças pequenas penduradas em seus peitos, incapazes de darem a elas uma gota de alimento. Como os tinham trazido até aquele ponto era surpreendente: todos estavam completamente nus. Seus membros tinham escoriações por terem estado deitados sobre o assoalho durante tanto tempo. No compartimento inferior o mau cheiro era insuportável. Parecia inacreditável que seres sobrevivessem naquela atmosfera".

Na verdade, um em cada cinco escravos embarcados na África não sobrevivia à viagem ao Brasil – constituíam mercadoria literalmente perecível. Os demais não viviam mais do que sete anos, em média. Mas eram baratos e substituíveis: havia muitos outros no lugar de onde tinham vindo aqueles.

Esta é uma nação erguida por seis milhões de braços escravos – e sobre três milhões de cadáveres.

FONTE: Bueno (2003, p. 112)

RESUMO DO TÓPICO 6

Neste tópico você estudou que:

- A fundação da cidade de São Paulo foi determinante para o processo de ocupação do interior do Brasil.
- Os bandeirantes foram os principais responsáveis pela ampliação dos limites do Tratado de Tordesilhas.
- Os bandeirantes foram responsáveis pela caça ao índio e pelo achamento de ouro no interior do Brasil.

AUTOATIVIDADE

1 A localização geográfica da cidade de São Paulo determinou seu sucesso, enquanto ponto de partida para o avanço dos bandeirantes, em direção ao interior. Explique esta afirmação.

2 De acordo com o seu ponto de vista, o bandeirante foi um vilão ou um herói? Argumente e explique.

UNIDADE 3

ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- identificar as principais características do último período da História do Brasil Colonial;
- associar os movimentos de emancipação no Brasil, com as revoluções industrial e francesa;
- perceber determinadas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, advindas com a mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro;
- compreender a proclamação da independência do Brasil como resultado de um processo e não enquanto um fato isolado.

PLANO DE ESTUDOS

A presente Unidade de ensino está dividida em 4 tópicos, sendo que, no final de cada um deles, você encontrará atividades que o ajudarão a fixar os conhecimentos adquiridos.

TÓPICO 1 – OS MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO

TÓPICO 2 – A TRANSFERÊNCIA DA CORTE

TÓPICO 3 – O IMPÉRIO PORTUGUÊS NOS TRÓPICOS

TÓPICO 4 – ROMPIMENTO DOS LAÇOS COLONIAIS

TÓPICO 1

OS MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A partir de agora convido você, prezado acadêmico, a iniciarmos um estudo sobre o processo de independência da América Portuguesa, comumente conhecida como Brasil. Esse processo, por sua vez, pode ser percebido como a última fase do período colonial brasileiro, ou, como uma época de transição, entre o regime colonial e a instalação do Império. Nossa história começa no século XVIII.

O século XVIII, também conhecido como o "século das luzes", foi uma época de intensas transformações na Europa ocidental. Creio que você deve se lembrar que a palavra "luz", neste caso, é uma metáfora, que está associada à "razão". Naqueles tempos, por sua vez, enfatizava-se a filosofia iluminista e os conhecimentos científicos. Portanto, o século dezoito apresenta-se como um novo período histórico, identificado pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial.



Iluminismo: Movimento intelectual do século XVIII, caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico, o que implica recusa a todas as formas de dogmatismo, especialmente o das doutrinas políticas e religiosas tradicionais. Sinônimos, por extensão de sentido: filosofia das Luzes, Ilustração, Esclarecimento, Século das Luzes (HOUAISS, 2001, 1572).

Neste sentido, o movimento iluminista tem uma significativa influência no processo de emancipação do Brasil. Além disso, os acontecimentos revolucionários do final do século XVII e século XVIII também aparecem como pano de fundo para a compreensão da independência de nosso país. Vamos aos principais acontecimentos.

No final do século XVII, na Inglaterra, a monarquia absolutista teve sua primeira grande derrota, com a Revolução Gloriosa (1688). Na América do Norte, em 1776 as Treze Colônias declararam independência e romperam o domínio inglês. Em 1789 a Revolução Francesa selou uma nova fase política, com o regime republicano. Por sua vez, o sistema econômico capitalista se afirmava após a Revolução Industrial e a exploração do trabalho assalariado. No bojo destes movimentos revolucionários da burguesia (revoluções liberais), se deu, concomitantemente, a luta contra o tráfico de escravos. A primeira nação a abolir a escravidão foi a Inglaterra em 1807. Já na América, em 1791, foi proclamada a independência do Haiti, sob a influência dos ideais franceses de "liberdade, igualdade e fraternidade".

De fato, estes acontecimentos prepararam o terreno para o fim do regime colonial no Brasil. Segundo Mary Del Priore (2001, p. 174):

> A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o regime de livre concorrência e, do trabalho escravo, para o assalariado. Livre-cambismo, igualdade civil, trabalho livre, liberdade e propriedade eram considerados direitos naturais dos indivíduos.

De maneira geral, estes fatos apresentam-se como um rompimento com o Antigo Regime da Europa ocidental (período conhecido como Idade Moderna), caracterizado por uma política absolutista (Absolutismo) e uma economia de mercado protecionista.



Absolutismo: Sistema político de governo em que os dirigentes assumem poderes absolutos, sem limitações ou restrições, passando a exercer, de fato e de direito, todos os atributos da soberania (HOUAISS, 2001, p. 30).

Neste primeiro tópico estudaremos os principais acontecimentos que marcaram o processo de independência do Brasil. Iniciaremos nossa viagem ao passado colonial da América Portuguesa, a partir das últimas décadas do século XVIII, na região de Minas Gerais. Mas percorreremos outros tempos e lugares, a fim de entender melhor os motivos que levaram Dom Pedro a declarar, com o apoio da elite colonial brasileira, o rompimento dos laços de dependência com Portugal.

2 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

No dia 7 de setembro de 1822, na região do Ipiranga, em São Paulo, o príncipe Dom Pedro proclamou a independência do Brasil. A independência representou um ato simbólico da autonomia política do país, que deixava de ser uma colônia portuguesa para se transformar em um Estado autônomo.

Porém a emancipação do Brasil não se deu da noite para o dia, a partir do desejo individual do príncipe regente, mas ela foi de fato o resultado de um processo político, econômico e cultural, que envolveu uma série de circunstâncias e interesses. Vejamos então alguns dos principais conflitos que marcaram o processo de emancipação do Brasil.

2.1 INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A Inconfidência Mineira (inconfidência significa: deslealdade, traição contra um soberano), foi um dos principais movimentos pela libertação da Colônia. As ideias liberais, vindas de além-mar e determinadas por motivos econômicos internos, constituem-se como fatores fundamentais para explicar esta revolta que aconteceu na capitania de Minas Gerais.

A história da mineração no Brasil começa com os paulistas (bandeirantes), que em suas expedições pelo interior do Brasil, realizaram, em 1695, um antigo desejo da coroa portuguesa: descobriram as primeiras jazidas de ouro. Foi no Rio das Velhas, em Minas Gerais, próximo à atual Sabará. Daí em diante foi crescente o movimento de imigração para o Brasil, com os estrangeiros e colonos rumando em massa para a região sudeste, começando uma nova fase política, econômica e cultural do Brasil colonial.

Segundo Boris Fausto (2007, p. 98), nos primeiros sessenta anos do século XVIII, "[...] chegaram de Portugal e das Ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros". A imigração de portugueses foi tão grande que o governo passou a controlar e proibir a saída para o Brasil. Em março de 1720, a Coroa lançou um decreto restringindo a imigração, a partir daquela data para embarcar era preciso apresentar um passaporte especial.

A mineração fez a população colonial crescer rapidamente. No fim do primeiro século do período colonial, a América Portuguesa contava com aproximadamente 100 mil habitantes; no fim do século XVII a população girava em torno de 300 mil pessoas; no final do século XVIII a Colônia passou a contar com cerca de 3 milhões e trezentos mil habitantes (SODRÉ, 1990). As consequências deste crescimento são significativas: o valor da terra caiu, em função da valorização

do ouro, e os centros urbanos se desenvolveram. Onde antes era sertão nasceram vilas e cidades, como: Sabará, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina e Vila Rica (atual Ouro Preto).

> A mineração proporcionou à Colônia na verdade, as grandes transformações que antecederam a fase da autonomia política. As principais foram, sem dúvida, o surto demográfico que então se processou, com o deslocamento de parte da população colonial e o fluxo migratório; a abertura de nova e extensa área de povoamento; o conhecimento amplo da terra, com as penetrações, devassando quase totalmente o Brasil [...]; as ligações internas e a circulação terrestre que correspondem aos roteiros da região mineradora a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Mato Grosso, sem falar no longo roteiro para a zona platina; à criação de novas Capitanias, a de Minas Gerais (1720) e a de Goiás e Mato Grosso (1749); o deslocamento da sede colonial da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro (1763); ao enorme aumento do aparelho administrativo, particularmente nos setores fiscal, militar e judiciário [...] (SODRÉ, 1990, p. 139).

A descoberta de ouro foi feita em um momento de queda do preço do açúcar, devido à concorrência antilhana, e passou a representar, de fato, uma importante fonte de renda para a metrópole portuguesa. A criação das capitanias, anteriormente citadas, foi consequência das preocupações de Portugal em controlar, administrativa e militarmente, as regiões de mineração. A "Intendência das Minas" (criada em 1702) foi o órgão de controle daquelas paragens, e tinha as funções de: administrar o território aurífero, julgar questões ligadas à mineração e cobrar os impostos – neste caso, a Coroa ficava com um quinto dos metais extraídos.

A cobrança abusiva de impostos, aliada às influências dos ideais de liberdade, culminou na Inconfidência Mineira. Nas últimas décadas do século XVIII as minas davam sinais de esgotamento, e os mineradores, que formavam a elite da sociedade, não conseguiam saldar suas dívidas com o governo. A pressão da Coroa resultou na "derrama" (cobrança forçada dos impostos – em forma de arrobas de ouro), que, por sua vez, incitou as manifestações contrárias ao governo português. Membros da elite mineira, que lideraram o movimento rebelde, como João Joaquim da Maia e José Álvares Maciel, estudaram em universidades europeias, outros, por sua vez, compunham a "nova" classe média urbana. Tiradentes, José Joaquim da Silva Xavier, foi uma exceção no grupo. De família pobre trabalhou como oficial militar e dentista nas horas vagas.

A imagem heróica de Tiradentes, enquanto mártir, é uma construção histórica que ganhou projeção no fim do século XIX, com a proclamação da República.

Segundo Boris Fausto (2007, p. 118):

> A proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo, montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da colônia,

causou o efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes. A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração, a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura, logo após a proclamação da República.

O objetivo dos inconfidentes era libertar o Brasil do controle colonial lusitano e proclamar a República, a qual teria como modelo a Constituição dos Estados Unidos da América. Interessante notar que a libertação dos escravos representou o ponto de discórdia entre o grupo rebelado, pois alguns deles eram, inclusive, senhores de escravos.

2.2 CONJURAÇÃO FLUMINENSE

As ideias liberais atravessaram o Atlântico, foram apropriadas por diversos grupos de intelectuais de elite, e serviram de base ideológica para os movimentos de emancipação do Brasil. Entre eles apontamos a Conjuração Fluminense, que criticava o governo monárquico e aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1794, então capital da Colônia.

Os conjurados formaram a Sociedade Literária, uma associação de intelectuais (escritores e poetas) que debatia, de maneira geral, obras de filósofos iluministas. Os assuntos relacionados à política, filosofia e ciência eram motivos de discussões. Mariano José Pereira da Fonseca, por exemplo, foi acusado de possuir em sua casa uma obra de Rousseau.

Assim como outros movimentos liberais, os integrantes da Conjuração carioca foram delatados, porém, neste episódio, os envolvidos foram libertos após um pequeno período de detenção. Contudo, nos interessa perceber que as ideias liberais eram temas de debates, e conquistavam corpos e mentes em diferentes cidades brasileiras. Com ideais liberal-democráticos, os conjurados defendiam o racionalismo e a liberdade de pensamento.

2.3 CONJURAÇÃO BAIANA

No ano de 1798 ocorreu outro movimento de luta contra o regime colonial português. Na Bahia, em uma Loja Maçônica (maçonaria), foi fundado o grupo "Cavaleiros da Luz". Como o próprio nome indica, os ideais da Revolução Francesa eram temas de debate nas reuniões daquela sociedade. Porém, diferentemente do que houve em Minas e no Rio de Janeiro, a Conjuração Baiana, ou dos Alfaiates (os alfaiates destacaram-se na conspiração), foi um movimento de libertação que contou com a participação de grupos mais humildes.



Maçonaria: A maçonaria teve um papel muito importante na Independência do Brasil. Sociedade de caráter secreto, sua origem remonta às confrarias medievais, que detinham o segredo das construções de Igrejas. Durante o século XVIII os maçons ("Pedreiros") deram um sentido político ao seu agrupamento em clubes (ou lojas), organizando-se sob certos princípios. Sua principal bandeira era a luta contra o poder da monarquia absoluta. Os focos mais importantes de irradiação dessas ideias foram as universidades. [...] Na época da Independência, duas tendências se confrontaram dentro do "Grande Oriente", a principal loja maçônica brasileira: a chamada maçonaria "vermelha", dos liberais radicais, e a monarquia "azul", dos partidários de José Bonifácio (BARROS, 1994, p. 7).

Conforme o historiador Boris Fausto (2007, p. 119): "a escassez de gêneros alimentícios e a carestia deram origem a vários motins na cidade, entre 1797 e 1798". Ainda, segundo o mesmo autor, "os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição de padres contrários à liberdade".

Nas palavras da historiadora Mary Del Priore (2001, p. 185): "[...] artífices, soldados, mestre-escolas assalariados, na maioria mulatos, gente exasperada contra a dominação portuguesa e a riqueza dos brasileiros", formaram um corpo na luta contra os privilégios e desigualdades sociais. O movimento de revolta tinha como ideal "a construção de uma sociedade igualitária e democrática, onde as diferenças de raça não estorvassem as oportunidades de emprego, nem a mobilidade social" (PRIORE, 2001, p. 185).

Importante ressaltar, que o movimento de contestação da Bahia diferencia-se da Inconfidência Mineira e da Conjuração Fluminense, pois defendia a libertação dos escravos e, seguindo o pensamento liberal burguês, agiam a favor da abertura do porto da cidade de Salvador, ao comércio marítimo com outras nacionalidades.

Convido você, prezado acadêmico, a ler o panfleto revolucionário na sequência. Ele foi fixado em diversos lugares de Salvador, na manhã de 12 de agosto de 1798.

Aviso ao Povo Bahiense

Ó vós homens cidadãos; ó vós Povos curvados, e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus Ministros.

Ó vós Povo, que nascestes para serdes livre e para gozardes dos bons efeitos da liberdade, ó vós Povos, que vivereis flagelados com o pleno poder do indigno coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar e para vos maltratar.

Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitardes do abismo da escravidão, para levantardes a sagrada Bandeira da Liberdade.

A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a liberdade é o repouso e a bem-aventurança do mundo.

A França está cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o joelho, Castela só aspira sua aliança, Roma já vive anexa, o Pontífice está abandonado, e desterrado; o rei da Prússia está preso pelo seu próprio povo, as nações do mundo todas têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos; é tempo povo, povo, o tempo é chegado para vós defenderdes a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução; da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes.

Vocabulário:

Despotismo: forma de governo baseada na tirania, no autoritarismo.

Vexar: maltratar, perseguir, humilhar.

FONTE: ACCIOLLI, I.; AMARAL, B. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do estado, 1931. v. III, p. 106-7. IN: DEL PRIORE, M.; NEVES, M.; ALAMBERT, F. **Documentos de história do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.



Você conseguiu perceber qual o país que serve de referência aos conjurados? Quantas vezes a palavra "liberdade" aparece no texto? Sugiro que você volte ao texto para marcar esta palavra. Este, aliás, é um bom exercício de análise de texto! A repetição de determinados termos surge como um destaque a certas ideias e aponta os principais anseios.

Portanto, percebemos que as ideias de liberdade e felicidade surgem como promessa de um futuro próspero. De fato, liberdade e felicidade são termos vagos, que adquirem significados concretos no âmbito individual, ou seja, liberdade para um comerciante não tinha o mesmo sentido de liberdade para um escravo. Ser livre para o comerciante era poder comprar e vender sem a intervenção do Estado, ser livre para um escravo era ter o direito de ir e vir, de constituir uma família e ser tratado dignamente.

2.4 CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS

A conspiração dos Suassunas foi um movimento ocorrido em Pernambuco nos primeiros anos do século XIX. A maçonaria teve uma importante participação neste episódio de sedição. Em 1798, foi fundado o Aerópago de Itambé, e em 1802 a Academia de Suassuna, locais de divulgação das ideias revolucionárias francesas.

Segundo Maximiliano Machado (apud HOLANDA, 2003, p. 228), o Aerópago foi:

> Uma sociedade política secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, frequentada por pessoas salientes de uma e outra parte e donde saíam, como de um centro para a periferia, sem ressaltos nem arruídos, as doutrinas ensinadas.
>
> Tinha por fim tornar conhecido o Estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das ideias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava o entusiasmo pela República, mais em harmonia com a natureza e dignidade do homem, inspirando, ao mesmo tempo, o ódio à tirania dos reis. Era finalmente a revolução doutrinada que traria oportunamente a independência e o governo republicano a Pernambuco.

A acusação que caiu sobre os revoltosos foi a de que eles pretendiam formar uma República sob a proteção de Napoleão. Assim como os outros movimentos de conjuração, os pernambucanos combatiam o domínio português no Brasil. Pretendiam acima de tudo conscientizar os colonos de que eram explorados por um governo absolutista. Nas palavras de José Honório Rodrigues (apud HOLANDA, 2003, p. 229): a Conspiração dos Suassunas "não passou do plano das ideias, não se concretizou em ato de rebeldia". Ela foi de fato "um pensamento sem ação e, como tal, pertence à História das ideias formadoras da consciência nacional contra o domínio colonial".

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- Os ideais iluministas tiveram um papel fundamental nos movimentos de emancipação da América Portuguesa.

- A descoberta de ouro em Minas Gerais deu origem a uma série de transformações políticas, econômicas e culturais na Colônia.

- As principais rebeliões que clamaram pela autonomização do Brasil, no final do século XVIII e no primeiro ano do século XIX, foram: a Inconfidência Mineira, a Conjuração Fluminense, a Conjuração Baiana e a Conspiração dos Suassunas.

- A Conjuração Baiana foi o movimento de emancipação que defendeu a libertação dos escravos e contou com a participação da camada mais humilde da população.

AUTOATIVIDADE



1 Desenvolva um texto a partir do seguinte título:

Uma reflexão sobre as influências das ideias iluministas no Brasil colonial.



TÓPICO 2



A TRANSFERÊNCIA DA CORTE

1 INTRODUÇÃO

Vimos no tópico anterior os principais movimentos de libertação influenciados pelos ideais revolucionários franceses e ingleses. Estes ideais igualitários, todavia, faziam parte dos projetos de uma elite letrada, que olhava o Velho Continente como um exemplo a ser seguido. Contudo, entre a camada mais humilde da população o rei ainda era uma figura reverenciada. Para grande parte da população da colônia portuguesa, a monarquia era a melhor forma de governo. Neste sentido, o poder do rei era pouco contestado (a não ser entre um grupo social específico, a classe média e a elite).

As relações sociais hierárquicas entre a colônia e a metrópole, foram aos poucos sendo recusadas, pois não foi de uma hora para outra que a população passou a reivindicar seus direitos e clamar por igualdade.

Em uma monarquia os lugares sociais eram rigidamente definidos. Cada um deveria permanecer em seus respectivos lugares sociais. Os laços sanguíneos, associados aos costumes de corte, é que definiam uma identidade de elite. Por outro lado, a grande maioria da população era composta de trabalhadores do campo e da cidade.

Entretanto, com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, começou a se dar uma significativa transformação social, política e cultural na Colônia. A sociedade urbana se diversificou, cresceu. A partir do momento em que o Brasil passou a ser a sede do governo imperial português, com a transferência da Corte, aumentou-se relativamente a mobilidade social na coletividade luso-brasileira estabelecida na América Portuguesa.

2 A TRAVESSIA: UM PROJETO ANTIGO

A mudança da corte e da família de Dom João VI para o Brasil, foi uma das consequências das Guerras Napoleônicas (1799-1815). A guerra que a França de Napoleão Bonaparte moveu contra a Inglaterra, fez com que o rei D. João colocasse em prática o plano de transferir o aparelho administrativo lusitano, para sua mais promissora colônia: o Brasil.

> O projeto de transladar a Corte para o Brasil tomou forma quando as tropas napoleônicas, vindas do território espanhol, avançaram sobre a capital. Embora o embarque tenha sido atropelado, a decisão de atravessar o Atlântico não foi imposta pelo pânico. Há muito se estudava esta possibilidade (DEL PRIORE, 2001, p. 185).

O plano de se mudar para o Brasil não foi elaborado subitamente em 1808. Segundo a historiadora Lílian Moritz Schwarcz, (apud O'NEIL, 2007) em 1580, no período em que a Espanha invadiu e anexou Portugal a seus domínios, o príncipe de Portugal "foi aconselhado a embarcar para o Brasil" (2007, p. 35). Da mesma maneira, o padre Vieira já tinha considerado o Brasil como lugar ideal para a montagem da sede do "Quinto Império". "Interpretando a Bíblia, Vieira defendia que os desígnios divinos teriam escolhido Portugal para a fundação do V Império, sucedendo assim o Egito, Assíria, Pérsia e Roma" (apud SOUZA, 2000, p. 14).

No século XVIII este desejo de construir um grande império foi revisto. Segundo Iara Lis Carvalho Souza, um grupo de letrados portugueses (entre eles Andrada e Silva, Manuel Arruda da Câmara Bittencourt de Sá, José Vieira Coutinho), propôs uma reestruturação do império português, tendo em vista os ideais iluministas.

Pretendia-se tornar Portugal uma grande nação imperialista, de economia mais produtiva e politicamente mais eficaz. Então, podemos perceber que já havia, antes de 1808, planos promissores para o Brasil. Ele seria, de fato, uma "colônia emancipada e ligada à metrópole" (SOUZA, 2000, p. 18).

Apesar desta perspectiva de futuro não ter se concretizado, os portugueses já imaginavam uma "emancipação" para sua Colônia tropical. A estratégia era elaborar reformas administrativas para que Portugal continuasse controlando o Brasil. Portanto, é importante reforçar que desde o começo do século XIX, eram pensadas alternativas para que o Brasil não rompesse de forma radical e definitiva, as relações de dependência com a metrópole.

Estas ideias circulavam em Portugal quando a família real portuguesa embarcou para o Brasil. Chegaram, inclusive, a serem postas em prática pelo ministro e secretário de Estado Rodrigo Coutinho.

Desde fins do século XVIII, a condição do Brasil dentro do império português foi, paulatinamente, alterada. Repensaram-se o papel e a concepção de colônia, reviu-se o estatuto colonial e projetou-se mesmo uma transformação

desse império transoceânico, centrado em Portugal, que se estendia da Ásia à América Portuguesa, sem falar das possessões na África. A partir daí o projeto de um "vasto e poderoso império" ganhou envergadura e se tornou uma eficiente política de Estado com D. Rodrigo de Souza Coutinho à frente do governo português.

> D. Rodrigo fomentou uma série de instituições de saber capazes de formar letrados e se valer do trabalho destes: Casa Literária do Arco do Cego, em Lisboa; Seminário de Olinda; Academia de Guardas-Marinhas e Observatório Astronômico, no Rio de Janeiro; Escola Médico-Cirurgiã, na Bahia e no Rio; Curso de Estudos Matemáticos, em Pernambuco; Curso de Economia Política e Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. No espírito da Academia, essas instituições promoviam o progresso científico sem alterar a estrutura de poder e a ordem social (SOUZA, 2000, p. 12-13).

Neste sentido, estava em marcha, mesmo antes da chegada da Corte, ações de cunho liberal, que buscavam promover um desenvolvimento à colônia. A ideia era: se o ideal libertário proclamado na Revolução Francesa não poderia ser encoberto, deveria, ao menos, ser adaptado aos interesses e necessidades dos colonizadores portugueses.

3 A PARTIDA

As reações do povo de Lisboa à viagem da comitiva real portuguesa podem ter sido diversas, mas, de fato, era o rei quem estava partindo e isto causou uma comoção geral. Sem previsão de retorno (o que só aconteceu treze anos depois, em 1821), D. João, junto com sua família, deixava "órfãos" os súditos lusitanos. Ao assistir o espetáculo incomum, houve gente que chorou, se sentiu desolada, como se o seu próprio pai estivesse partindo.

Jurandir Malerba (2000, p. 206) analisa este sentimento de comunhão entre o rei e seus súditos, ele diz: "a imagem do rei como pai conforma-se no imaginário, no conjunto social de imagens criadas para representar a soberania monárquica". O rei era visto, inclusive, como um ser supremo, sagrado. Esta imagem do rei também era compartilhada no Brasil. "A ideia – ou o sentimento? – paternal é tão forte para fluminenses como para lisboetas, que utilizaram profundamente a orfandade para definir sua condição em função da partida do rei" (MALERBA, 2000, p. 206).

O embarque para a América foi confuso. Segundo relato do inglês Thomas O'Neil escrito em 1810, muitos homens, mulheres e crianças tentaram embarcar em vão, pois as naus estavam lotadas.

> No dia 27, toda a Família Real havia embarcado. Sua Alteza real o príncipe regente e seus filhos estavam a bordo da frota, a qual transportava ao todo de 16 a 18 mil súditos de Portugal: todas as naus estavam superlotadas. No Príncipe Real, não havia menos de 412 pessoas, além da tripulação (O'NEIL, 2007, p. 59).

O'Neil nos apresenta um quadro da dimensão da partida, que ele julgou como uma "fuga", que contou com a notável ajuda de seus compatriotas, os ingleses, inimigos da França e de Napoleão.

> O'Neil desenha o caos que se instala no porto de Belém: de um momento a outro, acorreram milhares de pessoas, com suas bagagens e caixotes, isso sem esquecer da burocracia do Estado e das riquezas que viajavam junto com o rei. Nas praias e cais do Tejo, até Belém, espalhavam-se pacotes e baús largados na última hora (SCHWARCZ apud O'NEIL, 2007, p. 36).

De maneira geral, a partida da corte portuguesa para o Brasil é vista de duas formas. Enquanto uma fuga, um ato de covardia do rei, e como uma sábia decisão, pois impediu que a França depusesse o rei e conquistasse as colônias lusas.

A Inglaterra temia que o Brasil caísse nas mãos dos franceses. Isto iria diminuir ainda mais sua possibilidade de comércio. Os ingleses já sofriam as consequências da guerra contra a França, que ocasionou o fechamento dos portos europeus aos navios britânicos (o fechamento dos portos, orquestrado por Napoleão, visava enfraquecer economicamente a Inglaterra).

Neste sentido, interessava aos ingleses uma aliança com Portugal e, principalmente, com o Brasil, só assim seria possível manter o comércio ultramarino com a América Portuguesa. Não foi por menos que os ingleses se dispuseram a escoltar a corte portuguesa para o Brasil. A Inglaterra colocara sua marinha de guerra à disposição da Corte lusa, em troca de vantagens comerciais com o Brasil.

O relato de Thomas O'Neil apresenta as dezenas de navios que compunham a frota real. Junto com as 15 embarcações da esquadra real, dezenas de navios mercantes (30 aproximadamente) levaram a família real e milhares de súditos em direção aos trópicos.

4 A VIAGEM

A viagem não foi fácil. Houve racionamento de água e comida. O excesso de passageiros e a falta de higiene, que, inclusive, obrigou as mulheres a cortar os cabelos por causa dos piolhos. Não havia camas para todos, tampouco cadeiras e pratos. Mas, apesar das dificuldades, houve cantoria ao som da viola e jogos de carta.

A esquadra real enfrentou duas tempestades em alto mar, que separaram os navios da esquadra. O navio Príncipe Real, que conduziu D. João, aportou em Salvador, mas outros rumaram para o Rio de Janeiro. Foi no dia 22 de janeiro de 1808, após 54 dias em alto mar, que o Príncipe Real chegou ao Brasil.

Thomas O'Neil (2007, p. 69) publicou uma carta que fala do transporte da Corte através do oceano Atlântico:

> Tivemos sorte de estar na companhia de Sua Alteza Real, que parou aqui (São Salvador) por falta de provisões. Minha pena é inadequada para descrever a situação angustiosa das pobres mulheres que superlotaram a nau: estando desprovidas do que lhes seria necessário, fiquei espantado de ver como superaram as dificuldades. Hoje de manhã morreu o duque de Caraval, literalmente sucumbiu de tristeza. Soube que ele era um dos principais fidalgos de Portugal e homem de caráter exemplar. Acho realmente que ele passava fome na viagem, e espero que o príncipe desembarque todos aqui, para evitar cenas de infortúnio.

Após um mês em Salvador, D. João chegou no Rio de Janeiro.

> O Pão de Açúcar daria as boas-vindas a essa tripulação e a seu comandante (sir Sidney Smith, que era conhecido como "Leão do Mar") acostumado a tantas guerras e batalhas. Por outro lado, os ares dos trópicos, encantados com o clima, as árvores, as frutas e as gentes do local (SCHWARCZ, 2007, p. 43).

5 A CHEGADA

O príncipe regente D. João VI, sua mãe e rainha D. Maria, e a família real desembarcaram no Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1808. A chegada da corte real causou grande mobilização na cidade. Houve uma verdadeira festa popular.

> As ruas estavam atapetadas de areia da praia e ervas aromáticas, colchas de Goa tremulavam nas varandas e os sinos repicavam. [...] À medida que a Corte descia dos navios, era recebida com uma chuva de flores e plantas odoríferas. Na frente da igreja do Rosário, sacerdotes paramentados com pluviais de seda incensavam os viajantes recém-chegados, enquanto o ar era sacudido por fanfarras, foguetes e o matraquear da artilharia (DEL PRIORE, 2001, p. 187).

Este ato público simbólico representou o início dos novos tempos para a capital do Império, mas também para o Brasil. Até mesmo o calendário foi modificado, dia 13 de maio, aniversário do príncipe, passou a ser celebrado com festas. Para que a nobreza pudesse ser instalada, foram desocupadas casas e mansões de pessoas importantes da colônia, este ato ficou conhecido como "aposentadorias". As melhores casas foram escolhidas para abrigar a comitiva real. As letras P e R (Príncipe Regente) eram pintadas nas portas das casas escolhidas. A Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, passou a ser a residência da família real. A mansão da Quinta foi cedida pelo comerciante português Elias Antônio Lopes.

Foi este cenário que marcou os primeiros momentos da chegada da família real no Rio de Janeiro. Mas as mudanças estavam apenas começando.

6 A ABERTURA DOS PORTOS

Antes mesmo de Dom João chegar ao Rio de Janeiro, ele havia decretado a abertura dos portos do Brasil às chamadas "nações amigas", em especial à Inglaterra. A Carta Régia, que documenta a abertura, é de 28 de janeiro de 1808, foi redigida por José da Silva Lisboa, um leitor apaixonado do economista liberal Adam Smith. Este documento contrariava o Pacto Colonial (o monopólio comercial que Portugal detinha para fazer comércio com o Brasil).

Segundo Boris Fausto (2007, p. 122):

> A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos. A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses [...].

Com a abertura houve modificação dos valores das tarifas alfandegárias. Os gêneros denominados molhados (azeite, vinho e aguardente) passaram a custar o dobro do preço para serem comercializados no Brasil. As outras mercadorias, os gêneros secos, pagariam uma taxa de 24% *ad valorem* (sobre seu valor). Por sua vez, os estrangeiros podiam levar para fora do Brasil produtos coloniais, exceto o pau-brasil. Porém, a Inglaterra passou a pagar taxas diferenciadas, 16% *ad valorem* sobre os gêneros secos e 30% menos dos impostos estabelecidos para os molhados.

Estas medidas diminuíram o contrabando e acabaram enchendo o mercado brasileiro de produtos ingleses.

> O mercado ficou inteiramente abarrotado; tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, logo em seguida à chegada do príncipe regente, que os aluguéis das casas para armazená-las elevaram-se vertiginosamente. A baía estava coalhada de navios e, em breve, a alfândega transbordou com o volume das mercadorias. Montes de ferramentas e de pregos, peixe salgado, montanhas de queijo, chapéus, caixas de vidro, cerâmica, cordoalha, cervejas engarrafadas em barris, tintas, gomas, resinas, alcatrão etc., achavam-se expostos não somente ao sol e à chuva, mas à depredação geral (MAWE apud SODRÉ, 1969, p. 141).

O comércio internacional se intensificou ainda mais com o Tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra. Este tratado foi "o preço pago por Portugal à Inglaterra pelo auxílio que dela recebera na Europa" (HOLANDA et al., 2003, p. 93). Entenda-se que o "auxílio" foi a escolta da marinha inglesa, que acompanhou a Corte na travessia oceânica.

A Inglaterra obteve concessão especial, e a partir daquela data passou a pagar apenas 15% *ad valorem*. Os tratados comerciais anteriores foram abolidos. Até mesmo as mercadorias portuguesas tinham taxas mais elevadas, 16% sobre o valor da mercadoria. "Tal concessão teve resultados vários: impediu o desenvolvimento da indústria no Brasil, pois seus produtos não podiam concorrer com as mercadorias inglesas vendidas a preços muito baixos" (HOLANDA et al., 2003, p. 96).

Alguns dos principais artigos do Tratado de 1810, denominados Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, foram os seguintes (ALENCAR, 1985, p. 83-84):

- Os dois reinos se apoiariam mutuamente, sendo que de imediato a Inglaterra apoiaria a invasão da Guiana Francesa, consequência da declaração de guerra lançada por Dom João, assim que chegou ao Brasil.
- A Coroa britânica ratificava seu apoio integral aos Braganças.
- A Inglaterra teria renovados seus direitos sobre a ilha da Madeira e ganharia um porto neutro na ilha de Santa Catarina.
- A Inglaterra teria o direito de cortar madeiras, como o jacarandá e o vinhático, construir navios e manter permanentemente uma esquadra de guerra no litoral brasileiro.
- Os súditos ingleses aqui residentes teriam garantida sua liberdade religiosa, com a não instalação da Inquisição, e seriam julgados em qualquer caso pelos Juízes Conservadores (nomeados pela Inglaterra), "reconhecida a superioridade da jurisprudência britânica".
- O governo português comprometia-se a abolir gradualmente o trabalho escravo. De imediato, o tráfico ficava limitado às colônias portuguesas na África.
- A Inglaterra obtinha o direito de reexportação de gêneros tropicais.

Além do já citado acordo alfandegário (taxas a 15% *ad valorem*), estes foram os pontos acordados entre Portugal e Inglaterra, que perduraram por 14 anos. Porém, a elite luso-brasileira não aceitou os termos deste contrato. Acusando o governo de traição, agiam na verdade com o objetivo de defender suas propriedades; em especial seus escravos. E, como não podia ser diferente, a Igreja Católica também se manifestou contra a Aliança.

Outro ponto deve ser indicado: as ações militares de D. João na América. Em 1809 houve a invasão da Guiana Francesa como retaliação à tomada de Portugal por Napoleão. E em 1817 Montevidéu, no Uruguai, foi invadida. Estas ações militares fizeram parte da expansão do Império português, neste caso, contra a Espanha, que estava sob o comando dos exércitos franceses.

7 DE COLÔNIA A REINO UNIDO

Com a presença da Corte lusitana, a América Portuguesa passou a ser o centro de comando do Império, vindo a se chamar, em 1815, de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O Brasil passou, então, a ser a sede do poder monárquico.

Para se adequar aos novos tempos, a estrutura administrativa portuguesa, que foi transferida para o Brasil, começou a funcionar. No Rio de Janeiro estavam instalados os órgãos administrativos, como a Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Brasil; a Real Fábrica de Pólvora e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.

A nova capital do Império dobrou sua população entre 1808 e 1821. Passou de 50 mil para 100 mil habitantes. Eram, na maioria, imigrantes (portugueses, espanhóis, franceses e ingleses), que formaram uma "classe média de profissionais e artesãos qualificados" (FAUSTO, 2007, p. 125).

A educação teve atenção especial naquele período:

> Durante a sua permanência no Brasil, D. João incentivou o aumento das escolas régias – equivalentes, hoje, ao segundo grau –, incentivando o ensino primário e as cadeiras de arte e ofícios. O príncipe regente criou também o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, a Escola Médico-Cirúrgica, mandada organizar na Bahia, em 1808. No Rio, fundaram-se as Academias Militar e da Marinha, enquanto na Bahia e no Maranhão funcionavam Escolas de Artilharia e Fortificação. Bibliotecas e topografias entraram em atividade, sendo a Imprensa Régia, na capital, responsável pela impressão de livros, folhetos e periódicos, nela publicados entre 1808 e 1821 (DEL PRIORE, 2001, p. 195).

D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, foi uma importante liderança neste processo de desenvolvimento científico e educacional. Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, esteve à frente da criação de instituições de promoção intelectual. Na verdade, ele era o herdeiro das ideias de marquês de Pombal (1750-1777) – um antigo aliado da burguesia mercantil que tinha planos de transformar Portugal em um poderoso Império.

Apesar do Príncipe Regente fazer do Brasil a sede do reino e equipá-lo de instituições voltadas à produção, sejam elas de caráter econômico ou cultural, pretendia-se que o Brasil continuasse em uma situação de dependência em relação aos portugueses. Contudo, tais reformas institucionais acabaram tendo um efeito indesejado, serviram, de fato, como base econômica, política e cultural para uma emancipação do Brasil. Todavia, a implantação do Império nos trópicos fez nascer um sentimento de "nacionalidade" (nativismo). Uma civilização diferente formava-se do encontro do rural com o urbano. A natureza exuberante servia de paisagem a uma miscigenação entre povos e culturas. O Rio de Janeiro, por sua vez, foi o microcosmo onde se deram tais transformações de maneira rápida e intensa.

RESUMO DO TÓPICO 2

Nesse tópico você viu que:

- Os planos de mudança para o Brasil eram anteriores a 1808. Já se projetava construir um poderoso império português, tendo o Brasil como principal colônia.

- Não há um consenso sobre a transferência de Dom João e a família real, mas alguns estudiosos consideram um ato de covardia, outros uma estratégia militar.

- A partida da Corte para o Brasil foi impulsionada pela invasão de Portugal pelo exército de Napoleão Bonaparte, que lutava pela hegemonia política no continente europeu.

- A Inglaterra escoltou a Corte até o Brasil, pois tinha interesses comerciais com Portugal. Os ingleses foram os principais beneficiários após a abertura dos portos brasileiros.

- Com a presença do aparato administrativo do reino de Portugal no Rio de Janeiro, o Brasil deixou de ser colônia para se tornar Reino Unido.

AUTOATIVIDADE

1 Aplique uma pequena pesquisa de opinião com, no mínimo, oito pessoas. Procure seguir o roteiro de perguntas abaixo. Você também poderá elaborar outras questões, mas tenha em mente que esta pesquisa tem o seguinte objetivo:

- Identificar a opinião dos entrevistados sobre a decisão tomada por Dom João VI de deixar Portugal e vir para o Brasil.

Questionário:

a) Você já estudou ou ouviu falar sobre a história da mudança da Corte portuguesa para o Brasil?

( ) Sim ( ) Não

_____
_____.

b) Caso a resposta anterior seja afirmativa:

Onde você estudou ou ouviu falar sobre este assunto?

_____
_____.

c) Você sabia que este acontecimento se deu em 1808, e o rei D. João VI deixou Portugal porque Napoleão invadiu aquele país?

( ) Sim ( ) Não

_____
_____.

d) Caso tenha estudado, ou tenha alguma informação sobre o assunto, qual a sua opinião sobre a decisão do rei Dom João VI de ter vindo com sua família para o Brasil?

_____
_____.

2 Elabore uma análise sobre os dados coletados em sua pesquisa. Para construir sua análise, utilize as opiniões coletadas em sua pesquisa, e, se possível, associe estas opiniões com as representações da família real divulgadas no filme "Carlota Joaquina", e nos desfiles de escola de samba, que já abordaram o tema da vinda da família real.

TÓPICO 3



O IMPÉRIO PORTUGUÊS NOS TRÓPICOS

1 INTRODUÇÃO

Nesta Unidade de estudos vimos a influência das ideias revolucionárias nos principais movimentos de tendência libertadora na América Portuguesa. Também estudamos determinados acontecimentos relacionados à vinda da Corte ao Brasil. Neste Terceiro Tópico iremos abordar o período em que Dom João VI permaneceu no Rio de Janeiro, cidade-capital do Império lusitano nos trópicos.

Este período, que vai de 1808 a 1821, é caracterizado por uma série de transformações socioculturais. Foi marcado, de maneira geral, por um acelerado desenvolvimento social e urbano. A cidade-sede do Império será nosso principal foco de estudos a partir de agora, pois foi no Rio de Janeiro que a família real se instalou, e imprimiu as principais alterações do Reino.

2 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

A transferência da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, foi uma decisão estratégico-militar tomada pelo Secretário de Estado, o marquês de Pombal. Em 1763, Sebastião José de Carvalho e Melo, que detinha os títulos de Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, recebeu de Dom José I (sucessor de D. João V e antecessor de D. Maria e de D. João VI) a missão de administrar o Estado português.

> Marquês de Pombal, ao formar o gabinete de Dom José I, em 1750, procurou reforçar o Estado, de cuja solidez dependia o funcionamento do mercantilismo, e investiu no absolutismo monárquico como forma de sobrevivência de Portugal enquanto nação independente. [...] Na colônia, o período pombalino caracterizou-se por grande opressão, típica do mercantilismo, mas também por uma preocupação com realizações administrativas (DEL PRIORE et al., 1997, p. 27).

Portugal era, em 1750, um país atrasado em relação à Inglaterra e França. Mesmo assim, Pombal tinha como objetivo manter as possessões coloniais portuguesas, e limitar a presença inglesa no Brasil. Dentre as reformas administrativas do marquês de Pombal, foram criadas as seguintes Companhias:

- Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão – 1755;
- Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba – 1759.

Segundo Boris Fausto (2007, p. 110):

> A primeira tinha por objetivo desenvolver a região Norte, oferecendo preços atraentes para mercadorias aí produzidas e consumidas na Europa, como o cacau, o cravo, a canela, o algodão e o arroz, transportadas com exclusividade nos navios da companhia. Introduziu também escravos negros que, dada a pobreza regional, foram na sua maior parte reexportados para as minas de Mato Grosso. A segunda companhia buscou reativar o Nordeste dentro da mesma linha de atuação.

Apesar das tentativas de reerguer o Império português, Pombal teve dificuldades para gerenciar a crise econômica causada pela queda do preço do açúcar, devido à já citada concorrência antilhana, e pela redução do volume de ouro retirado das minas interioranas.

Dentre as políticas pombalinas, a mais polêmica foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias. Pombal tinha planos de integrar os índios à civilização portuguesa, e impedir o desenvolvimento das Companhias de Jesus dentro do território colonial. Como forma de "remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área de ensino, a Coroa tomou medidas. Foi criado um imposto especial, o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado" (FAUSTO, 2007, p. 112). Assim, Pombal reformou o ensino em Portugal e no Brasil, retirando dos jesuítas o direito de ensinar. Em função das reformas pombalinas foi criado em Pernambuco o seminário de Olinda – instituição especializada em ciências naturais e matemática. O ensino passou então a ser responsabilidade do Estado, como podemos ver no documento que segue:

Estatutos que hão de observar os mestres das escolas dos meninos nesta capitania de São Paulo, 1768.

1 Que haverá dois Mestres nesta Cidade e um em cada uma das Vilas adjacentes, os quais serão propostos pelas Câmaras respectivas, e aprovados pelo General, e não poderão exercitar o seu ministério sem ser com esta aprovação e dela tirarem Provisão ou licença.

2 Que todos os meninos que admitirem, será com despacho do mesmo General, e não poderão passar à outra escola sem preceder o mesmo despacho, e isto para que os Mestres os possam castigar livremente sem o receio de que os Pais os tirem por esse motivo ou por outros frívolos que comumente se praticam, e havendo de os quererem tirar para outro qualquer emprego, darão fiança para apresentarem, em tempo determinado, certidão de ocupação ou ofício, em que os tem empregado.

3 Que nenhum menino possa passar aos estudos da língua latina, sem preceder a mesma licença, a qual se dará com informação do Mestre, sobre a sua capacidade, para se saber se se acham bem instruídos no ler, escrever, e contar, e bons costumes, para que não suceda passarem a outros estudos maiores, sem estes primeiros e mais necessários fundamentos, da Religião Cristã e obrigações civis.

FONTE: Documento retirado do livro de: DEL PRIORE, Mary. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 120-121.

Neste sentido, o marquês de Pombal representava o próprio Estado português. Ou melhor, ele era o principal representante de um grupo social específico, a burguesia portuguesa. Camada social que pedia reformas políticas, educacionais e, principalmente, vantagens comerciais que foram suspensas com a abertura dos portos brasileiros.

> A centralização política foi uma das principais ações da administração pombalina. Esta centralização caracterizou-se pelo poder reunido em um único lugar. Se em Portugal as ordens partiam de Lisboa, no Brasil as ações deveriam ser gerenciadas do Rio de Janeiro. Devemos considerar que o Rio de Janeiro detinha portos mais próximos da região das Minas Gerais, os quais passaram a superar o porto de Salvador, em termos de volume de mercadorias comercializadas. A localização do porto também significou, para a Coroa, um controle mais eficaz sobre a região de mineração.
>
> Neste sentido, a nova capital do Império passou a desfrutar uma hegemonia política e econômica. O mercado, por sua vez, passou a ser influenciado por uma camada social de profissionais liberais ligados ao comércio, que tiravam vantagens mercantis com as novas condições que a cidade fluminense desfrutava (FREYRE, 2002, p. 710).

3 A REESTRUTURAÇÃO DA CAPITAL

A presença de D. João VI e da Corte impulsionou uma série de transformações socioculturais na cidade do Rio de Janeiro. Gilberto Freyre em seu livro "Sobrados e Mucambos", nos apresenta um quadro impressionista do príncipe regente, ao mesmo tempo que aponta as inovações urbanas da capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Que tal então ler um trecho desta importante obra sobre o passado colonial brasileiro?

A presença no Rio de Janeiro de um príncipe com poderes de rei; príncipe aburguesado, porcalhão, os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha, mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa mas prudente, soldados para desfilarem em dia de festa diante de seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem música de igreja, palmeiras imperiais a cuja sombra cresciam as primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco; a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil, com suas Rochelas de insubordinação, seus senhores de engenho, seus mineiros e seus paulistas que desobedeciam ao rei distante, que desrespeitavam, prendiam e até expulsavam representantes de Sua Majestade (como os senhores de Pernambuco com os Xumbergas); que já tinham tentado se estabelecer em repúblicas; a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas suas tendências para autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos (FREYRE, 2002, p. 723).





Indicação de filme: CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRASIL

Este filme, que trata da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, recebeu críticas por apresentar uma imagem caricata da família real. Faz-nos lembrar, todavia, a imagem que Gilberto Freyre constrói de D. João VI.

CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRASIL. Direção de Carla Camurati. Brasil: Elimar Produções, 1994, DVD (100 min), color.

Entre as significativas alterações no panorama urbano do Rio destacamos a presença de órgãos de imprensa oficial (Gazeta do Rio de Janeiro e Idade de Ouro do Brasil); o Real Teatro de São João; além de bibliotecas, museus e academias. Aconteceu naquele momento, na sede provisória do Império, uma verdadeira efervescência cultural.

> Fundaram-se escolas: de medicina, de marinha, de guerra, de comércio; uma imprensa Régia; que sempre nos fora recusada; em 1814, uma livraria, que seria o núcleo de nossa biblioteca nacional; o Museu, o Jardim Botânico. Uma verdadeira euforia – é o que narra John Mawe – tomava conta da colônia. Criava-se tudo quanto até então nos havia

> sido recusado, tudo o que nos faltava, principalmente os utensílios, os instrumentos capazes de engendrar progressos no domínio da cultura intelectual. Era como se o Brasil despertasse de um prolongado sono e se pusesse a caminho de sua libertação, um esboço de Universidade, que o Príncipe Regente quis confiar à direção de José Bonifácio. O que a colônia não obtivera em três séculos obtinha agora em menos de uma década (HOLANDA et al., 2003, p. 205-206).

Este intenso movimento cultural estimulou os estudos científicos sobre a fauna e flora brasileira. Com o intuito de conhecer os potenciais da natureza brasileira, naturalistas estrangeiros tiveram permissão para estudar a parte lusa do Novo Continente. Estes estudiosos realizaram um verdadeiro trabalho de mapeamento da vegetação, dos animais, da geografia e das diferentes etnias da colônia.

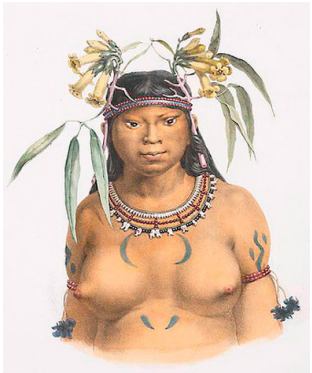
4 O ESPÍRITO CIENTÍFICO E ARTÍSTICO

A partir do início do século XIX, o mundo ocidental começou a conhecer a flora, a fauna e a geografia do Brasil. O governo de D. João promoveu a vinda de cientistas e artistas europeus, que espalharam pelo país as primeiras sementes do desenvolvimento acadêmico.

Os naturalistas estrangeiros buscaram registrar as espécies animais e vegetais das florestas brasileiras, assim como mapear, através da pintura e do desenho, as paisagens do campo e da cidade. Da mesma maneira, hábitos do povo, ou melhor, as diferentes culturas regionais, foram registradas (o que denominamos de registros etnográficos) pelos cientistas viajantes.



FIGURA 22 – RETRATO DE ÍNDIA



FONTE: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/images/20pg7f1.jpg>. Acesso em: 19 fev. 2008.

Índia brasileira registrada por Jean-Baptiste Debret (1768-1848), professor de pintura da missão francesa (1816-1831).

Entre os naturalistas, tiveram destaque Carlo Frederico Filipe von Martius, médico e botânico, João Batista von Spix, zoólogo, e Jorge Henrique von Langsdorff. Além deles, vieram ao Brasil o mineralogista inglês John Mawe, e o naturalista francês Saint-Hilaire. Em 1816 a Missão Artística Francesa chegou ao Rio de Janeiro. Fizeram parte da Missão o arquiteto Montigny, que elaborou projetos de edifícios urbanos, e os pintores Taunay e Debret. O último pintou, inclusive, os integrantes da família real portuguesa.

> Naqueles decênios em que não existia a fotografia, não havia outro meio para fixar as plantas, os animais e as paisagens senão o desenho ou a pintura. Por esse motivo, os naturalistas geralmente eram exímios desenhistas ou se faziam acompanhar por desenhistas especializados e pintores [...].
>
> Debret passou 15 anos entre nossa gente, pintando e desenhando. Além de exercer as atividades de lente da Academia, retratou os diversos membros da família real e imperial, pintou quadros históricos e fez inúmeros estudos e esboços, que aproveitou em parte para confeccionar a sua obra *Voyage Pitoresque et Historique au Brésil* [...]. Essa obra, publicada entre 1834 e 1839, é o resultado das observações e estudos da vida e da história brasileiras, sendo o primeiro volume dedicado aos indígenas e, os dois últimos, à vida quotidiana, cenas de rua e cenas históricas (HOLANDA et al., 2003, p. 148).

Os escritos e as imagens produzidas por estes viajantes, artistas e naturalistas estrangeiros, surgem como verdadeiros documentos históricos. Podemos conhecer, através deles, mais sobre aquele período.



FIGURA 23 – MISSÃO FRANCESA



FONTE: Disponível em: <http://www.webluxo.com.br/menu/artes/missao_francesa.jpg>. Acesso em: 19 fev. 2008.

Óleo sobre tela de Nicolas Antoine Taunay para estudo do desembarque de D. Leopoldina no Brasil.

Contudo, estas representações estrangeiras do Rio de Janeiro e de outras regiões brasileiras, estão repletas de preconceitos sobre a população, os costumes e a estrutura urbana colonial. O Brasil era visto, de maneira geral, como um país arcaico e atrasado. Porém, a exuberante vegetação tropical foi o principal ponto de destaque daquelas imagens, representações do Brasil.

5 HÁBITOS DE CORTE

Além da construção de uma nova estrutura arquitetônica e do desenvolvimento das ciências e das artes, o espaço urbano do Rio de Janeiro serviu de palco aos nobres cortesãos e para membros da família real. As ruas da cidade se tornaram palco para a encenação pública dos hábitos corteses. Carruagens e vestimentas luxuosas, contrastavam com as ruas sujas e estreitas de uma cidade povoada por uma maioria afrodescendente.

FIGURA 24 – DOM JOÃO VI



FONTE: Disponível em: <http://www.f64.com.br/holidays/independencia/1822a2.jpg>. Acesso em: 19 fev. 2008.

A elite luso-brasileira incorporou novos hábitos, vindos menos de Portugal e mais da França e da Inglaterra.

> Através dos ingleses chegou o gosto pelas residências em casas isoladas, bem divididas e mais higiênicas, distantes do centro da cidade; por produtos superiores em qualidade: cristais e vidros, louças e porcelanas, panelas de ferro. Vieram também o refinamento dos modos de comer, com o uso de garfo e faca, e a utilização de novos remédios (FALCON; MATTOS, 1972, p. 299).

Apesar dos conflitos militares entre portugueses e franceses, quem ditava a moda no Rio era a França. Ter "bom gosto" naquela época era ter sua casa decorada com papéis de parede franceses e móveis ingleses. As mulheres deveriam saber se portar em público com a máxima discrição, saber ler e escrever. Em um baile era necessário saber dançar adequadamente. Todo um conjunto de normas de conduta servia, de fato, como uma forma simbólica de diferenciação entre a elite e a população pobre, quando não escrava. A etiqueta era uma forma visual de marcar as diferenças sociais e culturais.

Não tardou para a classe média urbana começar a imitar os hábitos corteses. Das práticas culturais apropriadas da nobreza, encontramos o passeio público nos jardins, o culto ao jardim, a admiração da natureza e o lazer ao ar livre.

6 A FORMAÇÃO DE UMA CLASSE-MÉDIA

O desenvolvimento econômico, incentivado pela mineração do século XVIII e pela presença da Corte no Brasil, imprimiu características mais urbanas à sociedade colonial. Neste sentido, novos grupos citadinos apareceram, e com eles uma maior diversificação profissional foi sentida na sociedade brasileira.

Até então esta sociedade estava dividida, predominantemente, entre uma aristocracia rural, que detinha as grandes propriedades, uma camada intermediária de trabalhadores livres (agricultores, artesãos, mercadores etc.) e escravos. Contudo, nos tempos da mineração, houve um desenvolvimento comercial e de prestação de serviços que fez crescer uma camada média urbana, formada por funcionários públicos, militares, artesãos, profissionais liberais, literatos e comerciantes. Por sua vez, as cidades, enquanto locais de moradia desta classe média, sofreram um processo de remodelação.

Os comerciantes das cidades investiam em inúmeros negócios: em escravos, em secos e molhados, em companhias de seguros, no sistema postal e em empresas educacionais. Outros se tornaram banqueiros. Havia, também, os comerciantes que percorriam diferentes cidades para vender suas mercadorias.

> Paralelamente às diversas formas de comércio volante, a urbanização havia, sobretudo, incrementado o mercado fixo. Esse se dividia em lojas e vendas. As primeiras, grandes, encontravam-se nos centros urbanos, as segundas, menores, nas periferias. Ambas mercadejavam produtos secos e manufaturados como panos e ferramentas, além de bebidas e alimentos. Os inventários revelam, por exemplo, que numa dessas lojas o comprador encontrava diversos produtos, tais como incenso, marmelada, canela, barris de cachaça, toucinho e sal às panelas, sabão e frascos de vinagre. Seus proprietários financiavam a atividade de comerciantes ainda menores que lhes traziam mercadorias dos portos distantes, além de manter caixeiros, escriturários e guarda-livros, encarregados de cobranças e listas de estoque (DEL PRIORE, 2001, p. 167).

Os imigrantes que buscavam novas oportunidades no "eldorado tropical" foram os principais atores desta diversificação sociocultural. Eram alfaiates, tanoeiros, carapinas (marceneiros da marinha), calafates, prateiros, ourives, sapateiros. As mulheres dividiam-se entre bordadeiras, costureiras, chapeleiras e fabricantes de penas.

Entretanto, o desenvolvimento urbano e todo o colorido cultural contrastavam com as diferenças sociais entre livres e escravos, ricos e pobres. Começava, então, a se configurar a diferença entre campo e cidade, entre o burguês urbano, identificado com os valores da civilização e o humilde interiorano que era associado a um país atrasado e ignorante.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu:

- As medidas centralizadoras adotadas pelo marquês de Pombal no Brasil, para fortalecer a estrutura administrativa da Colônia.
- As principais transformações urbanas e sociais realizadas na cidade-capital do império português, nos trópicos.
- O incentivo à criação de instituições de pesquisa e de ensino laico, e o financiamento de expedições científicas e artísticas ao Brasil, a fim de conhecer a natureza e a cultura brasileira.
- Os hábitos da corte como diferencial simbólico de poder.
- A formação de uma classe média urbana, em função do desenvolvimento e da diversificação da sociedade colonial.

AUTOATIVIDADE



1 Descreva as mudanças estruturais e culturais, ocorridas no Rio de Janeiro, após a instalação da Corte de Dom João VI.

2 Discorra sobre a importância dos relatos, desenhos e pinturas dos naturalistas e artistas estrangeiros para o estudo da história do Brasil.

TÓPICO 4



ROMPIMENTO DOS LAÇOS COLONIAIS

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, como você já deve ter percebido apresentamos uma leitura de diferentes fatores relacionados com a emancipação da América Portuguesa. O crescimento e a diversificação da sociedade, a instalação da Corte no Brasil, e os movimentos de contestação constituem-se, assim, num conjunto de acontecimentos que nos ajudam a compreender melhor a maioridade política e econômica do Brasil.

Contudo, veremos neste tópico alguns episódios significativos dos últimos anos do período colonial, a fim de complementar nossas aulas sobre o processo de luta contra o domínio de Portugal sobre o Brasil.

Podemos começar dizendo que o "Grito do Ipiranga" representa um gesto simbólico e político do então Príncipe Regente, que instituiu oficialmente a independência do Brasil. Este acontecimento que serviu para formalizar a emancipação, apresentou-se também como uma forma da aristocracia brasileira permanecer no poder. O ato de proclamação da independência do Brasil surge como um acordo entre a elite nacional e o monarca.

Mesmo a data de independência do Brasil pode variar. Apesar de Dom Pedro ter anunciado a independência no dia 7 de setembro de 1822, os baianos tinham o dia 2 de julho de 1823, como data da libertação do Brasil, quando as tropas portuguesas, lideradas por Madeira de Melo, foram derrotadas pelas forças brasileiras financiadas pelos senhores de engenho e comandadas por Lorde Cochrane. Portugal, por sua vez, só reconheceu formalmente a independência do Brasil em agosto de 1825, quando o governo brasileiro indenizou a antiga metrópole. Naquela época foram pagos a Portugal 2 milhões de libras. Este foi então o primeiro episódio de uma nova dependência: a dívida externa brasileira. Mas esta é uma outra história. Voltemos, então, ao ano de 1817, quando aconteceu a luta da população nordestina pela libertação do Brasil, que será abordada no próximo item.

FIGURA 25 – "INDEPENDÊNCIA OU MORTE" (1888)



FONTE: Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/imagens/ogritodaindependencia.jpg>. Acesso em: 19 fev. 2008.



A figura da "Independência ou Morte" retrata a Proclamação da Independência do Brasil sob o olhar do pintor Pedro Américo.

AUTOATIVIDADE



Propomos uma pequena análise e pesquisa sobre a imagem anterior. Vamos ao trabalho?

1 Procure observar o quadro por uns minutos. Atente para a paisagem e os personagens que aparecem na cena.

2 Elabore um rascunho com suas primeiras impressões sobre esta tela.

3 Busque informações sobre o autor e a época em que ele pintou o quadro.

4 Escreva um texto utilizando suas impressões pessoais e as informações coletadas na pesquisa.

Obs.: Dessa maneira, você será capaz de construir uma interpretação sobre uma importantíssima imagem da independência de nosso país. Certamente esta análise lhe servirá para elaboração de aulas no ensino fundamental e médio.

Bom trabalho!

2 A REVOLUÇÃO NO NORDESTE

Como você já sabe, no decorrer do século XVIII houve um crescimento econômico na região sudeste. A mineração transformou a capitania de Minas e a do Rio de Janeiro. Por outro lado, a antiga região produtora de cana-de-açúcar passou por uma grave crise financeira. De fato, havia uma desigualdade econômica entre estas duas regiões: sudeste e nordeste.

Além da situação de desigualdade regional na economia produtora, a população teve que pagar, naquela época, pesados impostos: para sustentar os altos gastos da Corte (que não se contentava com as substanciais doações da elite luso-brasileira), e para financiar as campanhas militares do Império português.

Jurandir Malerba (2000, p. 242) nos mostra um caso pontual de gastos da Corte, mas que teve consequências importantes na economia carioca.

> No ano de 1819 assistiu-se na corte ao total estrangulamento do mercado regulador de gêneros comestíveis, criando uma situação mais que embaraçosa para os governantes. Por conta da carestia, da inflação sobre os preços dos mantimentos, a população do Rio de Janeiro viu-se em meio à maior crise de abastecimento de que se podia ter memória e, irada, instou providências rápidas junto ao rei. Produziu então o marquês de Valada extenso relatório expondo à Sua Majestade os motivos da inflação, particularmente grave no que respeitava às aves do consumo da casa, de que não dava mais conta de suprir o real galinheiro.

A falta de aves no mercado foi apenas uma das consequências do alto consumo do séquito de nobres e da família real no Brasil. Porém, este caso nos serve de exemplo ilustrativo da situação em que vivia a população, que teve que pagar impostos elevados, não apenas para saldar os gastos diários da Corte, mas também as obras de infraestrutura do novo Reino.

Por outro lado, no Nordeste alguns fatores específicos – como os gastos para financiar a guerra, pesaram de maneira decisiva para o levante de 1817.

> No Nordeste, tendo como pano de fundo o declínio das produções de açúcar e algodão, a corte no Rio de Janeiro era tão mal vista como quando estava em Lisboa. Os impostos criados em 1812, as contribuições – inclusive em pessoal – para as tropas na campanha da Guiana (invadida em fins de 1808 como represália pela ocupação de Portugal e para garantir as fronteiras estabelecidas pelo primeiro Tratado de Utrecht) e o agravamento da situação social, com a seca de 1816, favoreciam a difusão do liberalismo (ALENCAR, 1985, p. 87-88).

Você deve ter reparado que voltamos ao tema do liberalismo. Apresentamos as ideias liberais no Tópico 1 desta Unidade, quando nos referimos aos movimentos de contestação ao regime absolutista e à política mercantilista. O movimento "antilusitano" ocorrido em Pernambuco, também contou com o apoio da maçonaria. Dentre as lojas maçônicas pernambucanas destacou-se o Areópago de Itambé (ver sobre esta loja maçônica em "Conspiração dos Suassunas", no Tópico 1 desta unidade).



Liberalismo – pode ser resumido como o postulado do livre uso, por cada indivíduo ou membro de uma sociedade, de sua propriedade. O fato de uns terem apenas uma propriedade: sua força de trabalho, enquanto outros detêm os meios de produção não é desmentido, apenas omitido no ideário liberal. Nesse sentido, todos os homens são iguais, fato consagrado no princípio fundamental da constituição burguesa: todos são iguais perante a lei, base concreta da igualdade formal entre os membros de uma sociedade. Em uma extensão dessa, uma segunda ideia propõe o bem comum (o *Commonwealth*), segundo a qual a organização social baseada na propriedade e na liberdade serve o bem de todos. Um corolário dessa proposição é que não havendo antagonismo entre classes sociais, a ação pode ser orientada simplesmente pela razão - donde racionalismo. Esse é o cerne da proposição ideológica, que visa à dominação consentida dos trabalhadores, através da operação de identificar o interesse da classe dominante (a manutenção da ordem social vigente) com o interesse da sociedade como um todo - a nação.

Texto disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/liberal/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2008.

Neste sentido, os fatores que desencadearam a revolução de 1817 já vinham se formando desde a conspiração de 1801 (a dos Suassunas). Mas foi desencadeada em função dos acontecimentos daquele momento. Em específico, a crise econômica e o descontentamento social. A combinação de dois fatores econômicos foram decisivos para a mobilização da aristocracia rural: a queda do preço do açúcar e do algodão no mercado internacional e a alta do preço dos escravos.

Entretanto, a revolução de Pernambuco, que estourou em março de 1817, uniu diferentes camadas sociais (militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e sacerdotes) descontentes diante dos privilégios concedidos aos portugueses. Os militares brasileiros, em específico, estavam insatisfeitos porque os melhores postos de comando eram reservados aos portugueses. Assim, o sentimento de antilusitanismo se espalhou de Recife para outras cidades: Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Boris Fausto (2007, p. 129) narra o desfecho da revolução da seguinte forma:

> Os revolucionários tomaram Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a república e estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, em busca também de apoio e reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém, logo em seguida veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio de Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste.

3 A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

A revolução liberal do porto foi um acontecimento que se deu em Portugal no ano de 1820. Mas apesar da imensa distância que separa a Península Ibérica e o Novo Continente, as repercussões daquele movimento foram definitivas para o último ato da independência do Brasil. E, mais uma vez, as ideias liberais serviram de pano de fundo desta revolução.

De fato, o descontentamento dos portugueses teve início com a vinda da Corte ao Brasil. A ausência do rei e do aparato administrativo da monarquia gerou um estado de incerteza política em Portugal. Por sua vez, o vazio deixado por D. João foi preenchido por um "conselho de regência" liderado pelo marechal inglês Willian Carr Beresford (ele liderou a expulsão dos franceses de Portugal). O marechal inglês, ao impedir que militares lusitanos assumissem os altos postos militares, gerou uma grande insatisfação dentro do exército. Os privilégios comerciais concedidos à Inglaterra, com a abertura dos portos brasileiros, foi outro motivo de descontentamento entre os portugueses.

Os revoltosos tinham como objetivos: limitar a influência inglesa no comando da nação, e retomar a relação colonialista com o Brasil, reinstalando o Pacto Colonial. Porém os tempos eram outros, dificilmente a elite brasileira aceitaria tal acordo, você não acha? Lembre-se das significativas mudanças que ocorreram no Brasil desde a chegada da família real. Você concordaria que em 1820 o Brasil era menos uma colônia e mais um império?



Pacto Colonial – foi um sistema que perdurou no Brasil até 1808, ele determinava as relações políticas e econômicas entre a colônia e a metrópole. Abaixo estão os principais pontos deste sistema.

- A colônia só poderia comercializar com a metrópole.
- A colônia deveria fornecer mercadorias por um preço estipulado pela metrópole.
- A colônia tinha que produzir aquilo que a metrópole determinava.
- A colônia deveria consumir os produtos manufaturados produzidos na metrópole.

Além das reivindicações dos revolucionários portugueses anteriormente citados, era exigido o retorno imediato da Corte para Portugal. Desejava-se restabelecer a monarquia, porém, sob a condição do rei estar subordinado a uma carta constitucional. Os revolucionários formaram a "Junta Provisória do Governo Supremo do Reino", um grupo heterogêneo de representantes do clero, da nobreza e do exército.

No Brasil, por sua vez, iniciaram as disputas entre dois grupos: os que defendiam o retorno de Dom João VI, a "facção portuguesa", que, segundo Fausto, era "formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões do sistema colonial" (2007, p. 130). O outro grupo, que ficou sendo chamado de "partido brasileiro", era constituído

> [...] por grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do judiciário nascidos no Brasil. Acrescentem-se a eles os portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se aos da Colônia: comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre comércio e investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da Colônia (FAUSTO, 2007, p. 131).

Os interesses da elite portuguesa em relação ao Brasil ficaram claros no episódio da Revolução do Porto. Ali se formaram grupos opostos, que eram favoráveis ou contrários à partida do rei.

> A corte que acompanhou a família real foi criando raízes no território brasileiro e formando um poderoso grupo contrário ao retorno de D. João VI. A tensa relação entre essa elite e a que permaneceu em Portugal culminou em 1820. Nesse ano teve início a Revolução do Porto. Tratava-se de um movimento liberal, voltado para a convocação de uma assembleia constituinte, mas que exigia o retorno imediato do rei à metrópole (DEL PRIORE, 2001, p. 199).

O monarca continuava, mesmo após as revoluções Industrial e Francesa, sendo uma referência simbólica e real do poder, tanto em Portugal quanto no Brasil. Por outro lado, a classe burguesa de ambos os países (comerciantes, banqueiros, profissionais liberais etc.) se organizou para aprovar uma constituição (documento que regularia, em forma de leis, a política governamental do reino).

Portanto, ao mesmo tempo em que certas práticas continuavam como antes – como, por exemplo, a adoração ao rei – outras mudavam em função da burguesia, que buscava maneiras legítimas de exercer o poder dentro do regime monárquico.

A "facção portuguesa" saiu vencedora. O rei retornou para Portugal em abril de 1821, após treze anos de permanência no Brasil. O seu regresso foi acompanhado por cerca de 4 mil pessoas. Por sua vez, seu filho, Pedro (de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon), futuro dom Pedro I, ficou no Brasil.

No decorrer de 1821 se seguiram debates acalorados na Corte portuguesa. Discutia-se, de maneira geral, o destino do Brasil. Nestes debates, a Corte buscou formas de reassumir o controle sobre a Colônia. Pretendia-se extinguir as capitanias e instituir governos provinciais que passariam a ficar subordinados diretamente a Lisboa. O objetivo era retirar do Rio de Janeiro os poderes antes concedidos. De fato, pensava-se em maneiras de recolonizar o Brasil.

4 RESISTÊNCIAS NO BRASIL

Apesar das manobras da Corte portuguesa, haviam políticos em Portugal que defendiam a emancipação brasileira. Entre eles destacou-se José Bonifácio de Andrada, descendente de uma família de ricos comerciantes da cidade de Santos. Sua formação se deu na Universidade de Coimbra, onde se graduou em Direito, Filosofia e Ciências Naturais. No Brasil se tornou o principal ministro no governo de D. Pedro.

> José Bonifácio direcionou sua administração no sentido de fazer do Brasil uma nação ativa e independente: ele queria acabar com o tráfico de escravos e libertá-los; pretendia que os libertos e os índios fossem integrados à nação brasileira; ele queria confiscar as propriedades dos portugueses que não tivessem optado pelo Brasil; rever as doações de terra feita no período colonial recuperando para a Coroa todos os latifúndios improdutivos; queria mudar a capital para o Centro-Oeste propiciando o desenvolvimento do interior. José Bonifácio se recusou a contrair empréstimos internacionais para não gerar dívidas a serem pagas pelas futuras gerações; propôs a criação de uma Marinha de Guerra capaz de proteger a imensa costa brasileira e de manter sob o controle da metrópole as demais províncias. Foi um homem de uma notável visão e o destino de nosso país seria outro se suas ideias tivessem prosperado. Mas os projetos arrojados de José Bonifácio contrariavam interesses poderosos. Ele conseguira desagradar aos ricos comerciantes portugueses, aos traficantes de escravos e aos grandes senhores de terras. E brigava também com os radicais, aqueles que queriam estabelecer no Brasil uma democracia (LUSTOSA, 2007, p. 43-44).

Podemos perceber que o pensamento de José Bonifácio oscilava entre as ideias progressivas, no campo social, e as ideias conservadoras, no campo político. Ao mesmo tempo em que defendia a abolição da escravidão, agia na defesa da monarquia representativa (onde seria formada uma assembleia constituída por deputados eleitos indiretamente, pelos grupos dominantes da população).

José Bonifácio liderou o movimento de criação da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil. Esta proposta se deu, entretanto, após o famoso "Dia do Fico".

FIGURA 26 – O "DIA DO FICO"



FONTE: Disponível em: <http://www.f64.com.br/holidays/independencia/independencia.html>. Acesso em: 20 fev. 2008.

No dia 9 de janeiro de 1822 foi solenizada a decisão de Dom Pedro I em permanecer no Brasil, em desacordo com as determinações da Corte portuguesa, que pedia seu retorno à Europa. Esta data ficou conhecida como o "Dia do Fico". Segundo Boris Fausto (2007, p. 132):

> O registro do senado da Câmara do Rio de Janeiro revela que, formalizada a permanência, o presidente do Senado da Câmara levantou das janelas do palácio uma série de vivas repetidos pelo povo: "Viva a religião, Viva a Constituição, Vivam as Cortes, Viva El Rei Constitucional, Viva a União de Portugal e Brasil".

Em um primeiro momento o ato de Dom Pedro não visou à independência do Brasil, pois o príncipe acatou as orientações da chamada "elite coimbrã" (grupo formado na Universidade de Coimbra, que desejava imprimir reformas políticas no Brasil, e evitar, assim, sua separação definitiva de Portugal. Este grupo tinha um ideal grandioso: construir um império português que integrasse Brasil e Portugal). Porém, os planos desta elite ilustrada não vingaram. As tropas portuguesas deixaram o Rio de Janeiro após tentar embarcar o príncipe a Portugal. Houve resistência e, com apoio da população, dom Pedro recusou-se a ocupar seu lugar ao lado de D. João. Não houve outra alternativa para o exército português senão deixar o Brasil, e levar consigo as notícias dos últimos acontecimentos.

5 "VIVA O REI, VIVA O BRASIL"

Menos de um ano após o "Dia do Fico", foi formalizada a independência do Brasil. O episódio entrou para os anais da História como o "Grito do Ipiranga", quando o então príncipe Dom Pedro, de apenas 24 anos de idade, teria, às margens do riacho do Ipiranga, anunciado a independência do Brasil. Porém, só em dezembro de 1822, ele foi nomeado rei, em uma cerimônia religiosa, mas fundamentalmente política.

FIGURA 27 – RETRATO DE D. PEDRO I



FONTE: Disponível em: <http://www.tcontas.pt/imagens/expo_vr/pedro4.jpg>. Acesso em: 20 fev. 2008.

A cerimônia de coroação de Dom Pedro teve uma importante função política e cultural no reino que nascia. Segundo Iara Souza (2000, p. 63-64):

> A coroação de D. Pedro I aconteceu em 1º de dezembro de 1822, no Rio de Janeiro, depois das várias aclamações, das adesões das Câmaras, do início da guerra de Independência. Ela recuperava astutamente essa data, pois os portugueses comemoram nesse dia o fim do jugo espanhol. Era uma maneira de o Brasil explicar a Portugal que não voltaria a ser colônia, a se submeter a seu mando, da mesma forma como Portugal se tornara independente da Espanha.
> A introdução da coroação diferenciava a monarquia brasileira da lusa, sendo um rito completamente novo para a dinastia bragantina. Esse rito transcende o reconhecimento dos homens, dado que o soberano recebe, na Igreja, uma tarefa prescrita por Deus, assim como um bispo. Tal gesto reforça a união mística entre o povo e o soberano, justamente porque estava inscrito, desde sempre, nos planos divinos – como comentou frei Sampaio no sermão da coroação na capela real. Não se pode deixar de aventar a hipótese de que um monarca coroado tivesse maior apelo junto às camadas negras, africanas, libertas, que reverenciavam a festa e o império do Divino Espírito Santo e os reis de Congo – facilitando assim sua recepção.

Esta passagem do livro "A independência do Brasil" de Iara Souza, nos coloca diante de um importante ritual simbólico: a coroação do rei. Hoje, em nossa sociedade presenciamos e/ou participamos de uma série de rituais: batizado, baile de debutante, casamento, sepultamento etc. Estes rituais servem para marcar um momento de passagem, de transformação em nossas vidas, mas, podem assumir também a função de legitimar o poder de uma liderança. No regime presidencialista de nosso país, por exemplo, o candidato eleito se torna presidente, oficialmente, após receber a faixa presidencial do chefe da nação que o antecedeu. Portanto, as festas também podem se apresentar enquanto ritual de legitimação, ou seja, como um evento de promoção de determinada personalidade.

Apesar de D. Pedro ter proclamado a independência em 1822, a emancipação do Brasil se deu, de fato, em um intervalo de tempo mais longo. Podemos dizer, com fins didáticos, que a independência do Brasil se deu entre a chegada da Corte e a sua proclamação (1808 – 1822). Temos, então, a independência como um processo, que envolveu diversos personagens, nacionais e estrangeiros. Aliás, devemos lembrar que uma nação só se faz "independente" na relação com outros países, contrapondo-se ou aliando-se a eles.



Encerramos assim nossa última unidade de estudos. Espero que você tenha gostado de estudar conosco História do Brasil Colonial. Estamos certos de que esses estudos não se encerrarão por aqui. Por isso, este Caderno de Estudos servirá como um guia para seus estudos futuros. Se você desejar se aprofundar em alguns dos assuntos levantados aqui, sugerimos que leia os livros indicados nas referências bibliográficas, ou entre em contato com os professores de nossa universidade. Desejamos a você boa sorte e sucesso em sua trajetória acadêmica.

LEITURA COMPLEMENTAR

AÇÃO DAS SOCIEDADES SECRETAS

O estudo das sociedades existentes no Brasil, a partir de fins do século XVIII, requer uma análise de seu verdadeiro papel em nossos movimentos políticos. Com efeito, a própria existência da maioria dessas sociedades só é conhecida através de sua ação política. Algumas desenvolveram-se com maior ou menor rapidez em resultado dos princípios que encarnavam, da organização que assumiram e da projeção que chegariam a alcançar seus membros. Contudo, o modelo de sociedade secreta que adquiriu lugar decisivo em nossa história é fornecido pela Maçonaria.

[...]

É extremamente difícil, sendo impossível, determinar hoje como funcionavam tais sociedades ou se tinham outros objetivos além dos que se especificavam em seus programas. Escrevendo em 1823 sobre as organizações secretas de Pernambuco, alude Frei Caneca à Maçonaria, à Jardineira, ou Keropática, ao Apostolado, à Sociedade de São José ou Beneficiência. "Estas três últimas", diz, "são as mais modernas nesta província, e até há entre elas uma de poucos dias. Também destas mesmas últimas nada acho na história em que possa fundamentar os meus discursos; e o que eu disser é apanhado de conversas familiares com pessoas que julgo lhes pertencerem".

> A Maçonaria, a Jardineira e Beneficiência inculcam propor-se a fins justos, tendendo ao melhoramento da espécie humana e sua conservação; e nenhuma envolve negócios de religião e política. Porém o Apostolado é todo puramente político; porque o seu fim é constituir o Império do Brasil de um modo que eu direi. [...] Segundo A Sentinela de Liberdade, de Pernambuco, número 47, é um clube de corrompidos ou estúpidos aristocratas, propagadores da malvada fé da monarquia absolutista, despotismo e tirania atroz, dirigida a conservar um ramo da dinastia de Bragança, absoluto e arbitrário, a fim de sermos açoitados com ferros e ossos dos nossos antepassados, que por fracos tanto sofrem.

Segundo ainda o próprio Frei Caneca, esta sociedade funcionava também no Rio de Janeiro: "E afirmam o conceito de que, com a mudança dos Andrada, não se fez mais do que mudar os nomes, ficando a mesma peça no Teatro".

Enquanto as demais sociedades, secretas ou não, funcionavam dentro do próprio país, com âmbitos regionais apenas, a Maçonaria desenvolvia-se por toda a colônia, vinda do reino, diretamente ou não, e sobretudo das Universidades francesas e inglesas.

Este caráter internacional concedia-lhe, sobretudo no Brasil, força e prestígio. Sua origem é praticamente ignorada, pois os próprios maçons que tratam do problema não concordam entre si. De todas essas discussões, o que podemos saber de mais provável é estar ela originariamente ligada às velhas confrarias de pedreiros, donde a denominação adotada. Essas confrarias tinham ritos de iniciação e segredos de construção que naturalmente permaneciam ao círculo dos iniciados.

Deixando de lado o problema da origem que não nos diz respeito diretamente, vamo-nos ao fato inegável do grande desenvolvimento que a Maçonaria passa a ter, no século XVIII, e à importante ação que exerceu em fins desse mesmo século e princípios do XIX em todo o mundo.

Entre os princípios considerados sagrados para os maçons, existe toda uma filosofia liberal individualista tomada à Ilustração do século XVIII ou resultante de uma convergência na mesma direção.

Segundo o *Syllabus* Maçônico, a liberdade de pensamento e o racionalismo são os princípios fundamentais da sociedade. A Maçonaria aceita para seus adeptos membros de qualquer religião, e sua concepção de "Grande Arquiteto do Universo" não apresenta ligação com a crença em Deus nas diferentes religiões.

Com ideais liberal-democráticos – o lema das revoluções liberal-democráticas: liberdade, igualdade, fraternidade, é de inspiração maçônica – a Maçonaria vai manter uma posição política caracterizada pelo combate aos poderes absolutos. É nesta posição que encontramos explicação para a grande difusão da Maçonaria.

A difusão e o consequente desenvolvimento de Lojas com fins políticos, na França e em outros países absolutistas, é uma resposta ao *status quo*. Com efeito, os princípios ideológicos maçônicos, correspondentes à ideologia liberal individualista, vão definir os interesses da burguesia em ascensão. Eis por que a Maçonaria é adotada e aceita por todos os que não querem passar por reacionários em fins do século XVIII e princípio do XIX.

A Maçonaria organizada ideologicamente, desta forma, assume então uma posição revolucionária definida contra os poderes absolutistas. Aliada dos movimentos liberais, a sociedade secreta também procurará marcar sua presença efetiva nos grandes acontecimentos políticos, que poderão trazer alguma transformação capaz de atingir as monarquias absolutas. Assim, não apenas irá transformar seus membros revolucionários, mas tentará atrair pessoas capacitadas a exercer poderes políticos. Desse modo, em nosso país, D. Pedro I torna-se maçom, não tanto porque faça seus os ideais maçônicos, mas porque à Maçonaria interessa fazê-lo maçom.

[...]

Quanto à data da penetração da Maçonaria em território brasileiro, nada pode ser dito com precisão, pois não há consenso nem mesmo entre historiadores maçons. Encontramos diferentes notícias a respeito de sua presença desde 1788, mas não se conhece documento que a confirme.

É certo, entretanto, que a Maçonaria deve ter-se introduzido juntamente com as ideias iluministas adquiridas por estudantes brasileiros na Europa, os quais muitas vezes, ao terminarem o curso da Universidade de Coimbra, iam completar seus estudos na França e na Inglaterra. A Universidade de Montpellier, considerada um dos focos maçônicos da época, foi das mais frequentadas por estudantes brasileiros. Por ela passaram José Joaquim da Maia, Álvares Maciel, Domingos Vidal Barbosa e outros.

Na Europa do século XVIII, a Maçonaria desenvolve-se e adquire prestígio graças à ascensão da burguesia e à difusão das ideias iluministas, ao passo que no Brasil a inexistência de uma burguesia como classe impede um processo semelhante. O que a Maçonaria vai atingir no Brasil não é, pois, a classe que lhe é mais acessível no Velho Continente. Aqui os privilegiados são os filhos dos senhores; os filhos daqueles aristocratas da terra que vão estudar em universidades europeias. Só estes, por conseguinte, terão oportunidade de conhecer a filosofia da ilustração; só estes podem fazer entrar no Brasil os livros de Voltaire, Rousseau, Montesquieu e de outros, e, dada a relação existente entre Maçonaria e ilustração, só estes poderão ser iniciados na Maçonaria. Não nos esqueçamos também do objetivo libertador que a sociedade adquiriu nas colônias americanas. Era interessante, pois, que esses colonos, indo à Europa a ilustrar-se, conhecessem também as sociedades secretas, não só porque, de certa forma, isso lhes concedia prestígio e os colocava em dia com as transformações sociopolíticas correntes, mas também porque os tornava interessados na libertação de sua terra.

FONTE: Holanda et al. (2003, p. 217-225)

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu que:

- O período entre a chegada da Corte e a proclamação da independência do Brasil representa um espaço de transição entre a Colônia e o Império brasileiro.
- A independência do Brasil foi o resultado de um processo político, econômico e cultural.
- A reação pernambucana diante das desigualdades econômicas entre as regiões do nordeste e sudeste resultou em um importante movimento antilusitano.
- A Revolução Liberal do Porto resultou na volta de Dom João VI a Portugal (1821), e a proclamação da independência do Brasil.

AUTOATIVIDADE



1 Disserte sobre a importância da Revolução no Nordeste e da Revolução Liberal do Porto para a proclamação da independência do Brasil.



REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco et al. **História da sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

BARROS, Edgard Luiz de. **Independência**. São Paulo: Ática, 1994.

BUENO, Eduardo (org.). **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **A coroa, a cruz e a espada**: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil: 1500-1531. Rio de janeiro: Objetiva, 1998.

_____. **Brasil**: uma história: a incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2003.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manoel sobre o Achamento do Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: um olhar crítico. São Paulo: Saraiva, 1999.

DEL PRIORE, Mary; NEVES, Maria de Fátima; ALAMBERT, Francisco. **Documentos de história do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FALCON, F. C.; MATTOS, I. R.de. O processo de independência no Rio de Janeiro: MOTA, C. G. (org.). **1822. Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.

HOLANDA, Sergio Buarque et al. **O Brasil monárquico, Tomo II**: o processo de emancipação. 9. ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A época colonial**: do descobrimento à expansão territorial. 15. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.

LUSTOSA, Isabel. **A história do Brasil explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MALERBA, Jurandir. **A corte no Brasil**: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. **O domínio holandês no Brasil**: 1630-1654. São Paulo: FTD, 2002.

MELO, Celso P. de. A ciência dos descobrimentos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 2000, v. 27, n. 16, p. 16-23.

MIGLIACCI, Paulo. **Os descobrimentos**: origens da supremacia europeia. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

O'NEIL, Thomas. **A vinda da família real portuguesa para o Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

PIERONE, Geraldo; VIANNA, Márcio. **Os degredados na colonização do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1999.

PINTO, Estevão; RODRIGUES, Ivan Wasth. **Casa-Grande e senzala em quadrinhos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABEGrafh, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 11. ed. Lisboa, Portugal: Europa-América, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 1990.

_____. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Iara L. C. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ANOTAÇÕES